



LESSA
O reitor da
democracia
universitária



CONCEIÇÃO
Economista
é sabatinada
por mulheres



FRANKLIN
E a memória
estudantil
de 1968



NILO
Analisa o
direito em
Clarice Lispector

ISSN 1984-4263



VERSUS

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DO CCJE/UFRJ

DEZEMBRO DE 2020 • N°7

UFRJ 100 ANOS E O BALANÇO

Primeiro centenário mostra a relevância
da universidade para dias melhores no país



Carlos Lessa
1936 - 2020

#VERSUS **imagem**

Reitor da UFRJ, Professor Emérito, Decano de CCJE, Diretor do Instituto de Economia e Presidente do BNDES, Carlos Lessa era, acima de tudo, um brasileiro. Seu amor pelo país era elemento constituinte de sua ação profissional e pública. É impensável alguém que tenha sido formado na tradição estruturalista nas décadas de 1970 e 1980 que não tenha passado por seus livros *Quinze Anos de Política Econômica* e *Introdução à Economia: uma Abordagem Estruturalista* (em conjunto com Antônio Barros de Castro). Lessa foi um professor fenomenal, homenageado seguidamente em formaturas. Marcou a todos nós de maneira profunda em suas aulas, seus livros e seus discursos. No curso de Formação Econômica do Brasil apresentava uma abordagem que compreendia a economia brasileira a partir das raízes da formação cultural da nação. Não vejo maior homenagem, principalmente no momento em que vivemos, do que recordá-lo sempre que passo pela bandeira do Brasil. Essa é a homenagem ao mais intenso dos brasileiros que conheci.

Carlos Frederico Leão Rocha
Vice-reitor



Denise Pires de Carvalho
Reitora

Carlos Frederico Leão Rocha
Vice-reitor

Flávio Alves Martins
Decano

Antonio Licha
Vice-decano

Alessandra Monteiro
Superintendente

Thais de Souza Andrade
Chefe de Gabinete

Coordenadores do CCJE
Junya Rodrigues Barletta (Integração Acadêmica em Graduação), Andre Luiz Bufoni (Integração Acadêmica em Pós-Graduação), Sandra Maria Becker Tavares (Integração Acadêmica em Extensão), Waldelice Maria Silva de Souza (Atividades Culturais), Zenildo Ferreira de Oliveira (Planejamento e Projetos), Vinicius Simas Pereira Fernandes (Tecnologia, Informação e Comunicação)

COORDENAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS Revista VERSUS

Conselho Editorial
André Bufoni (FACC), Eduardo Bastian (IE), Jane Medeiros (Biblioteca), Leonardo Valente (IRID), Mauro Osório (FND), Renata Bastos (IPPUR) e Vicente Ferreira (COPPEAD)

Editor
Antonio Licha

Editora executiva
Waldelice Souza

Jornalista responsável pela edição
Elisa Monteiro

Diagramação e projeto gráfico
Beatriz Braga

Pesquisa – Levantamento de informação, condução de entrevistas e checagem
Waldelice Souza, Antonio Licha, Beatriz Braga, Gabriella Cordeiro, Júlia Ribeiro e Yasmin Lima

Memória institucional da revista – Composição e Organização do Acervo
Waldelice Souza, Júlia Ribeiro, Gabriella Cordeiro, Yasmin Lima

Bolsistas
Beatriz Braga, Gabriella Cordeiro, Julia Ribeiro, Yasmin Lima - Bolsas Desenvolvimento Acadêmico (CCJE) e PIBIAC (PR1)

Revisor
Victória Gerace

Colaboraram nesta edição

Andréa Queiroz, Angela Ancora da Luz, Antônio José Barbosa de Oliveira, Benvinda de Jesus Ferreira Ribeiro, Carlos Vainer, Esther Dweck, Eliane Pereira, Elza Soares, Fábio Sá Earp, Franklin Martins, Hildete Pereira de Melo, Jane Medeiros, Junya Barletta, Laura Carvalho, Leonardo Valente, Maria da Conceição Tavares, Maria da Graça Derengowski Fonseca, Maria Dias, Nádia Battella Gotlib, Nilo Batista, Priscila Cabral, Renata Bastos, Roberto Menescal, Rodrigo Patto Motta e Samuel Araújo

Fotos

Ana Marina Coutinho (Capa), Diogo Vasconcellos, Emmanuel Costa, Everaldo Carneiro, Fernando Souza, Kelvin Melo, Marco Fernandes, Raphael Pizzino

Apoio Institucional

ADUFRJ
Coordenação de Tecnologia, Informação e Comunicação do CCJE, Divisão de Memória Institucional da UFRJ, Gabinete da Reitoria, Panorama UFRJ, Secretaria do Consuni, Arquivo Permanente, Superintendência de Comunicação do Fórum de Ciência e Cultura

Agradecimentos

Agnaldo Fernandes, Bruna Rodrigues, Cláudia Menescal, Cristiane Monteiro, Daniela Lima, Eleonora Ziller, Fátima Madrugá, Gláucia Aguiar, Gilson Castro, Josiane Alcântara, Lúcia Abreu, Luiz Cláudio M. Gomes, Luiz Maranhão, Maria Lúcia Wemeck, Rodrigo Lessa, Thais Andrade, Vanessa Soares, Vinicius Fernandes e Walimir Penedo

Revista VERSUS

Publicação semestral do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE)

A revista Versus volta para retomar o diálogo com o CCJE, com a UFRJ e com a sociedade brasileira, para ajudar a desvendar o espírito por trás do nosso cotidiano universitário, lembrando pessoas que marcaram da Universidade Federal do Rio de Janeiro, momentos destacados de sua história e apresentando a trajetória de nossa instituição.

Como não podia ser diferente, a UFRJ e as comemorações de seus 100 anos são os protagonistas deste número. Ela teve vários nomes, nasceu Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ, 1920), virou Universidade do Brasil (UB, 1937) e finalmente Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 1965), mas sempre consolidando sua vocação universitária. Sua história se confunde com a história do Brasil e, ao revisitar-

mos alguns de seus momentos históricos, reescrevemos os anseios e aspirações de nossa sociedade.

Nesses 100 anos, a UFRJ passou por incertezas e dificuldades, obrigando-a a se repensar e a se reestruturar. O balançar do tempo, com suas idas e vindas, a fizeram enfrentar as transformações sociais, políticas e econômicas da sociedade brasileira. A Versus se propõe, aqui, lembrar (o que sempre representa uma reinterpretação) nosso passado e o nosso presente, dando um veículo de comunicação àquelas vozes que nos habitam. Nosso desafio é tentar distinguir as vozes dos ecos, mostrando as marcas deixadas em nosso caminho. No balanço da UFRJ, buscamos não perder o chão para dar uma ideia da sua estatura.



SUMÁRIO EDIÇÃO Nº 7

PERSONAGEM

Lessa da UFRJ, Lessa do Brasil

6

ENTREVISTA

Maria da Conceição Tavares é sabatinada por mulheres da universidade aos 90 anos

10

ARTIGO

As pioneiras da Ciência da UFRJ

Hildete Pereira de Melo

16

MEMÓRIA

Resistência universitária de 1968

O golpe e as universidades

18

#VERSUSimagem



Panorama retrata o dia a dia da UFRJ

29

80

DI (VERSUS)

Os professores Nilo Batista e Junya Barletta conversam sobre a questão criminal em Clarice Lispector

Clarice e a Faculdade de Direito

88

PRAIA VERMELHA

Teatro de Arena é palco de show histórico da primeira geração da Bossa Nova

95

UFRJ

Minerva pelos olhos do Artífice

A Minerva para cada um



Lessa da UFRJ Lessa do Brasil

DA REDAÇÃO

Carlos Lessa faleceu no dia 5 de julho de 2020, aos 83 anos, no Hospital Copa Star, vítima do coronavírus. O corpo do Ex-reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foi cremado no Memorial do Carmo. Para os mais íntimos, houve a missa de sétimo dia. Algumas outras homenagens chegaram a ser realizadas, mas a despedida coletiva da família, colegas e admiradores ficou para depois do fim da pandemia. “Planejamos o plantio de uma árvore no campus da Praia Vermelha”, conta um dos três filhos, o músico Rodrigo Lessa. Antes de adoecer, Lessa se dedicava à formação de jovens intelectuais nacionalistas, apoiando o trabalho do Instituto da Brasilidade, onde atuava em parceria com o professor Darc Costa, seu colega e vice-presidente, durante a gestão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), entre 2002-2003.

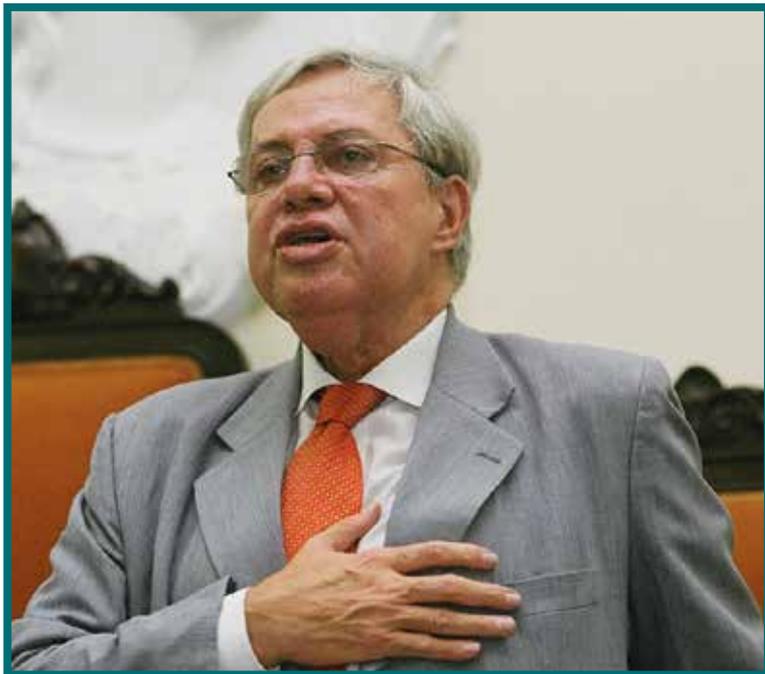
Com formação em economia, Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro de Lessa transitou sem embaraço por universidades mundo afora, assessorou instituições internacionais e participou da vida política do país desde estudante. Especializou-se no desenvolvimento econômico social das cidades na América do Sul, enquanto atuou como Vice-diretor da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Mais tarde, impulsionou a vida cultural do Rio de Janeiro ao reformar um quarteirão de sobrados do século XIX no centro histórico. Por fim, fundiu a paixão pela cultura carioca e pelo desenvolvimento urbano no livro *O Rio de todos os Brasís: uma reflexão em busca da autoestima*. Parte do quebra-cabeça de sua personalidade multifacetada pode ser decifrado por meio de uma extensa entrevista concedida pelo grande mestre à Divisão de Memória Institucional da UFRJ do Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ (SiBI), em 2013.

O apreço pelo paisagismo, por exemplo, está lá registrado. Em conversa, o Ex-reitor fala sobre a intenção de literalmente florir a UFRJ durante sua gestão: “Eu queria muita flor naquela universidade, daí todo dia eu e meu motorista roubávamos um pouco de mudas das casas que tinham flamboyants”. As plantas eram cortadas e levadas para o Horto da UFRJ. “Me pegaram duas vezes. Mas eu expliquei: sou Reitor, estou tirando isso para multiplicar lá no campus da universidade”, revela divertido. “Eu acho que flor é muito importante”.



ENERALDO CARNERIO/FCC



Empossado. Carlos Lessa em cerimônia no Palácio Universitário

Sobre a própria trajetória, Carlos Lessa descreve um currículo que expressa a sua energia de vida. “Eu terminei o curso e resolvi fazer uma pós. Na época, era dada pelo extinto Conselho Nacional de Economia. Terminei em primeiro, e Juvenal Osório Gomes me convocou para substituí-lo como professor. No mesmo momento, fiz o concurso para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Eram poucas vagas, mas mesmo assim entrei. Foi, então, que me apareceu um convite da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)”.

Ele também fala com carinho dos colegas de jornada. “Eu tive

muita sorte, porque a minha geração na Universidade foi a primeira que viveu um grande recrutamento de economistas na vida brasileira”, avalia. “De certa maneira, nós estávamos sistematizando e amplificando o pensamento de Celso Furtado (1920-2004). Éramos todos, de certa maneira, filhos ou influenciados poderosamente pela visão da *Formação Econômica do Brasil*”.

A trajetória do Professor Emérito marcou a história da UFRJ. Seu nome tornou-se um símbolo para a democracia universitária quando aceitou participar do processo que culminou na substituição de José Henrique Vilhena, Reitor à época (1998-2002), nomeado pelo Minis-

Éramos todos, de certa maneira, filhos ou influenciados poderosamente pela visão da obra *Formação Econômica do Brasil*

tro da Educação, Paulo Renato de Souza, na gestão de Fernando Henrique Cardoso. “A nomeação de um interventor foi uma catástrofe para a UFRJ: funcionários indignados, professores indignados, estudantes indignados”, narra Lessa.

“No Conselho Universitário (Consuni) de 1998 a 2002, Carlos Lessa foi a voz de uma comunidade acadêmica inteira que estava indignada com o não reconhecimento da autonomia e desrespeito ao resultado das urnas”, avalia o Decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), Flávio Alves Martins. Sobre a atuação do Ex-reitor, o docente da Faculdade Nacional de Direito diz que Lessa, no



O Vilhena era tão neurótico que tinha mandado colocar uma porta de aço na sala de recepção da reitoria. Uma coisa horrorosa!



Portas abertas. Desbloqueio da entrada principal da reitoria para a comunidade foi a primeira medida do novo reitor

comando da universidade, "soube ser sensível a uma histórica unidade que jazia moribunda à espera do oxigênio de uma dezena e meia de concursos docentes pela reserva técnica da reitoria".

A vitória de Lessa, na rodada eleitoral seguinte, com 85% dos votos, expressou uma ampla coalizão em torno da defesa da autonomia universitária e do diálogo. "O Vilhena era tão neurótico que tinha mandado colocar uma porta de aço na sala de recepção da reitoria. Uma coisa horrorosa!", critica. "No primeiro dia, quando assumi, arranquei a porta com toda publicidade que você possa imaginar. E pedi à Escola de Belas Artes que fizessem dela

um objeto de arte, para ficar como lembrança de um período infame".

A experiência como reitor, contudo, foi abruptamente interrompida pela reviravolta política do país. A eleição de Luis Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da república amplia o horizonte de responsabilidades para os dirigentes comprometidos com um projeto progressista e popular para o Brasil. E, por influência de Maria da Conceição Tavares, ele é convocado para assumir a liderança do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Lessa mantém-se Reitor entre 2002-2003. "Quando elegemos o Lessa Reitor, foi uma festa", lem-

bra Maria Lucia Teixeira Werneck Vianna, Ex-decana do CCJE. "Ele acabou ficando pouco tempo, um ano e meio. A ida dele para o BNDES foi muito ruim, muito decepcionante para a universidade. Os professores se sentiram trocados. Ficou um clima de abandono".

O afastamento é aprovado em uma sessão do Consuni, por solici-



FERNANDO SOUZA/ADUFRR

Maria Lucia Werneck, Ex-decana do CCJE.

tação pessoal do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “Eu disse que só aceitaria ir para o BNDES sob duas condições, a primeira era nomear toda a diretoria”, relata Lessa. “A outra coisa era que Lula escrevesse uma carta de próprio punho, pedindo que o Consuni me liberasse para ser presidente do BNDES. Se o Conselho dissesse não, eu não ia aceitar”.

Crítico severo das políticas liberais, Carlos Lessa promoveu, no banco de fomento, uma política marcada pelo foco no crescimento econômico e na ampliação da competitividade da indústria nacional. Para isso, defendeu uma política de aumento dos investimentos públicos, reestruturação da rede ferroviária e de navegação de cabotagem, e redução da taxa de juros. Essas estratégias receberam críticas implacáveis da mídia, do Congresso e até de parte do próprio governo. Dessa forma, a gestão durou de janeiro de 2003 a novembro 2004.

Lessa foi um intelectual comprometido com a superação das mazelas brasileiras. A desigualdade – em especial, os caminhos para suplantá-la – foi a grande questão para sua geração de economistas desenvolvimentistas e, também, o foco da



Ex-reitor ao lado do Professor Emérito Luiz Pinguelli Rosa

sua obra mais popular, *Introdução à Economia: uma abordagem estruturalista* (1974), publicada em parceria com Antonio Barros de Castro. Já *Quinze Anos de Política Econômica* se tornou outra referência pela análise que conjuga economia e história.

À capital fluminense, uma de suas paixões, ele dedicou *O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de autoestima* (2000). O interesse pelas cidades veio da experiência no Centro Interamericano de Desenvolvimento Urbano, das Nações Unidas e assumiu diferentes cores e contornos graças ao gosto pela cultura e pelas festas, em particular. “Eu adoro o povão e o povão adora festa”, brinca, durante a entrevista de 2013.

Um de seus desejos foi a unificação do carnaval da UFRJ. “Eu descobri que havia uns professores carnavalescos ilustres na universidade. Os ensaios dos seus blocos ocorriam na Praia Vermelha e no Hospital Universitário. Entrei em contato com eles e, juntos, organizamos um bloco, o Minerva Assanhada. Evidente, para mim, o mais importante era unir os *campi* da Universidade numa atividade festiva”, explica. “A minha ideia era que a UFRJ passasse a disputar com o Bola Preta ou com o Simpatia É Quase Amor. Eu juro para você que esta seria uma das melhores maneiras de fazer com que a população gostasse mais da UFRJ”.

“Trabalhando no Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) com os dados sobre a propriedade da terra no Brasil, conheci a terrível desigualdade da sociedade brasileira através da concentração de terras que mostrava este banco de dados. Sensibilizada com a questão, resolvi estudar Ciências Econômicas para compreender como esta terra tinha tal problemática. Tentei conseguir a validação de meu di-

ploma português de Matemática e Estatística, mas não consegui; assim, prestei vestibular e em 1957 iniciei o curso de Ciências Econômicas na antiga Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro, e esta universidade faz parte da minha vida desde então. Estou há 63 anos na UFRJ e aos 90 anos, fico feliz em compartilhar com toda comunidade universitária os 100 anos de nossa Instituição.

INTELIGÊNCIA E INDIGNAÇÃO

Aos noventa anos, a mais influente economista do Brasil e da América Latina está seletiva com entrevistas. Ainda assim, ela brindou a Versus, ao aceitar o convite para uma proposta diferente: uma sabatina só de mulheres — mais ainda, uma troca de ideias com pesquisadoras da nova geração universitária.

O papel da indignação na produção acadêmica, a relação entre os intelectuais e a política, o lugar do desenvolvimento em um novo contexto de crise econômica e a importância da liderança feminina em espaços de poder, como a Universi-

dade, estão entre os temas destacados.

Participaram da conversa virtual — por limitações impostas pela pandemia — as professoras da UFRJ, Esther Dweck do Instituto de Economia (IE); Renata Bastos do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR); Eliane Pereira da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC); além de Laura Carvalho, docente da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP). A equipe da Versus também levantou questões.



Esther Dweck



Renata Bastos



Laura Carvalho



Eliane Pereira

Esther Dweck (IE) Recentemente, eu assisti a uma apresentação da Prof. Shoshana Zuboff, na qual ela menciona que a Hannah Arendt foi questionada sobre o seu tom de indignação e que o mesmo atrapalharia a sua investigação acadêmica. Arendt respondeu que, se ela descrevesse o fenômeno que estudava sem tal indignação, na verdade, estaria retirando o fenômeno do seu contexto social. É impossível não fazer um paralelo com as suas diversas intervenções no debate público. A senhora sempre fala com paixão sobre economia e com desconfiança sobre a ciência econômica. Como a sua indignação com a realidade econômica e social influenciou seu pensamento econômico?

Maria da Conceição Tavares Acho que as mulheres não gostam de impotência e, na minha visão, a Ciência Econômica é impotente. A razão porque sou indignada com a Ciência Econômica é que esta se refere ao mercado e ignora os fenômenos sociais, como a desigualdade econômica e social.

Dweck (IE) O Ha-Joon Chang comentou uma vez que o Brasil é um dos poucos países em desenvolvimento com expressiva produção intelectual econômica heterodoxa. A senhora é, sem dúvida, uma das principais responsáveis, pois contribuiu de

forma decisiva para existência de dois centros de pós-graduação, o da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e o da UFRJ, que formaram diversos economistas heterodoxos atuantes em diversas partes do Brasil. Recentemente, tem se fortalecido um movimento mundial para se repensar a economia e a ciência econômica, que conta com apoio até do Papa Francisco. Como a senhora vê essas iniciativas e a necessidade de se repensar a ciência econômica e o ensino de economia?

Conceição Vejo com muita alegria que a realidade seja levada em conta e não apenas a fantasia dos modelos. E, no momento atual, as crises econômica e sanitária obrigam a sociedade a repensar o desenvolvimento, porque o neoliberalismo não explica e nem toma conhecimento da desigualdade.

Renata Bastos (IPPUR) Elionor Ostrom e recentemente Esther Duflo são as únicas mulheres a ganharem o prêmio Nobel em economia. Tendo em perspectiva os seus trabalhos, pergunto: as mulheres estudam mais as políticas públicas de enfrentamento da desigualdade social?

Conceição Sim. As mulheres são marcadas pela sua socialização e responsáveis pelo cuidado da humanidade.



Maria da Conceição Tavares

Bastos (IPPUR) Os trabalhos de economia vinculados com a Seguridade Social, ou seja, com a Saúde, Previdência Social e Assistência Social, são mais realizados pelas mulheres?

Conceição Sim. Elas são socializadas como responsáveis pela vida. São mães de família ou escolhem profissões que são extensões destas tarefas: educação, saúde, serviços sociais, trabalhadoras domésticas e cuidadoras de idosos, doentes e pessoas com deficiência.

Laura **Carvalho** (FEA-USP) No ensaio *Além da estagnação*, você trabalhou a relação entre industrialização e concentração de renda no período da ditadura militar. Nos anos 2000, a redução de certas desigualdades salariais veio associada a uma perda de peso da indústria e expansão dos serviços, que empregam trabalhadores menos escolarizados. Será que há um dilema entre industrializar e distribuir? Como superá-lo?

Conceição Na medida, que a “industrialização” significa acumulação de capital e, nesse processo acumulativo, não acontece “redistribuição”. Para que haja melhor redistribuição, é necessário que a acumulação de capital se dê mais lentamente ou que o movimento social seja poderoso. No caso dos

países desenvolvidos deve-se levar em consideração tanto o poder sindical no embate de classe ao poder do capital, quanto a destruição da II Grande Guerra (1939-1945) e a da Guerra Fria, como fatores explicativos para a redistribuição daquelas sociedades.

Carvalho (FEA-USP) Celso Furtado, em seus diários, aborda a dificuldade de se preservar a independência intelectual e a credibilidade acadêmica quando se opta por participar do alto escalão de governos. No Legislativo talvez seja diferente, mas há também diretrizes partidárias que podem entrar em conflito com ideias formuladas



Coletânea de 2019 reúne 50 anos de reflexões de Tavares sobre o desenvolvimento na América Latina

e da independência que devem marcar o trabalho de um intelectual?

Conceição Isso fica em evidência porque a política não é neutra e a atividade intelectual “supostamente” é neutra. No exercício da atividade parlamentar, o poder é disputado com seus pares, assim, as posições políticas se tornarão difusas entre os iguais. Talvez, isso explique as dificuldades dos intelectuais no exercício da política.

Eliane Ribeiro **Pereira** (FACC)
A UFRJ este ano completa um século de existência. A senhora sempre foi uma mulher à frente de seu tempo, enfrentando, com muita fibra, muitos desafios. Durante todo esse tempo, muita coisa mudou e hoje temos um contingente significativo de mulheres nos diferentes postos de trabalho. Na sua opinião, qual a importância da liderança feminina na nossa Universidade?

Conceição É com muita alegria que assisto a UFRJ completar 100 anos no momento em que é liderada por uma mulher, a professora Denise Pires de Carvalho, primeira Reitora eleita para comandar os destinos da Universidade. Isto indica que vivemos outros tempos e que a igualdade entre os sexos e medidas antirracistas avançaram,



FERNANDO SOUZA/ADUFRI

Denise Pires de Carvalho, primeira reitora eleita da UFRJ

assim como, a afirmação da liderança científica das mulheres!

Versus Houve algum episódio em sua carreira, no qual pode constatar perda de oportunidade determinada pelo fato de a senhora ser mulher

Conceição Nunca me senti discriminada porque sempre me considerei uma professora e nada mais. Fui sempre uma professora! E desde que iniciei a carreira docente sempre



Tavares celebra seus 88 anos durante homenagem realizada no Auditório Pedro Calmon

tentei explicar as coisas com distanciamento até no meu mandato na Câmara Federal (1995-1999) fui professora da bancada.

Versus Se pudesse deixar um conselho para uma pesquisadora, qual seria?

Conceição Lamento, mas não costumo dar conselhos gratuitos, a experiência de cada uma é individual e não copiável.

Eliane Ribeiro Pereira (FACC) A senhora foi uma grande amiga do professor Carlos Lessa, que dizia que a Economia era a mais triste das ciências, porque, segundo ele, “a reflexão sobre o econômico leva as pessoas à sensação de impotência”. Estamos vivendo, no Brasil um dos momentos mais difíceis de nossa história. A senhora acredita que essa tristeza tem remédio?

Conceição Concordo com a observação do Carlos Francisco. E a tristeza de hoje tem tudo a ver com a impotência diante da dura realidade...

Versus A sugestão do nome de Carlos Lessa para a presidência do BNDES, feita ao então presidente Lula, partiu da professora? O que motivou essa indicação?

Conceição Sim. O que motivou minha indicação foi que Carlos Lessa era um dos mais brilhantes economistas da minha geração, um homem comprometido com a questão social e não apenas com a eficiência econômica. E, seguramente, Lessa não era um tecnocrata.

Havia outro brilhante economista na consulta do Lula, o professor Luciano Coutinho. Esse ex-colega da UNICAMP era de uma geração mais nova. Por isso privilegiei uma escolha geracional e preferi meu amigo e colega Carlos Francisco da Faculdade de Ciências Econômicas.

As pioneiras da Ciência da UFRJ

HILDETE PEREIRA DE MELO*



As comemorações dos 100 anos da fundação da UFRJ é motivo de orgulho para toda a comunidade universitária brasileira. A primeira universidade organizada no Brasil, na então Capital Federal, é um símbolo de poder na sociedade. Lembrar este centenário permite refletir sobre o processo de desenvolvimento científico vivido pelo país, no qual esta instituição teve um papel fundamental e pioneiro. No entanto, estas notas têm como objetivo destacar as mulheres que ousaram vencer os preconceitos e ingressaram nesta universidade, seja como estudantes seja como profissionais. Muitas se destacaram nas carreiras científicas escolhidas e merecem ser reconhecidas como pioneiras da ciência brasileira ao longo deste século. Tempo em que o sistema univer-

sitário e científico nacional se consolidou, tendo a UFRJ como um dos mais sólidos centros científicos do Brasil.

A nota se faz importante, porque há uma certa “invisibilidade” das mulheres no campo dos saberes científicos. Porém, na atualidade, graças às lutas das mulheres feministas brancas e negras, este véu está sendo rasgado, e o centenário da nossa UFRJ está sob a regência da professora Denise Pires de Carvalho, primeira Reitora desta centenária instituição. Sua gestão representa uma vitória das mulheres que ousaram trilhar o caminho para a construção de uma história de igualdade para as futuras gerações.

Como um ato comemorativo deste centenário resgatamos as pioneiras da ciência brasileira que tiveram sua formação acadêmica nesta Universidade ou exerceram seu labor científico nela. Em uma pesquisa da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) de 2006, de autoria compartilhada por mim e por Ligia Rodrigues, 16 mulheres foram consideradas pioneiras da Ciência brasileira nos diversos ramos científicos. Dentre estas, cinco eram mulheres que haviam construído suas carreiras científicas seja na graduação seja na vida acadêmica na UFRJ: as físicas Elisa Frota Pessoa (1921 – 2019) e Neusa Amato (1926 – 2015), a historiadora Eulália Maria Lahmener Lobo (1924 – 2011), a matemática Marília Chaves Peixoto (1921– 1961) e a economista Maria da Conceição Tavares (1930 –). Posteriormente, esta pesquisa foi ampliada e a essa lista foram incorporados os nomes da engenheira química Eloisa Biasotto Mano (1924 – 2019), da química Aída Hassón-Voloch (1922- 2007) e da historiadora negra Maria Beatriz Nascimento (1942 – 1995), pioneira nos estudos sobre discriminação racial.

Estas oito mulheres simbolizam a trajetória da UFRJ no percurso de formar gerações de brasileiras/os. Não há diagnósticos que demonstrem as dificuldades encontradas por essas mulheres ao viverem

suas respectivas carreiras acadêmicas. Isto porque ainda no século XXI este continua sendo um espaço de poder masculino, e a história da Universidade Federal do Rio de Janeiro mostra como as mulheres estiveram por muito tempo distantes dos bancos escolares, das bancadas dos laboratórios, da pesquisa científica e dos postos de direção. No entanto, hoje, a centenária UFRJ é dirigida por uma mulher, tem cada vez mais professoras e pesquisadoras e jovens estudantes, brancas e negras, que encham suas salas de aula e laboratórios com esperança de viveram a carreira científica em pé de igualdade com os homens.

**Professora e pesquisadora da Faculdade de Economia, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Políticas Sociais e do Núcleo de Pesquisa em Gênero e Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF).*

Resistência de 1968

As lições do passado projetam o futuro. Regimes democráticos avançam a partir das reflexões sobre regimes autoritários. A receita não é nova, nem muito complexa. Mas, na prática, a teoria pode ser outra. Incompleta, a redemocratização brasileira se contorce com a eleição massiva de um projeto autoritário em 2018, depois da experiência de mais de duas décadas de ditadura civil-militar. Sinal amarelo. É hora de revisitar as trajetórias, localizar erros, acertar as contas e traçar novos rumos.

A universidade, claro, tem mais uma vez um papel importante nessa história. Por isso, a Versus convidou quatro protagonistas

do movimento estudantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1968, para reconstruir a memória da resistência pela liberdade no campus da Praia Vermelha e para amadurecer olhares sobre o presente. “Rememorar é sempre um ato do presente. A memória não é um resíduo guardado em um disco rígido”, observa Carlos Vainer, hoje professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional

(IPPUR), um dos personagens.

No foco, a ação de repressão de 20 de junho daquele ano, quando centenas de estudantes foram brutalmente espancados e presos por tropas da polícia militar na saída de uma assembleia. A reunião, que debatia uma Reforma para mudar a cara do ensino superior brasileiro e atraía mais de três mil jovens, que acabaram subvertendo a hierarquia universitária e deslocando

universitária

ELISA MONTEIRO

o centro diretivo da sessão do Conselho Universitário do auditório Pedro Calmon para o Teatro de Arena.

A violência contra uma juventude desarmada acendeu o pavio para a sequência de manifestações mais amplas, que tiveram seu ponto alto no chamado ato dos “Cem mil”. “Intelectuais, artistas, membros da igreja progressista foram unificados na mobilização de grande envergadura que pa-

ralisou o Rio de Janeiro. Se o comício pelas diretas teve um milhão de pessoas, a manifestação dos cem mil teve quase isso. Foi uma derrota política monumental para a ditadura”, recorda o jornalista e ex-ministro-chefe da Secretaria de Comunicação, Franklin Martins.

À frente do Diretório Central dos Estudantes (DCE), na época, ele fala com orgulho da própria geração. “A ditadura foi obrigada a recuar, basicamente, por estudantes desarmados que tacavam pedras e bolinhas de gude para que os cavalos escorregassem. Aquilo foi o auge do movimento estudantil”.



LIBERDADE é palavra de ordem estudantil da década de 1960. Cartaz cobra reabertura de Calabouço

Mil novecentos e sessenta e oito foi o ano dos jovens. Mundo afora, eles não deixaram pedra sobre pedra. Disseram não ao racismo, ao machismo, à guerra. Disseram não ao imperialismo e a toda forma de autoritarismo. E com essa pequena palavra chacoalharam as estruturas de poder na França, nos Estados Unidos, no leste Europeu, no Japão, no México e no Brasil.

“As insatisfações vieram à tona. Os insatisfeitos saíram do armário. Insatisfeitos em diversos campos políticos”, avalia Fábio Sá Earp, ex-aluno do curso de Economia e, hoje, professor e pesquisador do Instituto de Economia (IE). “Nos

Estados Unidos, havia a ascensão do movimento negro, em torno do assassinato do pastor Martin Luther King Jr. Havia ainda uma insatisfação profunda pelo recrutamento para a Guerra do Vietnã”, relembra. Um fenômeno multidimensional é como ele resume o caldo político do momento.

Seu contemporâneo, o professor do IPPUR, Carlos Vainer, concorda. “Nós éramos os negros americanos nas ruas e os vietnamitas que desafiavam a maior potencia mundial. Éramos tudo isso, sendo os jovens que se defrontaram com a ditadura”, ele diz. E completa: “Nosso engajamento pela democracia, progressivamente, evoluiu para a luta contra todas as

formas de exploração e de opressão”.

Para a docente do IE, Maria da Graça Derengowski Fonseca, universitária à época, a principal vitória da revolução cultural dos anos 1960 foi arrancada pelo feminismo. “O ingresso da mulher no mercado de trabalho, a partir de 1968, ampliou imensamente a participação feminina na sociedade”, avalia.

“Na área dos costumes, havia muita renovação. A pílula anticoncepcional passou a ser consumida largamente no Brasil”, acrescenta o jornalista Franklin Martins. “As pessoas começaram a transar muito mais. As coisas começaram a ficar mais abertas. Passou-se a questionar uma ‘carentice’ mental



EDSON LUÍS. Estudantes protestam na escadaria da Câmara antes do enterro do secundarista

que existia na sociedade, no mundo inteiro”. Expulso da Faculdade de Economia por subversão, em 1969, o ex-ministro-chefe da Secretaria de Comunicação liderou o Diretório Central dos Estudantes Livre.

O TRAUMA DE 1964

Presidente do Diretório Central dos Estudantes da UFRJ, em 1968, Franklin afirma que “1968 não é um raio no céu azul” e dá ênfase ao processo de reconstrução do movimento estudantil depois do golpe, em 1964. “O golpe traumatizou muito a sociedade, pela agressão à Constituição e a um presidente eleito”, avalia, “a juventude daquela época foi marcada por essa derrota e pela ideia de não se submeter. De não aceitar mais”.

O movimento estudantil da época era traduzido em três siglas: UNE (União Nacional dos Estudantes), UME (União Metropolitana dos Estudantes) e UMES (União Metropolitana de Estudantes Secundaristas). “Eram as entidades que convocava as manifestações, faziam panfletos e faixas. E que forneciam as lideranças para fazer as falas nos atos. Eventualmente, tinham que ser protegidos por nós para não serem presos”, explica o professor Fábio Sá Earp.

UMA ORGANIZAÇÃO PARTICULAR

Mas o dia a dia do movimento estudantil estava muito distante de um centralismo partidário. “Eu

diria que o movimento estudantil era o espaço mais democrático do país. Havia discussões calorosas sobre tudo”, avalia Fábio Sá Earp. E ao retomar algumas polêmicas, o docente lembra-se de um caso divertido. “Certa vez, acompanhei uma disputa se a faixa teria escrito abaixo a ditadura ou abaixo a ditadura militar. Alguém exaltado esbravejou: e você concorda com uma ditadura civil?!”.

Na visão de Franklin Martins, a UNE expressava a opinião de parcela da classe média favorável às reformas de base. “Não por acaso, uma das primeiras providências do grupo civil-militar que apoiou

o golpe foi queimar a sede da entidade, na Praia do Flamengo”, argumenta. Até pouco tempo capital nacional, o Rio de Janeiro se mantinha como o centro da disputa política no Brasil e a UFRJ da Praia Vermelha era reconhecida como um dos polos de resistência à ditadura. “Nosso campus era o foco da efervescência do Rio de Janeiro. Vinham participar do nosso movimento estudantes de outras faculdades”, resgata Maria da Graça.

NA MIRA DA REPRESSÃO

A professora do Instituto de Economia diz que desbaratar a organização estudantil era um dos focos do regime. “A gente sabia que a orientação dos governos militares era separar os grupos. A primeira ideia era tirar vários centros da Praia Vermelha. Isso marcou profundamente a minha compreensão da importância do campus. Até porque a nossa reitoria estava ali”. Naquela época, poucas unidades

da Universidade do Brasil estavam no Fundão. “Aquela parte da Urca detinha a maior concentração de estudantes”, observa Franklin Martins.

Desde o golpe, a paranoia tomou conta do ambiente universitário e impôs uma rotina de cautela na hora de expressar opiniões em público. “Todos sabiam que as universidades tinham ‘infiltrados’. Criou-se um clima de medo”, lembra Fábio Sá Earp. “As pessoas olhavam para os lados, antes de di-

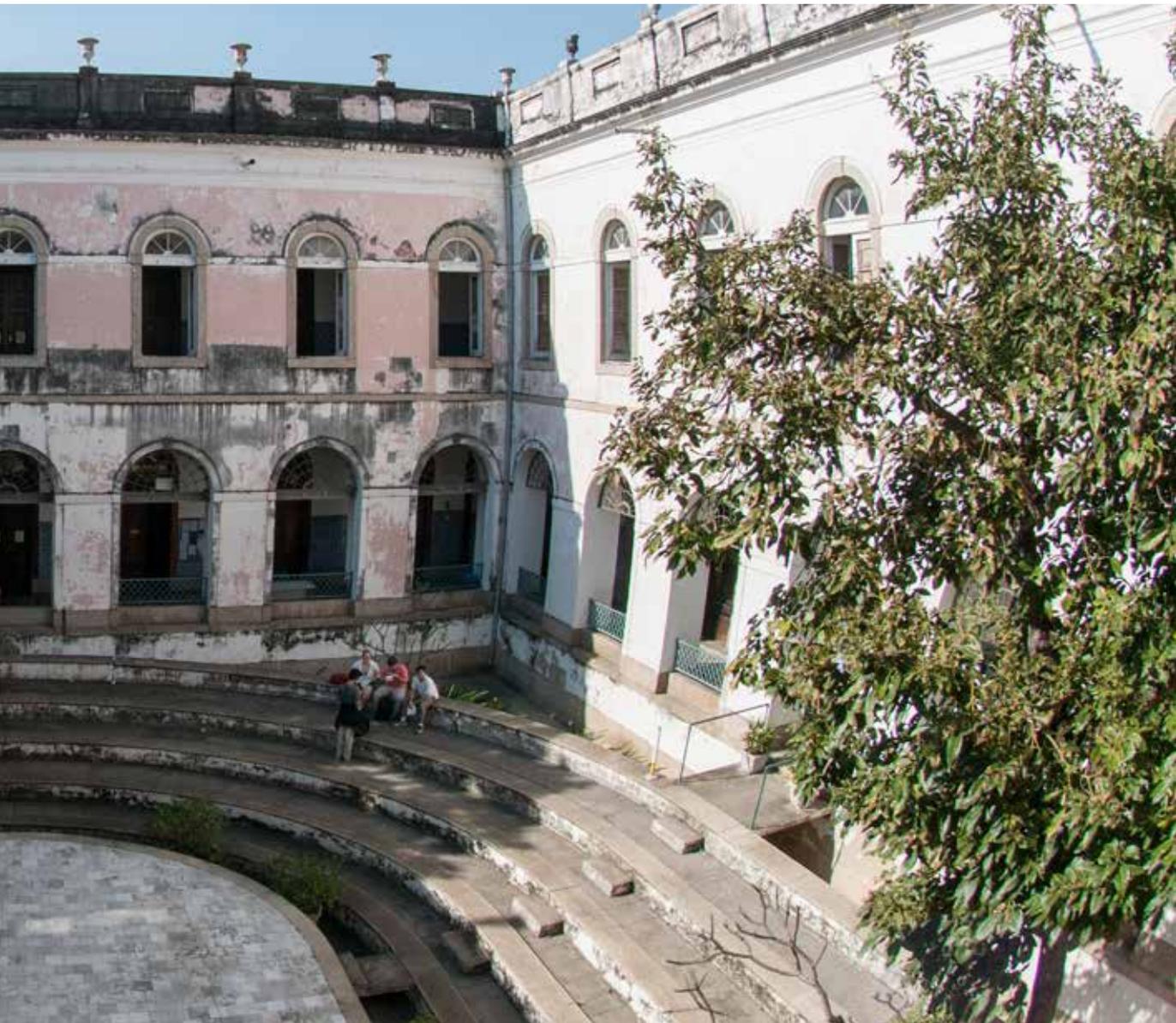


zer o que pensavam. Isso foi muito prejudicial para a formação daquela geração”.

A invasão violenta da Faculdade de Medicina pela polícia, em setembro de 1966, que pôs fim a uma ocupação estudantil, também deixou cicatrizes no movimento. Segundo Franklin Martins, entre 1966 e 1967, começa a amadurecer uma maior compreensão sobre a importância da articulação entre as bandeira em defesa da educação e

A gente sabia que a orientação dos militares era separar os grupos

a política mais ampla. “Havia uma noção de que a principal luta era pela liberdade e contra a ditadura. Mas isso afastava lideranças estudantis. Uma parte dos estudantes estava preocupada em ter um ensino melhor”, ele explica. “A universidade cheirava a naftalina. Não tinha aquele dinamismo, energia, vibração que a ela precisa ter. Estava todo mundo cumprindo tabela ali”.





ACOSSADOS. Estudantes são agredidos e detidos no antigo estádio de General Severiano, após assembleia na Praia Vermelha

A UNIVERSIDADE DE PONTA-CABEÇA

No dia 20 de junho de 1968, a gota d'água transbordou o copo. O movimento estudantil marcou uma assembleia para debater a necessidade de uma reforma universitária. A pauta aglomerou mais de três mil jovens no Teatro de Arena, uma espécie de “segunda casa” para os discentes, segundo Franklin Martins. “Já tínhamos derrotado o projeto de cobrança na universidade, mas nós queríamos debater os currículos. A gente queria discutir a influência do estudante dentro da estrutura da universidade. Nós queríamos participar daquilo”, explica.

Ao mesmo tempo, o Conselho Universitário reunia-se onde hoje é o auditório Pedro Calmon. “O

DCE tinha um representante no Consuni. Nós entramos em grupo e fizemos a convocação. A ideia era trazer os conselheiros para a nossa assembleia”, lembra Carlos Vainer. “Nunca tinha refletido sobre isso, mas foi uma inversão de lugares e de papéis. De certa forma, uma subversão da hierarquia universitária, com os professores em uma reunião de estudantes”.

Cerca de sessenta docentes acompanharam horas de intervenções sobre mudanças para a universidade. “Não se aprovou nada, mas abriu-se um diálogo muito forte”, conta Franklin Martins. “Foi uma coisa muito forte”.

Antes que a reunião terminasse, o conjunto de prédios da UFRJ

no início da Urca foi cercado pela Polícia Militar. “Estava acertado de que não ficaríamos ali até de madrugada. Não queríamos repetir 1966, quando a polícia invadiu a Faculdade de Medicina. Achávamos que seria um novo massacre”, relata Carlos Vainer. “O combinado era sairmos antes de anoitecer. Mas a certa altura a polícia já estava lá”.

Clementino Fraga, Vice-reitor na gestão do Reitor Raymundo Moniz de Aragão, enviou um grupo de docentes para negociar a liberação não violenta das saídas para os estudantes. Sem sucesso. “Já começava a escurecer quando nós saímos por onde tinha o antigo restaurante universitário, próximo à saída de carro do Hospital Pinel. A polícia estava

concentrada na esquina da Venceslau Brás com a Avenida Pasteur. Era um contingente muito grande de PMs”, reconstitui Franklin Martins.

O Vice-reitor veio à frente do grupo: “Ele disse: ‘eu vou sair junto com vocês’. Se eles vão bater em vocês, eu vou estar na frente. Foi uma atitude de uma dignidade imensa”, diz Franklin Martins. Em menos de cinco minutos, explodiu a violência. Quem saiu primeiro, junto com os professores, escapou. Uma pequena parte se abrigou novamente na universidade. Mais de trezentos estudantes foram presos, espancados e humilhados.

“Quem se refugiou no campo do Botafogo acabou cercado pela polícia. E aí foi um festival de brutalidade. Soldado mijando em cima de estudante, soldado ‘bulinando’ menina, dando tapa. Uma violência”, reconstitui Franklin Martins. Carlos Vainer esteve entre o grupo. “Três dias detido. Prisão leve”, brinca descontraído o docente.

CENTELHA

O covarde episódio, no campus da Paria Vermelha, detonou a última onda de atos políticos contra a ditadura até a interdição completa das manifestações pela edição do Ato Institucional Número Cinco (AI-5), em dezembro de 1968. “Quem não foi preso, no dia 20 de junho, convocou uma manifestação para o Centro da cidade



OS REGISTROS da imprensa sobre a violência dos militares contra os estudantes ampliaram a adesão aos atos contra a ditadura

no dia seguinte. Então, aconteceu uma coisa extraordinária, houve um levante. Pela primeira vez, um ato contra a ditadura não era mais exclusivamente de estudantes. E foi uma guerra, um momento de coragem popular que vai desaguar na Manifestação dos Cem Mil”, conta Vainer.

De acordo com a imprensa, os hospitais registraram 28 óbitos no conflito. “A manifestação tomou conta do Rio. E a repressão é de uma violência monumental. Naquele dia, jogaram bomba de gás lacrimogêneo de helicóptero”, relata Franklin Martins. O inesperado, segundo o jornalista, foi a adesão popular. “O momento mais violento ocorreu entre meio dia e três da tarde. Mas a passeata estudantil havia terminado às onze e meia. Foi

a população do centro do Rio, office-boy, secretário, entregador que reagiu. Um PM foi morto por um balde de cimento, jogado de uma obra, por um trabalhador”.

Na semana seguinte, o último sopro de esperança. O chamado Ato dos Cem Mil reuniu nas ruas do Centro do Rio de Janeiro, pela

Pela primeira vez, um ato contra a ditadura não era mais exclusivamente de estudantes

última vez, toda a oposição ao regime civil-militar. “Havia um sentimento de que estávamos muito próximos de derrotar a ditadura. Não foi o que aconteceu para tristeza de todos nós. E do povo brasileiro”, fecha Carlos Vainer.

O CHEIRO DA NOVA ESTAÇÃO

Sobre o porvir, a geração de 1968 da Praia Vermelha é cuidadosa. “O movimento universitário hoje é inteiramente diferente do ponto de vista social. Temos muito mais gente na universidade, muito mais faculdades privadas. As bandeiras são outras”, argumenta Franklin Martins. O jornalista, contudo, também reconhece convergências: “a juventude universitária tem muita capacidade de sentir o cheiro da

nova estação, como dizia Belchior”.

“Cada geração tem a sua cabeça, a sua cultura, os seus problemas”, concorda o professor do IE. Como semelhanças entre o passado e o presente, Fábio Earp cita a luta racial e das mulheres, destacando as particularidades de cada contexto. “A questão da luta contra o racismo, a partir da morte do George Floyd, é similar ao que aconteceu em 1968”, analisa. “Mas, há uma diferença importante: nos anos sessenta, você não tinha um avanço da cidadania dos negros nos Estados Unidos, um Barack Obama na presidência”.

Para o docente da UFRJ, as bandeiras antirracistas ou feministas, hoje, são incorporadas como parte de “um mínimo indispensável”

...a juventude universitária tem muita capacidade de sentir o cheiro da nova estação, como dizia Belchior.

para normalidade democrática, “pelo menos na cultura urbana das metrópoles”. O espaço de vanguarda, então, passa a ser ocupado por novas agendas, como a ambiental. “No final do século XX, há uma tomada de consciência de que a nossa vida no planeta não é eterna nem está assegurada e que a humanidade pode fazer um suicídio. Essa consciência de que a humanidade pode se autodestruir se não mudar de conduta é uma diferença radical”, avalia Fábio Earp. “Na minha geração, a bandeira ecológica era uma piada. Hoje é algo revolucionário”, compara.



DIÁRIOS DO RIO chegaram a apoiar inicialmente o golpe

O golpe e as universidades



Embora a ruptura democrática de 1964, no Brasil, seja conhecida como ditadura militar, a historiografia, há muito, bate na tecla de que o golpe contou com um amplo arco de apoiadores. “As elites empresariais urbanas e os fazendeiros, os donos das grandes empresas de mídia, a maior parte da hierarquia católica e dos líderes protestantes, as classes médias, os setores majoritários da elite política e da elite judiciária”, lista o docente e pesquisador da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Rodrigo Patto Sá Motta.

Autor do livro *As universidades e o regime militar* (Zahar, 2014), o historiador explica que a heterogeneidade dos grupos apoiadores do golpe de 1964 tornou difícil, de uma forma geral, formular um projeto ideológico e mesmo um projeto de governo. Como exemplo, ele cita as diretrizes econômicas. “A ditadura começou fazendo algumas reformas liberais, mas grupos nacionalistas de direita ficaram insatisfeitos e no segundo momento ocorreu uma aproximação com o desenvolvimentismo autoritário e excludente, é claro”.

Já em relação às universidades, Patto destaca que o governo Castelo Branco ensaiou implantar um modelo próximo ao dos EUA, com cobrança de mensalidades nas universidades públicas. O que não chegou a ser levado adiante. Predominou, então, uma reforma conservadora, centrada no tecnicismo e no cerceamento político. “A partir de 1967 e 1968, a ditadura decidiu reformar e injetar verbas no sistema universitário público, ao mesmo tempo que mantinha e em seguida radicalizava as ações repressivas”.

As razões, segundo o pesquisador, foram duas: aumentar a oferta de mão de obra e de tecnologia para o crescimento econômico – e aumentar a simpatia da opinião pública pela ditadura – e amortecer a crítica entre intelectuais e cientistas. “Foi certamente um modelo autoritário e elitista, estimulando desigualdades não apenas do ponto de vista social como também regional. As universidades públicas, mais bem equipadas e gratuitas, atendiam majoritariamente os jovens das classes médias e superiores”, avalia.

Versus Como os setores universitários, professores, alunos e funcionários foram diretamente afetados pelo golpe?

Rodrigo Patto O primeiro aspecto a destacar é que os expurgos (as demissões e aposentadorias compulsórias) e a vigilância política nas universidades disseminaram medo e insegurança, mesmo entre os não afetados diretamente. Ainda assim, muitos membros da comunidade universitária participaram de protestos ou seguiram tendo ideias contrárias à ditadura. Por outro lado, houve quem aderisse. Houve professores que assumiram cargos importantes na ditadura, não podemos esquecer isso. E outros tantos se acomodaram, especialmente devido ao aumento de oportunidades de estudo e pesquisa.

V Como a produção de conhecimento, o ensino e a pesquisa foram afetados?

RP É uma questão complexa. Há que se considerar o aumento no número de estudantes e professores, bem como a ampliação da infraestrutura de pesquisa e pós-graduação, que aumentou oportunidades em muitas áreas do saber. Porém, esses investimentos privilegiaram as ciências naturais e as áreas de tecnologia. Simultaneamente, os expurgos e a vigilância política seguiram intensos, de modo que o ensino e a pesquisa eram controlados e certos temas censurados, principalmente nas Ciências Humanas e Sociais. Em suma, as atividades foram afetadas de maneira diferente, a depender da área e do grau das suspeitas despertadas nos órgãos de repressão.

V Como as agências de informação atuavam nas universidades?

RP As Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI) universitárias foram criadas oficialmente em 1971, mas algumas já estavam em funcionamento antes e eram um braço avançado do sistema de informações da ditadura nas universidades. Elas estavam nas instituições estratégicas por concentrarem muitos opositores, alvo privilegiado da repressão. A função principal delas era vigiar a comunidade para identificar os "subversivos". Por isso elas atuaram na triagem (e bloqueio) das contratações de docentes, servidores e bolsistas.

V O que a sua pesquisa descobriu sobre a AESI da UFRJ?

RP É provável que tenha sido criada em 1971. Em 1973, ela aparece em uma lista dos órgãos congêneres e escritório do Chefe da AESI-UFRJ era no Fundão, no prédio da Arquitetura. Para ser franco, achei estranho que na pesquisa feita no fundo documental do SNI do Arquivo Nacional, havia poucos registros da AESI ou Assessoria de Segurança e Informação (ASI) da UFRJ. Fiquei com a sensação de que documentos foram destruídos, ou talvez a agência não tenha sido muito atuante, pois o Rio de Janeiro já contava com inúmeras agências de segurança e informação em atividade. Isso, pelo fato de ser a antiga capital e ainda sediar muitos órgãos públicos, notadamente no setor militar. A UFRJ seguramente foi vigiada por várias dessas agências simultaneamente, inclusive a polícia estadual.

#VERSUSimagem

Muitas vezes ignorada, a rotina da vida universitária é registrada pelo projeto Panorama da UFRJ. A plataforma online ajuda a divulgar a produção acadêmica, científica e artística, além de contribuir para a valorização da universidade pública.

O acervo é constituído por imagens produzidas pela equipe da Coordenadoria de Comunicação (Coord-com), mas acolhe, ainda, olhares voluntários de discentes, docentes e funcionários. Todo material é de licença Creative Commons, portanto totalmente livre para usos que não tenham fins comerciais.

<https://panorama.ufrj.br/>

Mesa homenageia escritora Conceição Evaristo



ANA MARINA COUTINHO



Estrutura do Museu Nacional após incêndio

Estudantes usam barquinhos para protestar



DIOGO VASCONCELLOS



QUEM MANDOU
MATAR
MARIELLE ?



Faixa cobra justiça na entrada do IFCS

Arte estimula doação no HUCFF



RAPHAEL PIZZINO



Criança observa peças do Museu de Anatomia ICB

Secundaristas no Conhecendo a UFRJ



RAPHAEL PIZZINO

**Esta "minha" nacional,
paixão de sempre**

Flávio Alves Martins

Pág. 38

**Instituto de Economia:
Singular porque plural**

Diretoria do Instituto de Economia

Pág. 42

**FACC: história, desafios e
transformações.**

Eliane Ribeiro Pereira

Antonio José Barbosa de Oliveira

Pág. 46

**Instituto Coppead de Administração:
Uma História de Inovação e Excelência**

Elaine Tavares

Pág. 55

Uma breve história do IPPUR

Renata Bastos da Silva

Pág. 59

**IRID: a trajetória meteórica
da mais nova unidade do CCJE**

Leonardo Valente

Pág. 66

**Biblioteca Eugênio Gudim: passado-
presente e a arte de se reinventar**

Jane Maria Medeiros

Pág. 71

versus
ACADÊMICA

Esta "minha" nacional, paixão de sempre

Flávio Alves Martins

Neste centenário da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a proteção de Minerva, fui desafiado a escrever algumas linhas acerca da trajetória da FND nesses últimos 100 anos; algo difícil, pois somos anteriores a 1920, e porque talvez eu fosse ufanista (“Porque me Ufano do Meu País” – Conde de Afonso Celso) aos olhos de quem nunca teve a oportunidade de estudar e experienciar a FND. Por isso, reuni alguns artigos, escritos nos últimos 15 anos, para dar um aspecto mais coletivo e não a visão de uma pessoa somente.

A Faculdade Nacional de Direito é fruto da fusão, em 1920, de duas Faculdades não estatais: a primeira e maior, a Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, situada na rua do Catete, reconhecida pelo Ministro Benjamin Constant em maio de 1891, e cujo diretor-fundador foi Fernando Mendes de Almeida; e a Faculdade Livre

de Direito, que se fixou na Praça da República 54, reconhecida também em maio de 1891, tendo como primeiro diretor Carlos Antonio França de Carvalho.

Aos 12 de maio de 1920, por meio da fusão das faculdades mencionadas, é criada a “Faculdade de Direito do Rio de Janeiro”, tendo por Diretor o Conde de Affonso Celso. Isso representou, na visão de Alberto Venâncio Filho, uma quebra do monopólio do ensino jurídico, que até o final do século XIX concentrava-se no eixo Olinda – São Paulo, o que contribuiu para o fortalecimento do pluralismo do ensino jurídico no País.

Naquele mesmo ano de 1920, a Faculdade Nacional de Direito integra, juntamente com a Escola Politécnica e a Faculdade de Medicina da Praia Vermelha, a genesis da nova Universidade do Rio de Janeiro – que mais tarde passou a ser denominada de “Universidade do Brasil” e, em 1937, em pleno Estado Novo, a centra-

lização de políticas (inclusive educacionais) levou à adoção do nome pelo qual passaria a ser conhecida e reconhecida por todo o país até hoje: “Faculdade Nacional de Direito”.

Importantes fatos nessa história foram o surgimento da biblioteca da nova Faculdade, o lançamento da Revista “A Época” e a criação do Grêmio Literário e da Revista Jurídica, sob a orientação e responsabilidade de uma comissão formada por Cândido de Oliveira Filho, Luiz Carpenter, Raul Pederneiras, Virgílio de Sá Pereira, Gilberto Amado e Afrânio Peixoto.

Abro parêntesis para a Biblioteca Carvalho de Mendonça: a primeira biblioteca jurídica pública do Rio de Janeiro, atualmente com mais de 120 anos de existência, um dos acervos histórico-jurídicos mais importantes e, para mim, o local mais aprazível do prédio da FND.

Em 1937, após ter ocupado dois outros endereços, a FND chega à sua eterna casa, a rua Moncorvo Filho, nº 8, naquela que foi chamada de rua das “boas pernas”, no tempo colonial, por ser um imenso areal e onde funcionara a Casa do Conde dos Arcos (último Vice-Rei do Brasil), o Senado Imperial e o Senado da República Velha até 1924.

A partir dos anos 30, a Faculdade Nacional de Direito vivenciou memoráveis concursos para professores inesquecíveis, como o de Joaquim Pimenta para a catedra de Sociologia. Também nesta época surgiu a famosa turma de 1937, que formou intelectuais como José Honório Rodrigues e Evaristo de Moraes Filho – que se tornaria catedrático em Direito do Trabalho e em Sociologia na gloriosa Faculdade com sua “tese sobre Augusto Comte”.

Nos anos 1940 há um período marcado pela forte mobilização estudantil, principalmente como resistência ao Estado Novo. Os célebres concursos continuaram a acontecer, trazendo jovens juristas à cátedra da Faculdade, como San Tiago Dantas (o catedrático-menino) e Hélio Tornaghi.

Os anos 1950 consolidaram o prestígio da Faculdade Nacional de Direito. Em 1955, destacou-se a emblemática aula inaugural de San Tiago Dantas, intitulada “A educação jurídica e a crise brasileira”. Na ocasião, San Tiago expôs novas diretrizes para o ensino jurídico e criticou a didática vigente, defendendo o *case system* em oposição ao *text system* e a interdisciplinaridade, para que o Direito pudesse se adaptar aos tempos modernos.

Entre 1960 e 1970, ocorreu a transferência da capital para Brasília e iniciou-se o processo de federalização do ensino superior, do qual a UFRJ passou a fazer parte. Com o Golpe de 64, a Faculdade de Direito sofreu consequências: célebre foi a noite de 1º de abril com tropas mi-

litares sitiando o prédio e com ordem para metralhar quem saísse dele. Por outro lado, o CACO – Centro Acadêmico Candido de Oliveira – realizou ferrenha oposição ao regime militar.

Nos anos 1970, ocorreu uma profunda crise, caracterizada pela realização de poucos concursos públicos e o progressivo esvaziamento do quadro docente. Os anos 1980 também foram marcados por crises e impedimentos em concursos.

Nos anos 1990, existiram algumas iniciativas, como a mudança curricular determinada pela Portaria Ministerial 1.886/94, que estabeleceu um currículo mínimo dos Cursos de Direito; a criação de um Centro de Extensão Comunitária, compreendendo um Juizado Especial; um posto da Defensoria Pública e o Escritório Modelo, hoje Núcleo de Prática Jurídica. Criou-se, ainda, um Centro de Pesquisa destinado a desenvolver projetos a fortalecer a pós-graduação.

Em 2003, o Consuni autoriza o uso da reserva técnica pelo Reitor Prof. Carlos Lessa para que 17 vagas docentes fossem atribuídas à FND – tal e qual um respirador que se aplica ao doente terminal que, assim, recupera-se e volta à plena atividade em 2004 – a partir da homologação dessa série de concursos públicos para professores, além da ocupação da sala da direção, sob liderança do CACO, levando à intervenção e ao olhar da comunidade acadêmica para a faculdade.

Desde então, já estamos na terceira gestão livre e democraticamente eleita pelo corpo social (Juliana Magalhães, 2005/2009, Flávio Martins, 2009/2017, e Carlos Bolonha desde 2017), o que consolidou a normalidade administrativo-institucional e a qualidade acadêmica do ensino, da pesquisa e da extensão, para além de muitos atos memoráveis de defesa intransigente da liberdade de manifestação de pensamento, da diversidade, da cidadania, da democracia, da nossa Constituição Federal, e afins.

Este ano comemoramos o centenário da nossa UFRJ, de cuja criação participou a nossa FND e teve seu diretor à época, o Conde de Affonso Celso, como o segundo reitor.

A FND também esteve na constituição do CCJE, cujo cinquentenário comemorou-se em dezembro de 2019 e cujo primeiro decano foi o Prof. Haroldo Valladão sendo realizada, em seu prédio, a primeira reunião do Centro.

Em 2021, com seu 130º aniversário e considerando-se aquelas duas instituições que se fundiram e deram-lhe origem ao nome, a FND mantém-se como o maior curso público na área jurídica, uma das melhores Faculdades de Direito no Brasil e aquela com maior procura no sistema Enem/Sisu.

Nela estudaram e lecionaram grandes juristas, políticos, diplomatas, escritores, cantores e até o futebolista Heleno de

Freitas que, cada um à sua maneira, são exemplos das três características essenciais a quem passou pela FND: o espírito crítico e contestador, inclusive das leis; a ética profissional e cidadã e a responsabilidade social, que foram, são e serão o ônus e o bônus de quem respirar e “ouvir” os ares dos corredores, salas e paredes da Nacional, onde “somente se entra pelo Sisu ou por concurso público”, como já diria Pedro Calmon em uma leitura contemporânea.

Instituto de Economia: Singular porque plural

Diretoria do Instituto de Economia

História

O Instituto de Economia (IE) foi fundado em 1996 a partir da fusão do Departamento de Economia da antiga Faculdade de Economia e Administração (FEA), responsável pela graduação em Ciências Econômicas, e do Instituto de Economia Industrial (IEI), responsável pela pós-graduação e a pesquisa em economia. A fusão representou o último passo de um projeto, iniciado em 1946, de constituição de um núcleo universitário para abrigar as atividades de ensino, pesquisa e extensão em economia na UFRJ.

Foi em 1946 que ocorreu a incorporação pela então Universidade do Brasil (antiga denominação da UFRJ) da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro (FCEARJ), criada em 1938 pela Ordem dos Economistas do Rio de Janeiro e a Sociedade Brasileira de Economia Política, que reuniu na época importan-

tes economistas como Eugênio Gudim e Octávio Gouvêa de Bulhões. Uma vez incorporada, a FCEARJ passou a se chamar Faculdade Nacional de Ciências Econômicas (FNCE) e foi novamente rebatizada em 1965 como Faculdade de Economia e Administração (FEA). Com a FNCE, nasceu no final da década de 1940 o primeiro curso de graduação em ciências econômicas independente do Direito e integrado a uma estrutura universitária do país. Fica claro, assim, como a história do IE se confunde com a própria história do ensino de economia no Brasil.

Já o Instituto de Economia Industrial foi criado em 1979 pelo Conselho Universitário da UFRJ para desenvolver as atividades de ensino de pós-graduação e pesquisa em economia, em cooperação com a FEA. Ainda em 1970, foram implementados o curso de mestrado e a pesquisa com foco em indústria e tecnologia, revelando o reconhecimento da crescente importância

da formulação das políticas industriais e tecnológicas no desenvolvimento econômico do país. Com a implementação do curso de doutorado em 1986, organizaram-se as três áreas de concentração do programa: Economia da Indústria, Planejamento e Políticas Públicas, e Economia Política. Duas décadas mais tarde, deste programa nasceriam outros dois, com foco nas áreas de concentração originais (o Programa de Políticas, Estratégias e Desenvolvimento e o Programa de Economia Política Internacional).

A fusão da FEA com o IEI em 1996 tornou o novo instituto (IE) capaz de desenvolver um programa integrado de ensino e de pesquisa em economia e permitiu a oferta de um conjunto maior e mais variado de disciplinas nos programas de graduação e pós-graduação, extraindo vantagens do que é uma das principais características da instituição: a pluralidade na formação e de perspectivas teóricas do seu corpo docente.

O compromisso do IE é apresentar e discutir, de forma aprofundada e crítica, os principais paradigmas que constituem a teoria econômica moderna, a visão que informa cada um deles, suas fronteiras interdisciplinares, seus instrumentos analíticos, seu poder de explicação da realidade das economias atuais e os confrontos entre suas proposições. Historicamente essa postura plural e crítica tem se revelado tanto nos programas de graduação

e pós-graduação, quanto nas atividades de pesquisa, que sempre buscaram a reflexão intelectual independente a partir das mais diversas preocupações teóricas e empíricas, com particular destaque, porém, para o conhecimento da economia brasileira e da análise do impacto dos instrumentos de política econômica na realidade do país. Com isso, pretende-se preservar e fortalecer o mais caro legado dos professores da antiga FEA e do IEI: a reflexão em torno dos problemas e das opções que se abrem para o desenvolvimento do país.

O IE hoje

No ensino de graduação, o IE oferece o curso de Ciências Econômicas nos turnos integral e noturno. Trata-se do curso de graduação em Economia mais antigo do Rio de Janeiro e um dos mais longevos do país. No nível da pós-graduação, o IE abriga três programas de pós-graduação *stricto sensu* – Economia da Indústria e da Tecnologia (PPGE), Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento (PPED), e Economia Política Internacional (PEPI) – além de mais de uma dezena de cursos *lato sensu*. No segmento de extensão, destaca-se o CATE, tradicional curso preparatório para o exame nacional de admissão ao mestrado em Economia realizado pela ANPEC. Atualmente o IE possui aproximadamente 95 professores, sendo a

imensa maioria de doutores com dedicação exclusiva; cerca de 25 funcionários técnico-administrativos; cerca de 1100 alunos de graduação e 330 alunos de mestrado/doutorado, somando-se os três programas diferentes. Abriga também cerca de 20 grupos de pesquisa.

O IE se posiciona como um espaço dedicado à construção do conhecimento. Academicamente, seu principal compromisso é apresentar e discutir, de forma aprofundada e crítica, os principais paradigmas e vertentes do pensamento econômico, sempre prezando pela pluralidade de abordagens e o incentivo ao debate. Historicamente, a casa se mostra comprometida com a defesa da liberdade de pensamento, dos valores democráticos, do diálogo e do ensino público, gratuito e de qualidade. É essa pluralidade que torna o IE uma instituição singular no campo da economia no Brasil, sua principal marca institucional. O IE é singular porque é plural.

Missão institucional

A Economia é uma ciência social aplicada, com objetivos que são ao mesmo tempo teóricos e práticos, que combinam a produção de conhecimento e a intervenção no processo social. Para atendê-los, é necessário tanto produzir as lentes teóricas e fundamentos empíricos indispensáveis para interpretar,

compreender e explicar a realidade econômica, quanto desenvolver as capacidades que permitem atuar sobre esta mesma realidade e, eventualmente, transformá-la. Deve-se, assim, conjugar o exercício de atividades intelectuais típicas de uma ciência pura com o constante envolvimento em discussões aplicadas e normativas, nas quais aspectos institucionais, morais, políticos e ideológicos estão sempre presentes. Concebida desta forma, a Economia é, em sua essência, uma disciplina plural, na qual convivem - e, frequentemente, se opõem - uma variedade de teorias, métodos, critérios normativos, visões de mundo e propostas de políticas.

A missão do Instituto de Economia é a de reunir uma comunidade acadêmica, formada por professores, alunos e funcionários, da área de economia e outros campos de conhecimento afins, comprometidos com:

- (i) o ensino de economia e de outros campos de conhecimentos afins em um padrão de excelência;
- (ii) o desenvolvimento da pesquisa na área de economia e outras áreas afins;
- (iii) o desenvolvimento de atividades de extensão nesses campos de saber.

Nessa linha, os objetivos do Instituto de Economia são:

- Formar profissionais e cientistas sociais, em nível de graduação e pós-graduação, capazes de atuar no campo da

economia, entendida como uma ciência social aplicada. Nessa linha, nossa formação permite formar quadros para o setor público, o setor privado, organizações internacionais;

- Desenvolver pesquisas acadêmicas no campo da economia e outras ciências sociais afins, para o desenvolvimento do conhecimento científico;

- Desenvolver pesquisas aplicadas no campo da economia e outras ciências sociais afins, para o desenvolvimento de políticas públicas;

- Realizar trabalhos e consultorias de interesse da sociedade, entendida como extensão das atividades de pesquisa e ensino;

- Realizar todas as atividades acima com transparência e elevada qualidade acadêmica e profissional, tendo em conta que esta é uma instituição financiada pela sociedade brasileira e, ao final, deve retribuir à sociedade pelos recursos públicos a ela conferidos, contribuindo para apoiar o desenvolvimento econômico e social do país.

FACC: história, desafios e transformações.

Eliane Ribeiro Pereira

Antonio José Barbosa de Oliveira

1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Embora a história dos estudos das atuais áreas de conhecimento da economia, administração, contábeis e atuariais no Brasil remontem ao século XIX e início do século XX, tendo sua vinculação aos estudos pertencentes à formação técnica (ROMANOVSKI; PINTO, 2015), consideramos que somente com as políticas para criação/redefinição do modelo de nossas universidades, a partir das décadas de 1920-1930, elas foram alçadas, de forma definitiva, à dimensão de campos de conhecimentos vinculados ao sistema de educação superior brasileiro.

O Decreto 19.852, de 11 de abril de 1931, que dispôs sobre a organização da primeira universidade do Governo Central brasileiro – a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), estabelecia que,

além da composição das escolas então existentes (Faculdade de Direito, Medicina, Politécnica, Minas, Educação, Ciências e Letras, Farmácia, Odontologia, Belas Artes e Música), teria ainda, oportunamente, uma escola de Higiene e Saúde Pública, e além de uma Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas (FCPE). Segundo Schwartzman, Bomeny e Costa (2000), a FCPE nunca seria criada com esse nome, apesar de estar prevista desde a Reforma Francisco Campos, de 1931.

O Decreto 20.158, de 30 de junho de 1931, organizou o ensino comercial, regulamentando a profissão de contador e prevendo a existência de um curso de nível superior em Administração e Finanças, sendo de nível técnico a formação nos cursos de secretário, guarda-livros, administrador-vende

dor, atuário e perito-contador. Foi pelo Decreto-Lei 7988, de 22 de setembro de 1945, que foi oficializado o ensino superior de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais. Em seu artigo 1º, o Decreto estabelecia que o ensino, em grau superior, de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais far-se-ia em dois cursos seriados: Curso de Ciências Econômicas e Curso de Ciências Contábeis e Atuariais, ambos com duração de quatro anos. No artigo 7º do mesmo Decreto-Lei 7988, ficava estabelecido que a Faculdade Nacional de Política e Economia, criada na Universidade do Brasil, pela Lei 452, de 5 de julho de 1937, passava a denominar-se Faculdade Nacional de Ciências Econômicas (FNCE), funcionando como centro nacional de ensino, em grau superior, de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais, abarcando estudos e pesquisas nesses ramos dos conhecimentos científicos e técnicos. No artigo 9º estabeleceu-se que, a partir de 1946, estariam extintos os cursos superiores de administração e finanças, e o curso de atuário, tratados no Decreto 20.158, de 30 de junho de 1931. Na sistemática utilizada pelo Estado Novo, a administração desapareceu do sistema universitário.

Segundo Schwartzman, Bomeny e Costa (2000, p.238), a qualificação ne-

cessária para ingresso nos cursos da nova Faculdade “era de fundamental importância para os profissionais de economia, administração e contabilidade”. Na época, “os cursos de comércio e contabilidade, profissionalizantes de nível médio, não davam acesso à universidade, que era reservada aos alunos formados pelos cursos secundários propriamente ditos.” Os autores ainda explicitam que “os cursos de economia e administração então existentes em alguns estabelecimentos privados não passavam de extensões dos cursos de comércio, ainda que tivessem, muitas vezes, o nome de ‘faculdade’. A exigência do curso secundário completo para o ingresso na nova faculdade daria a ela um status universitário pleno, que poderia ser posteriormente estendido a todo o sistema.”

A Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro foi criada a partir do desmembramento da antiga Faculdade de Economia e Administração (FEA), através do Processo nº 23079.030738/94-38, aprovado em sessão solene do Conselho Universitário (Consuni), no dia 08 de junho de 1995. Sua criação foi publicada no Boletim UFRJ nº 33, de 17 de agosto de 1995. A FACC tem sua história no ensino superior iniciada em 1938, com a criação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro (FCEARJ), que, em 1946, foi incorporada

à Universidade do Brasil, passando a denominar-se Faculdade Nacional de Ciências Econômicas (FNCE). Em 1965, com a mudança de nomes das universidades federais brasileiras, a Universidade do Brasil passou a se chamar Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano, a FNCE passou a se chamar Faculdade de Economia e Administração (FEA).

Em 1979, foi criado o Instituto de Economia Industrial (IEI) da UFRJ objetivando exclusivamente a pós-graduação na área. Foi, efetivamente, em 1996, que os cursos de Administração e Ciências Contábeis, anteriormente pertencentes à FEA, deram origem à Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC), quando o ensino de graduação e pós-graduação de economia se uniram ao recém criado Instituto de Economia (IE).

Em 2006, uma nova graduação passou a integrar a FACC: o curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação. Com o Reuni, dois cursos fizeram expansão para a Cidade Universitária: Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação e Ciências Contábeis. Em 2018, por meio do Consórcio CEDERJ (consórcio que reúne universidades públicas fluminenses), a FACC iniciou o primeiro bacharelado da UFRJ na modalidade à distância: o curso

de Ciências Contábeis. O EAD passou a ser ofertado, com estabelecimento de estrutura para atendimento presencial em cinco pólos: Miracema, Paracambi, Resende, Belford Roxo e São Gonçalo.

2. DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE - DIREÇÕES

Em 1996, constituiu-se de fato a FACC por meio da primeira reunião de sua Congregação, ocorrida em 10 de abril de 1996, presidida pela Professora Vilma Rita Lopes – então Diretora da antiga FEA, que completou o seu mandato como primeira Diretora da nova Unidade. Atualmente, conforme regimento da unidade, a Direção é escolhida, preferencialmente, entre os professores doutores da unidade, por meio de consulta paritária e secreta da qual participam alunos, professores e técnicos. Essa escolha é submetida à Congregação da Unidade que, por voto da maioria absoluta dos seus membros, elege o(a) Diretor(a), que será nomeado(a) pelo Reitor, para um mandato de quatro anos, podendo ser reconduzido(a) a mais um mandato.

A galeria de diretores da FACC pode ser vista no Quadro 1.

Quadro 1 – Galeria de Diretores e Vice-Diretores da FACC

Diretor	Vice-Diretor	Período Mandato
Vilma Rita Lopes	-	1995 - 1997
Carlos Alberto Fontenelle Bessa Aracéli Cristina de Sousa Ferreira	José Augusto Veiga da Costa Marques	1997 - 2001
Aracéli Cristina de Sousa Ferreira	Samuel Cogan	2001 - 2005
Samuel Cogan	José Ricardo Maia de Siqueira Pierre Ohayon	2005 - 2009
Aracéli Cristina de Sousa Ferreira José Roberto Dourado Mafra	José Roberto Dourado	2009 - 2013
Ângelo Maia Cister Eliane Ribeiro Pereira	Eliane Ribeiro Pereira	2013 - 2017
Eliane Ribeiro Pereira	Antônio José Barbosa de Oliveira	2017 - ...

A história das direções da FACC é muito rica e diversificada, o que contribuiu para a implementação de um processo amplo e democrático na gestão da unidade.

O mandato da Professora Vilma Lopes foi reduzido porque ela completou o mandato iniciado ainda na antiga FEA, quando tinha o Professor Alcino Ferreira Câmara Neto, do Instituto de Economia, como vice-diretor. Na gestão do Professor Carlos Bessa, a Professora Aracéli foi indicada para concluir o manda-

to, sendo eleita novamente no mandato seguinte. Na gestão do Professor Cogan, a vice-direção foi assumida pelo Professor Pierre Ohayon, a partir de outubro de 2008. Durante seu segundo mandato, em 2011, a Professora Aracéli assumiu a Pró-Reitoria de Gestão e Governança (PR6), sendo o mandato concluído pelo Professor José Roberto Mafra. O Professor Ângelo Cister assumiu a direção em 2013, sendo substituído pela Professora Eliane Ribeiro, em maio de 2015, que foi eleita, em sequência, para o atual mandato.

Cada uma dessas pessoas atuou com afinco e dedicação, contribuindo para o desenvolvimento contínuo da Unidade. O dia-a-dia de uma Unidade de Ensino envolve inúmeros desafios e superações. Para tanto, contamos com um quadro de 23 técnicos administrativos, engajados e comprometidos com o sucesso na gestão da FACC.

3. CURSOS

3.1. Graduação Presencial

Ao longo do tempo, a FACC passou por profundas mudanças. Na ocasião de sua criação, a unidade possuía dois cursos de graduação: Administração e Ciências Contábeis, contando com um pequeno corpo docente de cerca de 30 professores e algumas centenas de alunos. Hoje possuímos 142 professores e quase 4 mil estudantes.

Em 2006, uma nova graduação passou a integrar a FACC: o curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação. Foi o início de um período de grande crescimento da unidade. Em 2010, com o Reuni, expandimos, passando a contar com mais dois novos cursos de graduação na Cidade Universitária: Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação e Ciências Contábeis. Com isso, a FACC passou a oferecer cinco cursos de graduação presencial e a desenvolver suas atividades de gradua-

ção em dois *campi* da UFRJ: na Praia Vermelha, onde ficamos no Palácio Universitário; e na Cidade Universitária, onde ficamos na Faculdade de Letras, enquanto aguardamos a construção do nosso prédio. A FACC tem respondido às demandas da sociedade, formando profissionais de excelência, aptos a contribuir para o desenvolvimento de nosso país. Diante de um mundo em contínua e intensa transformação, a unidade atua para uma evolução continuada de seus Projetos Políticos Pedagógicos, de forma a nortear o processo de ensino-aprendizagem, as práticas formativas e introduzir inovações que possibilitem a oferta de cursos antenados com o futuro exitoso que se deseja construir.

A universidade se desenvolve com base no tripé "ensino, pesquisa e extensão", que efetua a sua interface com a sociedade. A extensão na unidade se desenvolve de forma intensa, através de cursos e projetos que envolvem todo o seu corpo social da Unidade. Em 2020, ao enfrentar a pandemia do Covid-19, apesar das inúmeras incertezas e dificuldades, mantivemo-nos em evolução com as atividades de extensão ganhando protagonismo nas ações desenvolvidas de forma virtual. Reconhecendo a importância de uma formação mais ampla e dos benefícios oriundos da troca com instituições de ensino de outros países,

firmamos diversos acordos e convênios internacionais com universidades de países como França, Alemanha, Dinamarca e Portugal, o que nos possibilita realizar o intercâmbio de alunos, docentes e técnicos, numa troca salutar que contribui para nossa constante evolução.

3.2 Graduação na modalidade EAD

O curso de Ciências Contábeis semipresencial iniciou suas atividades no segundo semestre do ano de 2018, mas sua construção começou muito antes. Em meados de 2012, um grupo de professores da FACC começou a desenvolver o curso em parceria com professores da UFF, UFRRJ e UERJ, com o ideal de ser oferecido através do Consórcio CEDERJ. Assim começou a ser construído o curso que hoje é oferecido em cinco pólos: Belford Roxo, Miracema, Paracambi, Resende e São Gonçalo. No momento de sua implantação, mais do que nunca, foi fundamental colocarmos em prática muitas teorias de como ensinar através do EAD. Começar um curso não é tarefa simples, mas começar um curso EAD é ainda mais desafiador. Era uma novidade para todos ao mesmo tempo – nenhum treinamento, por melhor que seja, prepara você para os desafios do dia a dia.

Foram muitos desafios, se repetindo

e se renovando a cada dia, que foram pouco a pouco superados. Atualmente oferecemos o 5º semestre do curso, e ainda há muito trabalho pela frente para que a primeira turma seja formada. Contamos com o apoio de um grupo de profissionais da Fundação CECIERJ extremamente bem preparados para apoiar as atividades desenvolvidas no curso. São muitos desafios, muitos detalhes cuidadosamente pensados – desde a construção do material didático, elaborado numa linguagem que facilite a aprendizagem, passando pela adequação do sistema acadêmico, pelo apoio ao desenvolvimento de cada disciplina, até a realização das avaliações, presenciais e à distância. Nosso curso é constantemente discutido, pensado de forma coletiva, cuidado para ser cada vez melhor, ofertando a excelência dos cursos oferecidos pela UFRJ.

São muitos profissionais envolvidos, contribuindo para tornar realidade o sonho coletivo de promover a educação para aqueles que estão distantes, que não teriam condições de cursar o ensino superior numa universidade pública, simplesmente por morarem longe dos grandes centros. A FACC, em parceria com o Consórcio Cederj, contribui para a diminuição da desigualdade através da ampliação e democratização da oferta de curso superior público e gratuito de qualidade. Oferecemos , semestral-

mente, 240 vagas em cinco polos. Hoje já temos quase mil alunos no semipresencial e, em breve, superaremos o número de alunos do presencial. O curso de Ciências Contábeis é um curso que possui grande demanda, com grande empregabilidade para seus egressos. O Brasil precisa de profissionais contábeis bem formados para se desenvolver. É fundamental poder ampliar a oportunidade de oferta de vagas para a população, com a mesma qualidade dos cursos ofertados pela UFRJ. Neste momento de isolamento social, quando começamos a ministrar nossos cursos presenciais de forma remota, a experiência no EAD foi de grande valor para nós.

3.3 Pós-Graduação *Stricto Sensu*

O Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCC) da FACC foi um dos primeiros programas em Ciências Contábeis do país. Criado em 1998, o mestrado em Ciências Contábeis tem a Contabilidade e Controladoria como área de concentração, visando a realização de estudos avançados e sistemáticos para estimular o desenvolvimento das Ciências Contábeis e a difusão desses conhecimentos à comunidade científica e profissional.

Ao longo desses 20 anos de atividade, o curso cresceu de forma contínua,

implantando o doutorado em Ciências Contábeis, em 2014. Com um quadro de 23 docentes, já foram defendidas mais de 220 dissertações, e 14 teses de doutorado – algumas em parcerias com instituições internacionais, através de doutorado sanduíche. Além das atividades de formação, o PPGCC contribuiu para a disseminação do conhecimento contábil, a partir da colaboração para a criação de outros cursos de mestrado e doutorado, como ocorrido junto à Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Atualmente, a unidade está trabalhando na criação de dois novos cursos de mestrado na área de Administração Pública e Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, visando ampliar o conhecimento acadêmico e a reflexão nessas áreas.

3.4 Pós-Graduação *Lato Sensu*

Além dos cursos de mestrado e doutorado em Ciências Contábeis, a FACC oferece cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, que são programas de educação continuada, voltados à formação de profissionais qualificados a atuar num mercado cada vez mais competitivo. Tais cursos propiciam a complementação da formação acadêmica do corpo docente, promovendo o desenvolvimento de competências técnicas e profissionais, habilidades específicas e complementares à sua formação inicial, além do apro-

fundamento do diálogo com o mercado e a sociedade.

Nossa Pós-graduação *Lato Sensu* também teve um crescimento considerável ao longo dos anos. O primeiro curso oferecido nessa modalidade foi o de Contabilidade para Gestão de Negócios, criado em 1994, de grande procura pela relevância do currículo e voltado para promover o uso adequado das ferramentas contábeis na gestão de negócios, contribuindo para a conquista da sustentabilidade das organizações. Poucos anos depois, surgiram os cursos de Gestão e Desenvolvimento Empresarial (1998), Auditoria Tributária (2004) e Contabilidade Financeira (2004), construindo caminhos para contribuir com o mercado, através da disponibilização de profissionais preparados para atuar e transformar a sociedade. O planejamento e a proposta de novos cursos continuaram nos anos seguintes, quando surgiram os cursos de Liderança e Gestão de Pessoas (2011), Gestão Pública (2011), Finanças Empresariais (2012) e Gestão de Ergonomia (2015), diversificando ainda mais as possibilidades de desenvolvimento profissional e pessoal do público atendido. Nos últimos anos, o reconhecimento do mercado e a demanda por profissionais em áreas ainda não atendidas fizeram crescer ainda mais a oferta de cursos da unidade. Foram criados os cursos de es-

pecialização em Finanças Públicas e Auditoria (2017), Perícia Judicial e Cálculos Atuariais (2019) e Gestão de Hospitais & Clínicas (2019), Gestão de Marketing (2020) e Administração Universitária Federal (2020), demonstrando o nosso potencial de adaptação para atuar e superar os desafios impostos pelo isolamento social decorrente da pandemia do Covid-19.

Os cursos de Pós-graduação da FACC possibilitam a construção de líderes para enfrentarem os desafios e transformação do mundo dos negócios, contribuindo para o desenvolvimento do nosso país.

4. Considerações e perspectivas para um breve futuro

Durante esses 25 anos de existência, a FACC evoluiu bastante, mas certamente, podemos evoluir mais. Temos desafios a vencer na criação de novos cursos e no desenvolvimento de pesquisa e extensão; na introdução de mecanismos para efetiva inclusão de PCDs na unidade; no desenvolvimento de ações para um melhor acompanhamento da trajetória acadêmica de nosso corpo discente, minimizando a evasão e abandono, que implicam em perdas sociais, acadêmicas e econômicas. As condições físicas e de infraestrutura vivenciadas na FACC também são um grande desafio a ser superado. A unidade não dispõe de es-

paços adequados e necessários ao pleno desenvolvimento de suas atividades acadêmicas e administrativas. Nosso compromisso futuro é mantermos a unidade em constante movimento em prol da educação pública, gratuita e de qualidade, contribuindo para a ciência e para produção de conhecimento; e para a construção de valores, como liberdade, democracia e igualdade.

O momento atual é de muitas transformações no mundo, e estamos assistindo, também, mudanças na educação. O ensino na modalidade remota / EAD, até então pouco utilizada nas universidades públicas brasileiras, tem conseguido mostrar sua utilidade. No entanto, a sua disseminação e as condições de usabilidade/acesso de plataformas nos trazem muitos desafios e amplificam os cuidados necessários para que não se agravem as desigualdades de oportunidades e de aprendizado no ensino superior.

Referências bibliográficas:

BRASIL. Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. In: _____. Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1931. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19852-11-abril-1931-510363-republicacao-85622-pe.html>. Acesso em: 12 de outubro de 2020.

_____. Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. In: _____. Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Bra-

sil de 1931. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942. v. 2, p. 465. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30-junho-1931-536778-publicacaooriginal-34450-pe.html>. Acesso em: 10 out. 2020.

_____. Decreto nº 7.988, de 22 de setembro de 1945. Dispõe sobre o ensino superior de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais. Diário Oficial da União: sec. 1, p. 15297, 26 set. 1945. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decrei/1940-1949/decreto-lei-7988-22-setembro-1945-417334-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 out. 2020.

ROMANOWSKI, Luiz Roberto; PINTO, Neuza Bertoni. Os cursos de ciências contábeis no Brasil nas primeiras décadas do século XX. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 12., 2015, Curitiba. Anais eletrônicos... Curitiba: UFPR, 2015. Disponível em https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18078_8320.pdf. Acesso em 1 out. 2020.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENEY, Helena M.B.; COSTA, Vanda Maria R. Tempos de Capaneia. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

Instituto Coppead de Administração: Uma História de Inovação e Excelência

Elaine Tavares

O COPPEAD foi criado em 1973, pela formação de um Mestrado em Administração. Foi fruto de um projeto de criação no Brasil de uma escola de pós-graduação em Negócios. O modelo de financiamento inicial se deu via o Programa Nacional de Treinamento de Executivos (PNTE) da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.. Este modelo prosseguiu posteriormente pela FINEP.

Quatro professores da Coppe¹, Ney Brito, Paulo Fleury, Marcos Villela e Moises Swirski, aceitaram o desafio e criaram um mestrado em administração com base nos melhores MBAs do mundo. Era um programa muito pequeno, que funcionava no CT, e havia uma dificuldade enorme para contratar docentes e atrair alunos. Os 12 alunos da primeira turma foram recrutados na própria Coppe. Esta primeira turma

teve 7 professores. Alguns alunos que se formavam eram contratados como docentes e o programa também recebia muitos professores visitantes e conferencistas. No ano seguinte, os professores do COPPEAD divulgaram o programa pelo Brasil conseguiram formar uma segunda turma, com 50 alunos.

O Prof. Paulo Lemos, recém-chegado no COPPEAD, foi a Brasília discutir na Capes a importância de um mestrado em administração voltado para a prática dos negócios. Até então, um mestrado só poderia ser orientado para a formação de acadêmicos. Entretanto, o Prof. Paulo Lemos conheceu nas escolas norte americanas o modelo do Full-time MBA, um programa de tempo integral que visava proporcionar uma sólida formação para alunos que objetivam voltar ao mercado. Ele logo reconheceu a importância deste modelo na pós-gradua-

¹ Coordenadoria dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da UFRJ.

ção em administração, uma ciência social aplicada. Este é, desde então, o DNA do COPPEAD. Uma escola inovadora, que oferta uma sólida formação acadêmica, orientada para a prática.

Em 1975, três professores canadenses vieram ao Brasil disseminar o método do caso para docentes brasileiros. Isto foi decisivo na escola porque este método passou a ser adotado como método preponderante de ensino e os professores, desde então, sempre adotaram processos de ensino e aprendizagem com foco no participante.

Em 1976, reconhecendo que os recursos da FINEP não seriam duradouros, o Prof. Paulo Lemos foi aos EUA conhecer o MBA Executivo, que estava sendo lançado naquele país. Na sua volta, propôs a criação do curso, pois percebia que o programa precisava ter recursos próprios. A ideia não seguiu adiante de imediato e foi maturada até 1982, quando o COPPEAD lançou o primeiro MBA Executivo do Brasil, com 10 alunos.

Neste meio tempo, em 1979, outro marco importante ocorreu na história do COPPEAD. Nós disputávamos espaço no bloco B com outros programas da Coppe e, o diretor conseguiu, numa negociação com a Reitoria, o prédio onde ficava até então o Cepel - Centro de Pesquisas da Eletrobrás. Nos muda-

mos então pra o prédio que estamos até hoje. Como curiosidade, esse prédio foi construído nos 30 para ser prisão política, mas não chegou a ser usado com este fim. Abrigou também alojamento universitário, antes de ser usado pelo Cepel.

Como um dos frutos do treinamento no método do caso e das discussões que os fundadores tiveram nos Estados Unidos sobre métodos de ensino, em 1980 o COPPEAD criou a Central Brasileira de Casos, consolidando mais o método na Escola. Neste mesmo ano, foi instituído o doutorado da escola, ainda de forma tutorial e com poucos alunos, mas que iniciou o fortalecimento da pesquisa na casa.

Finalmente, em 14 de julho de 1983, o COPPEAD virou um Instituto Especializado da UFRJ. Foram os alunos da Coppe que no passado sugeriram o nome do COPPEAD, pois juntava a marca da Coppe, já reconhecida por sua excelência, com o ad de administração. Quando o Programa virou um Instituto, mantivemos o nome, que já era bastante reconhecido no mercado.

Em 1984, o COPPEAD criou o programa de cátedras – voltado para a relação Universidade empresa – que trata do financiamento privado das pesquisas da escola. A primeira cátedra, cujo titular foi o professor Agrícola Bethlem, foi patrocinada pelo Banco de Boston. Além

de aportar recursos para a investigação, o modelo dá a escola oportunidade de estabelecer agenda de pesquisa relevante para o mercado e abre as portas das empresas para pesquisa. A escola conta com as cátedras como uma importante fonte de financiamento e possui em 2020 dez cátedras vigentes.

O ano de 1994 foi um ano de expansão do portfólio de educação executiva, com a criação cursos de pós-graduação em marketing, finanças, logística, saúde e energia.

A história do COPPEAD é marcada pela inovação e pela excelência desde sua fundação. Sempre se olhou para fora para pensar nos próximos passos, para escolher as melhores alternativas de ensino e pesquisa em administração. Foi neste sentido que a Escola foi uma das primeiras a estabelecer um forte programa de intercâmbio com business schools internacionais. Por esta busca de inovação e excelência, colocou em 2002 seu mestrado no Ranking do Financial Times e listou o curso ali desde então diversas vezes. Em 2014, foi a única escola da América Latina a ter dois cursos no Ranking do Financial Times – o Full-Time MBA e o MBA Executivo.

Esta inovação também se dá pelo diálogo com o mercado e, por isto, desde o início dos anos 2000 já tinha um con-

selho consultivo empresarial, que até hoje se renova e nos acompanha regularmente nas decisões estratégicas que tomamos. Em 2015, a escola passou a ter um mestrado integralmente em inglês, com alunos regulares estrangeiros, alinhado a sua estratégia de internacionalização. A sala de aula do COPPEAD passou a ser composta por alunos de diversas nacionalidades, que se juntam aos alunos brasileiros numa sala de aula verdadeiramente internacional. Todo o esforço de internacionalização rendeu ao COPPEAD a nota 6 na última avaliação Capes, dada somente aos programas de reconhecida excelência e alto grau de internacionalização.

Este DNA de inovação e excelência, construído por estes pioneiros da nossa escola, forma até hoje gerações de Coppeadianos inovadores. Ele permitiu a Escola passar pela pandemia do Covid-19 sem interrupção das suas atividades.

A escola ainda buscava o melhor meio de ter a experiência do ensino mediado por tecnologia, pois continua convicta da necessidade do processo de ensino e aprendizagem ser centrado no participante - algo que faz parte da filosofia de ensino e da identidade da escola. O entendimento dos professores é de que o aluno tem que ser protagonista da sua aprendizagem, que vem da totalidade

dos integrantes da sala de aula e não só do professor. A escola sempre se baseou num processo seletivo rigoroso, em todos os seus cursos, para garantir composições de turma onde os alunos também tivessem uma forte contribuição para o grupo. Com a pandemia, o COPPEAD se reinventou, sem abrir mão de seus valores de excelência, integridade e serviço ao Brasil.

A Escola debateu como trazer o protagonismo do aluno para o ambiente virtual. O caminho deveria passar por meios síncronos de aprendizagem, onde o professor pudesse interagir com a turma em tempo real, desafiando os alunos. A escola migrou suas aulas para esse ambiente com muito empenho e união do grupo, garantindo que os professores da escola continuassem se orgulhando ao sair de cada aula.

E este com certeza é mais um dos grandes marcos da história da nossa escola, cercada de desafios e inovações, mas orientada sempre para a busca da excelência e do desenvolvimento de um Brasil melhor. Que venham muitos outros marcos!

Uma breve história do IPPUR

Renata Bastos da Silva ¹

As ciências sociais nasceram de forma multifacetada, em ondas que acabaram por conformá-las. Primeiro a sociologia surge como resultado das transformações das revoluções do século XVIII; Depois a antropologia se consolida, na sequência, em meio à busca de acentos mais definidos. Na terceira e última ondulação, a interinação com a política que se efetua, mesmo que, à despeito dos sinais de Maquiavel no século XVI e de Tocqueville no século XIX, isso só acontece após a consolidação das outras ciências irmãs mais velhas. E as ciências urbanas e regionais? Também são filhas de processo análogo e da ideia de planejar cada um desses rios gigantes. Inclusive o “planejar”, que chegou ao debate sobre o urbano e regional, nasceu dessa ideia força que surge nos anos 1960, após os processos dos anos 1950. Claro que esse

intento não só foi acentuado pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), das administrações autoritárias como foi impactado pelos movimentos sociais; por outro lado, sublinhamos que são eles que recolocam essa ideia no imaginário, derivado-a do que ficou dos debates realizados no pré 1964. Sendo bem generosos podemos atribuir ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e ao lema do Governo Juscelino Kubitschek², de 50 anos em 5, essa ideia de criação das áreas das ciências urbanas e regionais.

De qualquer forma, as ciências urbanas e regionais vão ganhar peso cada vez maior, seja pela metropolização, seja pelas agências de desenvolvimento regional, das quais a experiência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)³ é a mais visitada. Importante é que as ciências urbanas ganham força

1 Professora Adjunta do IPPUR, Coordenadora de Extensão do curso de Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social - GPDES. Historiadora, economista e autora do livro *Lord Keynes pelo Amauta Mariátegui: a crítica da economia de Keynes na política de Mariátegui*. Jundiaí (SP): Paco Editorial, 2019.

2 Na campanha para sua eleição apresentou um plano de ação “Cinquenta anos em cinco”, marco do ideal do desenvolvimento nacional, já que o objetivo era trazer ao Brasil o desenvolvimento econômico e social.

3 A Lei Ordinária Federal N.º 3.692, de 15 de dezembro de 1959, institucionalizou a criação da SUDENE, com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento da região.

com a sinalização do censo de 1950 que aponta que a massa da população brasileira será urbana a partir do período de 1960-1970.

Por outro lado, as ciências regionais advêm das experiências de fronteiras, aqui Sérgio Buarque de Holanda é decisivo, quando revela, a partir da história da trajetória dos Bandeirantes, o interior desbravado por caminhos, atalhos a pé ou através de estradas ininterruptas, especialmente as vias de penetração inauguradoras de cidades e motivadoras do povoamento. Essas experiências passaram a ser vivenciadas em larga escala por todo o Brasil dos anos 1960 em diante, principalmente, quando a capital é transferida do litoral, da cidade do Rio de Janeiro, para o planalto central, na cidade de Brasília. Essas experiências são herdeiras diretas do desenvolvimento em flecha que o país viveu com o autoritarismo, como por exemplo, a construção de rodovias que cruzam o país. Desta forma, a criação do Instituto de Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) está chaveada por todos esses processos, e aqui nos aproximamos do conceito de Gramsci⁴ de transformismo molecular, no qual observamos nas sociedades pequenas ações que levam a experimentação social até considera-

veis mudanças, ainda que a estrutura não mude. O IPPUR é gestado na brisa da democracia, no acúmulo de discussões dos intelectuais nas universidades e para além desses embates, nas décadas de 1970 e 1980, buscando lançar um olhar incorporador e não excludente ao conjunto dos fenômenos que às ciências urbanas e regionais vinham tratando desde suas primeiras conformações.

O IPPUR foi, contudo, capaz de escapar do abraço de urso da técnica ausente de democracia e, sempre aberto ao público, fez com que suas pesquisas fossem abrangentes aos movimentos da sociedade brasileira. Desde seu começo, é destinado ao estudo, ao ensino e à divulgação das ciências sociais vinculadas ao mundo das coisas reais e ao dia a dia do cidadão comum. Assim, o IPPUR surge em 1987, período marcado pelos desdobramentos das campanhas pelas “Diretas já!”, quando as ruas das cidades, em especial o mundo urbano do Rio de Janeiro, são tomadas pelos cidadãos em busca da refundação da democrática (ou fundação da República), daí o termo Nova República, já sob os auspícios da Assembleia Constituinte. Portanto, o IPPUR nasce a partir do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano (PUR), integrando ensino, pesquisa e extensão. Por conseguinte,

4 GRAMSCI, Antônio. Cadernos do cárcere, volume 5: o risorgimento, notas sobre a história da Itália. Tradução: Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

acaba por reunir movimentos populares que se multiplicavam nas cidades, dando início ao debate das agendas de enfrentamento e de demandas sociais por melhores condições de vida.

Neste sentido, o IPPUR desponta como um Instituto pluridisciplinar, de diversidades, formados pelas áreas de economia, sociologia, ciência política, história, geografia, direito, entre outras. Todos esses temas se interceptam para que o IPPUR possa atuar e pensar sobre os desafios que o cidadão comum, moradores das cidades urbanas, enfrentam no seu dia a dia, como o impacto da exploração ambiental, acesso ao saneamento, água potável e transportes urbanos. Ressaltamos que o maior interesse do IPPUR é a aproximação com a sociedade, através, como já apontamos acima, das ações de extensão, cursos, eventos, projetos, por meio dos quais o IPPUR busca entender a realidade para que sua contribuição esteja à altura dos desafios do planejamento urbano e regional.

O IPPUR tem uma concepção de trabalho acadêmico, desde sua criação, que alia pesquisa à extensão, portanto, sublinhamos que esse entendimento sempre fez parte da história do IPPUR. A extensão, no Instituto, tem como objetivo, tanto formar quadros fora do âmbito da Universidade que possam ser atores das políticas urbanas, do planejamento

urbano; quanto também, em meio a esse contato, alimentar à dinâmica acadêmica com questões, problemas, enfim, algo de interesse para a sociedade.

O objetivo é promover trocas entre os saberes científicos e os sociais, sem que os conhecimentos se cancelem, sem que haja uma hierarquia, e realizando mudanças construtivas para a sociedade, em especial para os territórios mais carentes de infraestrutura pública. Nesse sentido, o trabalho de extensão do IPPUR, basilar em sua constituição, é uma via de mão dupla tanto por levarmos para a sociedade o que fazemos, como os resultados dos nossos trabalhos, informações, conhecimentos. O Instituto se nutre da vitalidade advinda dessa aproximação com a comunidade, pois conhece de perto os territórios, especialmente os subalternizados, e seus problemas concretos. Desse modo, trazendo para o âmbito acadêmico problemas e questões que talvez, sem a dinâmica aplicada pelo Instituto não surgissem como temas importantes, relevantes tanto para a área de pesquisa quanto para a área de formação.

Nessa perspectiva, o que caracteriza o IPPUR é ser um instituto pluridisciplinar, como já assinalamos acima. No Instituto trabalha-se com uma diversidade muito grande de questões. Desde a economia, sociologia, ciência política, antropologia, passando pela história, geografia, entre

outras, compõe-se um espectro, não só da formação dos professores, mas também, das disciplinas que são oferecidas. Isso faz parte da concepção de planejamento urbano e regional existente no instituto. Bem como, a constatação da existência de dimensões que só podem ser desenvolvidas sob o olhar pluridisciplinar. Isso porque os problemas da cidade não podem ser solucionados considerando-se apenas a dimensão disciplinar.

É preciso combinar olhares para entender os problemas em toda a sua diversidade e em suas conexões. Um bom exemplo é o tema do meio ambiente que atinge impasses do saneamento, que, por sua vez, aparece na questão da habitação, que desemboca nos pontos que tratam do transporte. O que confirma a necessidade de reflexão pluridisciplinar. Visto pelo IPPUR, como grade desafio acadêmico a ser enfrentado. A saber, desenhar um programa que forme pessoas com capacidade de pensar os dilemas da cidade e que reconheça essa diversidade como marca dessa variedade disciplinar.

Por conseguinte, o modelo de orientação que adotamos é bastante formativo, ou seja: os discentes passam muito tempo em sala de aula exatamente aprendendo sobre a complexidade na análise das questões que envolvem a cidade. Assim, o IPPUR oferece o Programa de Pós-graduação em Planejamento Urba-

no e Regional - PUR (mestrado e doutorado), que desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão, por meio de uma abordagem com forte conteúdo interdisciplinar e ênfase na formação básica conjugada a uma visão plural dos processos sociais e espaciais, a fim de capacitar a/o discente para a pesquisa, para a docência e para o trabalho com políticas públicas. O PUR tem área de concentração subdividida em 4 linhas de pesquisa, a saber: Planejamento e Estruturação Urbana e Metropolitana; Planejamento, História e Cultura; Planejamento Meio Ambiente e Tecnologia; e Planejamento Território e Desenvolvimento Regional, de forma a garantir tanto a interdisciplinaridade quanto a interação entre os estudos de corte teórico e analítico além de investigações com enfoques mais voltados para a intervenção e a orientação de políticas públicas. Oferecemos também, cursos de especialização nas áreas das ciências urbanas e regionais, bem como, uma jovem graduação que iremos apresentar, logo após dissertarmos um pouco mais sobre o PUR.

PUR

Originalmente, o Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano (PUR) integrava a Coordenação dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE), e foi criado com o apoio do governo federal, por meio do

Banco Nacional da Habitação (1964-1986) para gerar quadros capazes de atuarem no Planejamento Urbano do Brasil. E que funcionou em um primeiro momento, como um programa de pós-graduação lato sensu, depois, passou a oferecer curso de Mestrado na área. Posteriormente, no final da década de 1970, em contexto de esgotamento da administração ditatorial nascida em 1964, e de surgimento de frentes que possibilitaram que as eleições de 1974 fossem o “ponto de inflexão” do regime, o PUR inicia sua trajetória de consolidação de sua postura crítica, e, como desdobramentos de conflitos acadêmicos e políticos, acaba por se afastar da COPPE. Depois de dez anos de ditadura, 1974 marcou o início da queda lenta, mas inevitável, do regime de administração militar, que viria em 1985 a se esfacelar. Desse modo, em seu primeiro momento, o PUR é colocado sob a gravitação da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, com a intenção de tutelar o programa, devido a aproximação da Pró-Reitoria com a administração federal ditatorial. No entanto, o PUR abre sua trajetória de resistência, e o programa se consolida, mediante uma ampla defesa de docentes e discentes, conquistando paulatinamente seu espaço próprio na UFRJ. Salientamos que, entre os quadros docentes, permanentes e convidados, do PUR se encontrava Milton Santos, no

momento de sua volta do exílio, no final da década de 1970, quando o país reencontrava seus intelectuais que contribuíam e continuariam contribuindo para retomada dos caminhos de reconstrução da democracia brasileira. Aqui cabe recordar que Milton Santos foi presidente da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB), em 1963. Contudo, a sua candidatura à presidência da AGB enfrentou preconceitos, no município de Penedo, no estado de Alagoas, sede da reunião da AGB em 1962. Quando o seu nome foi veementemente defendido, na ocasião, por Caio Prado Júnior, então Editor da *Brasiliense*; sendo, enfim, sua condução à cadeira bem sucedida. Por outro lado, em pleno contexto da constituinte de 1987, o IPPUR surge como um instituto singular na UFRJ e com papel de consolidar a área das ciências urbanas e regionais.

Cabe destacar algumas das iniciativas de abertura de campo de pesquisa que o PUR foi um dos aglutinadores, como, por exemplo, as pesquisas relacionadas à cidade do Rio de Janeiro, que redundou na fundação da *Revista Rio de Janeiro*, que possibilitou o diálogo do PUR com outros núcleos de pós-graduações e pesquisa de áreas correlatas que estavam surgindo, como o da Fundação Oswaldo Cruz, o da Casa Rui Barbosa, na UFF, na UERJ e PUC-RJ. Essa experiência resultou na consolidação do grupo de pesqui-

sa sobre a cidade do Rio de Janeiro, que juntou especialistas da história da cidade, desdobrando-se em tema da cultura, permitindo pensar a cidade por meio da literatura, em especial no Rio de Janeiro, abrindo o leque de como examinar como as pessoas se comportam nas cidades. O que culminou no lançamento de quatro livros sobre história dos bairros: Área do Porto; Botafogo; Copacabana e Tijuca; todos fundamentados em pesquisas bastante originais, principalmente no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

A internacionalização do PUR e sua aproximação com intelectuais estrangeiros, renomados na área, resulta no clássico livro: *Cidade, Povo e Nação - Gênese do Urbanismo Moderno* (1996), que discute a circulação das ideias urbanísticas pelo mundo. Por esse lado, no final dos anos 1990, já com atuação do IPPUR, como área institucionalizada, se consolidavam os estudos de sociabilidade e comportamento nas cidades.

GPDES

No final da primeira década do século XXI, como desdobramento da expansão do ensino superior, por dentro do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que, a partir de 2007, buscou ampliar o acesso e a permanên-

cia na educação superior, é criado o Programa de Graduação intitulado *Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social (GPDES)*. Por conseguinte, em 2010, em cooperação com outras unidades de ensino da UFRJ, em especial do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), as atividades do GPDES, um curso de caráter pluridisciplinar, são iniciadas. Por outro lado, no âmbito das ciências sociais aplicadas, o bacharelado em *Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social (GPDES)* objetiva formar quadros de nível superior, para analisar, elaborar, implementar, monitorar e avaliar políticas, planos, programas e projetos de agências governamentais e não governamentais.

Sublinhamos também que os cursos de graduação do Campo de Públicas nascem dos desdobramentos das discussões produzidas nas Conferências das Cidades, realizadas, pela primeira vez, no início dos anos 2000, e que colocam em pauta temas correlatos, os repõem e exigem que sejam enfrentados pelo IPPUR. Assim, tópicos tais, como saneamento ambiental; mobilidade urbana e trânsito; capacitação e assistência técnica para a elaboração e implantação de plano diretor participativo; participação, controle social e conselhos; política territorial e regularização fundiária e habitação, são revisitados.

Nesses últimos cinco anos, o GPDES vem se consolidando como o Programa de Graduação do IPPUR, o que fortalece cada vez mais as ações de ensino junto as de pesquisa e de extensão do nosso Instituto, assim, vinculando o campo das ciências sociais urbanas e regionais ao campo de públicas.

Nessa perspectiva, em 2019, o IPPUR lançou o primeiro curso de especialização em Gestão Pública, uma pós-graduação lato sensu marcada pela tradição do IPPUR, a de analisar a gestão pública no contexto dos desafios derivados das expansões das cidades.

A história do tempo presente do IPPUR

Por tudo que foi exposto, pela vitalidade de seus laboratórios, grupos de pesquisa e seus cursos, entendemos que o IPPUR registra no Brasil e no mundo, em especial na nossa América Ibérica, uma história que marca o tempo presente. Nestes tempos de resistência civilizatória, frete à barbárie, nada como um exemplo, ainda que brevemente descrito, de como podemos e devemos seguir o caminho virtuoso dos diálogos entre academia e sociedade, entre reflexão e ação, compreendemos que esse é o legado e ato permanente do IPPUR, o de resistir, pois, segundo uma literata imortal, a civilização é a nossa resistência.

Referências bibliográficas:

- BOLETIM da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 17, 20 ago. 2009.
- BONDUKI, Nabil. Os pioneiros da habitação no Brasil. São Paulo: Ed. Unesp: Sesc-SP, 2014. v. 1.
- GORELIK, Adrián; PEIXOTO, Fernanda Arêas (org.). Cidade sul-americanas como arenas culturais. São Paulo: Sesc-SP, 2019.
- GRAMSCI, Antônio. Cadernos do cárcere, volume 5: o risorgimento, notas sobre a história da Itália. Tradução: Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert. Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. Brasil: uma biografia. São Paulo: Cia das Letras, 2015.
- SILVA, M. A. da. Milton Santos: a trajetória de um mestre. Scripta Nova: Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, v. 6, n. 124, 30 sept. 2002. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-124.htm>.
- SILVA, Renata Bastos da. A Política Tributária de Caio Prado Júnior na Constituinte Paulista. Revista do Arquivo Histórico, São Paulo, n. 2, p. 2-11, 2004.

IRID: a trajetória meteórica da mais nova unidade do CCJE

Leonardo Valente

A mais nova unidade da UFRJ, o Instituto de Relações Internacionais e Defesa (IRID), é exemplo vivo do dinamismo da primeira universidade do Brasil e a maior do país dentre as federais – atenta às tendências acadêmicas e às mudanças do mundo contemporâneo –, e de seu comprometimento com a excelência em ensino, pesquisa e extensão para as próximas décadas. Criado em tempo recorde, em sessão histórica do Conselho Universitário, em 23 de novembro de 2017, o IRID já nasceu grande e com o objetivo de reunir a comunidade docente e discente de Relações Internacionais e de Defesa da UFRJ em uma mesma unidade. Antes, professores e pesquisadores concursados, para tornarem a universidade um grande centro de referência na área, se espalhavam por mais de dez unidades e de três centros diferentes, o que tornava impossível a formação de

um corpo epistêmico coeso e capaz de produzir em conjunto.

Concebido para se tornar rapidamente um centro de referência nacional e internacional, o IRID, cuja sede está no campus da Praia Vermelha, conta atualmente com dois cursos de graduação: Relações Internacionais, considerado pelos principais rankings como o segundo melhor curso do país, e Defesa e Gestão Estratégica Internacional, o primeiro e ainda único do gênero no Brasil. Juntos, eles somam mais de 1.100 alunos de graduação, o que alça o IRID ao hall das unidades da UFRJ com maior número de alunos. Cerca de 30 professores, todos doutores, com currículos de excelência e reconhecidos em suas áreas de atuação, integram o corpo docente e lideram a construção de um instituto que já começa a ser conhecido pela qualidade de sua pesquisa. Cinco laboratórios de pesquisa, três revis-

tas científicas (uma delas preparada para ser vinculada ao futuro programa de pós-graduação, e outra exclusivamente voltada para a iniciação científica dos alunos de graduação) e diversos e importantes programas de extensão compõem o aparato dedicado a compreender as relações entre os Estados-Nação, a inserção do Brasil na ordem e no sistema internacional e os mecanismos de garantia da soberania do Estado e de seus cidadãos das liberdades civis e individuais. Estudos comparados de política externa, Teoria das Relações Internacionais, migrações, direitos humanos, História das Relações Internacionais, processos de integração regional e diferentes regiões do mundo – como América Latina, Europa, Estados Unidos, China, Rússia e Oriente Médio – estão entre as muitas pesquisas que são produzidas pelo corpo docente, que, além de contribuírem para as ciências humanas e sociais, se refletem em uma melhor qualidade do ensino em sala de aula.

A criação do IRID era um desejo antigo de toda a comunidade universitária que foi possível a partir do desdobramento do antigo Núcleo de Estudos Internacionais (NEI), transformado em instituto para poder abrigar os dois cursos de graduação, além de futuros cursos de pós-graduação – tanto *stricto sensu*

quanto *lato sensu* – e para permitir, por meio de um importante guarda-chuva institucional e a reunião de docentes das áreas diversas espalhados pela universidade se compôs sinergia na produção de pesquisas e na busca por soluções administrativas. Sua criação também fez com que o Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) passasse a ter seis unidades de peso, aumentando seu protagonismo acadêmico, institucional e administrativo na UFRJ.

Os cursos de Relações Internacionais e Defesa e Defesa e Gestão Estratégica Internacional foram criados há mais de uma década, seguindo tendência brasileira de formar bacharéis nessas áreas, até então quase inexistentes em nosso país. O estudo das Relações Internacionais no mundo teve seu advento formal dentro das universidades anglo-saxãs há cerca de um século, após a Primeira Guerra Mundial, a partir da necessidade premente de se entender o relacionamento entre os Estados, suas dinâmicas e conceitos, e de que forma evitar que novos grandes conflitos fossem capazes de inviabilizar o desenvolvimento civilizatório. No Brasil, contudo, somente nos anos 1980 a área tornou-se alvo de alguma atenção na academia, e apenas na primeira década deste século começaram a surgir cursos de graduação e pós-graduação nas uni-

versidades públicas de todo o país. Na ocasião, a UFRJ optou por atrelar seus novos cursos a um novo modelo gerencial, denominado “multi-unidade” (cursos gerenciados não por uma unidade da UFRJ, mas por várias delas, de diferentes centros). A proposta, apesar de inovadora e portadora do desejo de um profundo realinhamento institucional e gerencial da UFRJ, esbarrou em inúmeros e graves problemas administrativos e de conteúdo para os cursos, que tinham dificuldades de se inserirem plenamente na estrutura universitária. Essa realidade fez também com que uma das mais importantes universidades do Brasil e da América Latina, apesar dos cursos de pós-graduação em áreas correlatas administrados por outras unidades, e apesar de ter dois cursos de graduação tão robustos na área, não faça parte até hoje da comunidade epistêmica das instituições universitárias com cursos de pós-graduação em Relações Internacionais e em Defesa.

Essa realidade, contudo, está mudando rapidamente graças à criação do IRID. Está em fase avançada de tramitação nas instâncias da universidade a criação do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais e Defesa (PPGRID), com cursos de mestrado e doutorado uma importante ênfase nos

estudos do que ficou conhecido como Sul Global. Se grande parte dos programas de pós-graduação em Relações Internacionais e em Defesa no Brasil se dedicam especialmente ao estudo de regiões como Estados Unidos e Europa, ou à reflexão conceitual quase que exclusivamente a partir do que é produzido nos países anglo-saxões, o PPGRID tem como um de seus diferenciais a atenção dada à África, à América Latina e à Ásia, sempre com perspectivas teóricas e olhares a partir do Sul – que também batiza a revista “Sul Global”. A revista será vinculada ao programa, que possui conselho editorial com especialistas de 17 países e que, com apenas oito meses de vida e duas edições, já publicou artigos relevantes de autores de todo o Brasil e de outros países como Rússia, Argentina, Espanha, França e Portugal. Ainda entre os projetos em fase de elaboração no IRID está a criação de cursos de pós-graduação *latu sensu*, que têm como objetivo formar profissionais qualificados para a atuação em organizações intergovernamentais, diplomáticas e não-governamentais no Rio de Janeiro – cidade que, por ter sido capital federal, ainda concentra escritórios de relevantes organizações internacionais com representações no Brasil.

Para que a futura pós-graduação e os cursos de graduação trabalhem em

perfeita sintonia, meta de grande importância tanto para o ensino quanto para a pesquisa, também se encontram em fases avançadas as reformas curriculares dos cursos de Relações Internacionais e de Defesa e Gestão Estratégica Internacional. Os currículos estão sendo otimizados e aperfeiçoados a partir de diretrizes nacionais curriculares, vocações de pesquisa estão sendo acentuadas e novas oportunidades de sinergia estão sendo estruturadas. Uma das medidas a ser implementada e que vai fortalecer o perfil do bacharel egresso no mercado de trabalho será a possibilidade de dupla diplomação de todos os estudos de graduação do IRID. A partir de regras já estabelecidas, um aluno que concluir o curso de Relações Internacionais poderá permanecer no instituto para cumprir créditos que o forme também em Defesa e Gestão Estratégica Internacional, e vice-versa. A sinergia entre os dois cursos de graduação – e dos cursos de graduação com a futura pós-graduação – convertem o IRID em um instituto cada vez mais coeso, eficiente e preparado para seu futuro.

Por ser um instituto novo, nascido em um período marcado por enormes desafios gerenciais para a administração pública – especialmente para as universidades federais – o IRID também

procura, desde seus primeiros momentos, desenvolver práticas administrativas modernas e gestão inteligente de seus recursos financeiros, que ainda são bem limitados. Com um corpo técnico-administrativo eficiente, especializado e muito enxuto, tem como proposta a otimização de funções e a simplificação de processos burocráticos na busca de resultados cada vez melhores. Nada disso, contudo, pode atrapalhar outro objetivo fundamental: o de ser um ambiente de trabalho saudável, que respeite o servidor público e que o estimule a ser, ao mesmo tempo, criativo e produtivo. Nesta área, outro objetivo em curso é ampliação da sede do instituto, localizado no Campus da Praia Vermelha, graças a uma Emenda Parlamentar, que prevê a construção de um auditório para 80 pessoas – que nestes tempos de pandemia tornou-se ainda mais relevante, pois servirá não apenas para os eventos acadêmicos presenciais, como também para a produção de material didático-pedagógico para o ensino remoto, sempre que necessário.

Os tempos duros da pandemia de COVID-19 e a necessidade de isolamento social e de trabalho à distância serviram para reforçar ainda mais a vocação do IRID como uma unidade moderna e atendida aos novos tempos. É impressionante como em poucos meses foram pro-

duzidos dezenas de seminários, debates, entrevistas e todo o tipo de conteúdo acadêmico virtual, disseminado pelas redes sociais do instituto: Um exemplo de que nossa comunidade docente está preparada para atender plenamente as demandas destes novos tempos.

No ano em que a UFRJ se orgulha de completar 100 anos de uma brilhante trajetória, o IRID completará três anos de criação, ciente de que terá protagonismo na construção dos próximos 100 anos de feitos e glórias de nossa universidade.

Biblioteca Eugênio Gudin: passado-presente e a arte de se reinventar

Jane Maria Medeiros*

1. INTRODUÇÃO

Bibliotecas são feitas de cimento e tijolos – mas, sobretudo de gente que produz um bem intangível que outras pessoas vão consumir: a informação. De elevado custo, capaz de mudar os rumos de uma pesquisa, sem informação não se constrói um país e não se produz ciência e tecnologia, responsáveis por impulsionar o desenvolvimento de uma nação a patamares inimagináveis.

Uma universidade é feita de professores, de alunos e dos servidores em geral, todos com suas competências e versatilidade; mas é também, feita de bibliotecas, que são um ambiente propício à exploração e aprofundamento de conteúdos desenvolvidos em sala de aula, que terminam por representar uma espécie de laboratório para os primeiros ensaios do como buscar, como consultar, onde en-

contrar a bússola, o *insight* para dar início a um trabalho de conclusão de curso ou de consolidar resultados de pesquisas avançadas com potencial revolucionar a física, a matemática ou a economia.

Por conseguinte, as bibliotecas devem ser vistas, nas universidades como aliadas de primeira hora em qualquer reflexão sobre produção do conhecimento. Seus profissionais estão gabaritados a oferecer sua expertise no levantamento de material e na busca da informação precisa para o desenvolvimento de trabalhos de pesquisa nas mais diferentes áreas do conhecimento.

Essa vocação do profissional da informação, que o distingue como um pesquisador em potencial, não é uma descoberta recente. A construção dos primeiros acervos, das primeiras coleções, os primeiros

* Bibliotecária-Chefe da Biblioteca Eugênio Gudin/CCJE/UFRJ, Junho 2012 – Julho 2020. Mestre em Memória Social e Documento - UNIRIO.

passos para a organização do conhecimento já eram dados, de maneira quase intuitiva, nas primeiras bibliotecas graças ao trabalho desses profissionais – possivelmente já na mais remota e decantada dentre todas as bibliotecas.

Desde a Antiguidade, os registros históricos trazem informações sobre as bibliotecas que foram capazes de impressionar a todos pelo seu luxo e esplendor, e não há como dissociar sua descrição da clássica e cultuada Biblioteca de Alexandria. Os relatos impressionam e os lamentos ecoam até hoje pela biblioteca que desapareceu consumida pelas chamas de um incêndio. Se seu exterior foi cantado em prosa e verso, muito mais forte foi o impacto da perda dos tesouros guardados intramuros na reverenciada biblioteca dotada de um acervo de valor inestimável.

Se for algo impossível tê-la de volta tal e qual era, em sua arquitetura e constituição de acervos originais, cada uma biblioteca que se ergue e institui uma história, uma narrativa que lhe dê sentidos, torna-se uma forma de resgatar o espírito da conceituada biblioteca – se não aquela de Alexandria que remete ao fausto e à riqueza, mas, seguramente, os seus propósitos e intenções, de guardar tesouros imperecíveis ligados à construção do conhecimento, do saber.

Este texto se propõe a revelar a origem, as circunstâncias, as motivações e

os nomes daqueles que se empenharam na criação da Biblioteca Eugênio Gudín (BEG), e como tem sido a sua trajetória em oito décadas. Busca, também, trazer à luz o papel da biblioteca em dar suporte ao desenvolvimento das pesquisas e da produção do conhecimento.

2. BIBLIOTECA EUGÊNIO GUDÍN

Para além dos degraus que deixam para trás o campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na Praia Vermelha, que conduzem ao longo corredor que atravessa a Decania do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), encontra-se a “Biblioteca Eugênio Gudín”, templo da cultura, do saber, espaço sagrado e democrático por excelência onde circula a informação – matéria-prima para a produção do conhecimento.

Nos seus 337m² de área, que incluem o Armazém Bibliográfico Mariza Russo, estão dispostos: estantes, livros, mesas, cadeiras, poltronas, balcão, computadores, impressoras, *scanners*, sistema anti-furto e todo o aparato que faz daquelas “quatro paredes” uma biblioteca, destacados por uma arquitetura imponente, arcos e portais, janelas e portas de época de um ambiente que integra o secular Palácio Universitário erguido em 1852. Luzes dão vida ao ambiente, transformando-o num espaço particularmente acolhedor

para os técnicos graduados, pós-graduados e servidores de apoio qualificados responsáveis por transformar dados em informação disponibilizada ao público-alvo – constituído de docentes, pesquisadores, discentes de graduação e pós-graduação, administrativos, bolsistas e estagiários dos cursos de Economia, (IE), Administração e Ciências Contábeis, Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (FACC), Relações Internacionais e Defesa e Gestão Estratégica Internacional (IRID), e, também, ao público externo. No centro de tudo, o grande protagonista: o usuário, diante do qual justifica-se o investimento em conhecimento e em recursos tecnológicos. Um olhar acurado sobre aquelas estantes e livros distribuídos nas incontáveis prateleiras remete a uma metáfora de tijolos dispostos lado a lado que, em seu conjunto, explicam a aura de respeitabilidade construída em torno da biblioteca desde a sua criação, em 1938.

É assim que a Biblioteca Eugênio Gudin, parte constituinte da Decania do CCJE/ UFRJ e peça importante do Sistema de Bibliotecas e Informação – SiBI/ UFRJ, orgulha-se de ter escrito até aqui sua história, de dar prosseguimento a esse registro com base no binômio usuário-informação.

Sua missão é atender à demanda de ensino, pesquisa e extensão dos cursos

com os quais está diretamente comprometida na prestação de serviços, voltados à coleta, tratamento e disseminação da informação especializada, atuando diretamente sobre o processo de geração do conhecimento.

A biblioteca e os serviços postos em prática que, em última instância, fundamentam sua existência, são parte do seu compromisso com o usuário e com sociedade. Pressupõe-se gastos que têm, por vezes, um custo mais elevado, e que devem ser considerados como investimento inquestionável em pessoas, pesquisas e no desenvolvimento tecnológico do país nas mais diferentes áreas de conhecimento. São investimentos feitos, por exemplo, na aquisição de livros impressos, *e-books*, em bases de dados, plataformas e demais recursos vinculados às políticas de desenvolvimento de coleções.

O teórico indiano Ranganathan, referência como bibliotecário, faz uma síntese perfeita ao se referir às bibliotecas como um “organismo vivo e dinâmico” que, para continuar cumprindo sua função, precisa de gestores nos mais diversos níveis hierárquicos – ousados, sensíveis que valorizem a cultura, entendendo o papel estratégico da biblioteca no ambiente universitário, que é conferir aos profissionais da informação o instrumental e as condições necessárias para o desenvolvimento dos seus projetos. Precisam se colocar

como *players* de visão.

Faça-se aqui um tributo e um reconhecimento aos primeiros profissionais que atuaram na biblioteca no final dos anos 1930, início dos anos 1940, que sedimentaram as bases técnicas e as diretrizes fundamentais para que a biblioteca conquistasse relevância ao longo do tempo. Foram eles, com sua contribuição, seu fazer cotidiano e sua força de trabalho, que ergueram os pilares para a organização inicial do rico acervo da biblioteca. Deixaram como legado a marca das suas digitais no trabalho que permitiu a chegada dos primeiros documentos às estantes. Esse reconhecimento se estende a todas as sucessivas gerações de bibliotecários que deixaram seu contributo no tratamento da informação e no trabalho de desenvolvimento das coleções ao incorporar novas técnicas, ao agregar conhecimento, justificando a inserção de cada item ao acervo geral. Há na BEG um documento histórico, o Livro de Tombo, datado de 1938, no qual foram feitos os primeiros registros de títulos que deram entrada na biblioteca, que é um testemunho dos cuidados e da organização desses profissionais pioneiros. Esse documento é hoje parte da memória da BEG.

Na trajetória tão particular da Eugênio Gudin há que se destacar sua resiliência, colocada à prova inúmeras vezes, durante anos a fio, em que seu interior, foi

recorrentemente invadido pelas águas das chuvas e das constantes infiltrações decorrentes da sua localização – um prédio histórico que clamava por intervenção estrutural, só colocada em prática de maneira eficiente em 2017.

No curso da vida, pessoas e instituições podem creditar, em diferentes momentos, boa parte da sua projeção aos chamados visionários, que foram capazes de antever que seus projetos eram possíveis, factíveis. Com a BEG não foi diferente: na gestão do decantado Ministro da Educação Gustavo Capanema, o economista Eugênio Gudin, estimulado pelo também economista Otávio Gouvêa de Bulhões, considerou que era hora, ao lado do recém-criado curso de Economia, de implementar a criação de uma biblioteca para dar suporte aos alunos em seus estudos, como uma extensão das suas atividades em sala de aula. Nascia, assim, aquela que, em 1979, receberia o nome de Biblioteca Eugênio Gudin em homenagem ao seu patrono. Nesse período, o curso de economia era ainda vinculado a uma escola técnica autônoma e somente em 1946 passou a integrar uma estrutura universitária – a então Universidade do Brasil, hoje UFRJ. Posteriormente, os cursos de Administração e Ciências Contábeis passaram também a ser atendidos pela biblioteca.

3. PERFIL E INDICADORES

Para que a biblioteca dê conta das suas atividades macro e de apoio, ela conta com o trabalho de 12 servidores, incluindo a chefia. Disponibiliza seus serviços ao público das 8:00 às 21:00, de segunda à sexta, sem interrupção.

O acervo da biblioteca está disponível *online* na Base Minerva/UFRJ/SiBI, e seus usuários também podem fazer uso do Portal CAPES para consultas de periódicos eletrônicos em texto completo, *e-books* e bases de dados nas diversas áreas do conhecimento.

Passa a ser também fonte recorrente de consulta o Repositório Institucional Pantheon/UFRJ/SiBI, no qual os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) de graduação das unidades do CCJE, atendidas pela biblioteca poderão ser localizados. Logo estarão também disponíveis as teses e dissertações dos cursos de mestrado e doutorado, em formato digital. O repositório tem como objetivo ser a memória da produção acadêmica digital da UFRJ.

A biblioteca oferece ainda aos seus usuários o serviço de elaboração de fichas catalográficas das dissertações e teses produzidas nas unidades, às quais presta diretamente seus serviços e possui uma agenda de recepção e palestra aos calouros sobre os seus produtos e serviços, além de oferecer treinamentos no

uso dos seus recursos informacionais.

Segundo dados estatísticos de 2019, da Base Gerencial – BAGER/SiBI, a BEG possui um acervo constituído de 25.490 títulos, distribuídos em uma variada tipologia de documentos: monografias, periódicos, teses e dissertações, coleções especiais e materiais especiais. Esses dados registram, ainda em 2019, um fluxo de 22.796 usuários, perfazendo um total de 4.040 empréstimos e 1.849 consultas.

4. A BIBLIOTECA E AS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS

Como instituições das mais antigas, as bibliotecas tiveram que absorver as inovações típicas de cada era ao longo do tempo, em um processo contínuo de reinvenção. Na Idade Média, período em que o mosteiro era o seu lócus e a informação era trancada a sete chaves, sendo privilégio de poucos, encontrou no grande invento de Gutenberg: a imprensa – o instrumento de que precisava para ampliar seus horizontes, sua relevância. Com a possibilidade, surgida com base nos originais dos livros, de fazer-se a reprodução de milhares de cópias, estava traçada a linha divisória entre o antes e o depois da produção em escala dos documentos: um crescimento exponencial. O livro, que estava confinado, até então, a uma produção meramente artesanal (lembramos da figura dos copistas) alcançava agora uma escala de produção industrial. Todo

este processo pode ser caracterizado com uma grande revolução que teria como consequência a formação das grandes coleções e das monumentais bibliotecas, agora descobrindo um novo espaço para sua ressignificação – o ambiente das grandes universidades.

A BEG segue sua trajetória obediente a essa tradição, se colocando aberta ao novo, aos desafios do nosso tempo, abraçando recursos da tecnologia que se tornaram variados desde o advento da internet em meados da década de 1990. Se as bibliotecas medievais foram impulsionadas pela contribuição de Gutenberg, o limiar do século XXI, assistiu ao nascimento de um novo mundo conectado em rede, bem como a explosão da informação, e o surgimento de novos suportes documentais. Todo o aparato tecnológico tornou possível, em nosso sítio – a UFRJ, a implantação da Base Minerva, que reúne a coleção das 45 bibliotecas que integram o SiBI. Nesse contexto, dá-se a criação do Portal CAPES no início dos anos 2000, quebrando o paradigma da publicação exclusivamente em papel e dando origem aos periódicos em versão digital, aos e-books, algo enfim vital para o compartilhamento da informação, para a democratização do seu acesso e, não menos importante, para a redução dos custos no desenvolvimento das coleções.

Posteriormente, surgiu o fenômeno

das redes sociais: Facebook, Instagram, hospedeiras de páginas da BEG, estabelecendo um novo modelo de comunicação com milhões de seguidores ao redor do mundo, capazes de impactar até mesmo o universo da política.

Bibliotecas têm como princípio básico fazer do seu ambiente um espaço eminentemente democrático, avesso a qualquer tipo de preconceito, tendo como um dos seus preceitos fundamentais a acolhida ao público em toda a sua ampla diversidade. Para tanto, precisam se preparar para recepcionar bem aqueles que chegam, tanto sob o ponto de vista técnico como o humano. Nem sempre conseguem corresponder, de imediato, a este ideal, porém, o diagnóstico, é o ponto crucial para superar os desafios que surgem. Dentro de uma perspectiva de inclusão iniciou-se, em 2019, a recepção aos usuários deficientes – mais um desafio que se impôs, que vai desde a adequação do espaço físico até a aquisição de equipamentos específicos, também atendendo a necessidade de se investir na compra de material bibliográfico especializado. São questões que, para serem abordadas e obterem êxito, exigem que a universidade e as diversas instâncias envolvidas também realizem um trabalho integrado elaborando políticas para nortear as ações. Atenta a essa questão, a biblioteca se aproximou da

Diretoria de Acessibilidade - DIRAC/ UFRJ promovendo em conjunto uma série de encontros com a participação de professores de graduação do IE e da FACC, que já começavam a receber os primeiros alunos deficientes. Essa iniciativa por parte da biblioteca foi extremamente importante para que os alunos se sentissem acolhidos, atuando como um mecanismo preventivo à ocorrência de evasão – algo tão comum a esse tipo de público. A princípio, a biblioteca procurou atuar com os recursos disponíveis, avançando posteriormente um pouco mais com base na orientação da própria DIRAC: fazendo uso de softwares para deficientes visuais. O primeiro passo foi dado; porém, a continuidade do trabalho e seus desdobramentos exigirão um esforço contínuo e integrado das partes envolvidas.

5. BIBLIOTECA: se comunicando, se reinventando

Adepta das novas tecnologias, a BEG segue com seu compromisso de reinvenção. No momento, ela se propõe a realizar alterações substanciais no *layout* do seu portal, buscando cada vez mais se conectar com seu público e atraí-lo para esse ambiente. Novos links estão sendo construídos que permitirão ao usuário dialogar com a biblioteca encaminhando suas demandas via preenchimento de formulários. Tópicos adicionais vincula-

dos à memória da biblioteca e às coleções especiais agregarão visibilidade ao que a biblioteca tem a oferecer. A bem sucedida experiência com as redes sociais Facebook e Instagram garantiram-lhe grande visibilidade, funcionando como canais de comunicação de resposta imediata na divulgação das novas aquisições e notícias de interesse. Todo esse processo evolutivo anima a biblioteca a enfrentar novos desafios.

O uso de plataformas e aplicativos que possibilitam a realização de eventos, como webinários, é mais uma alternativa que começa a ser utilizada pela biblioteca para melhor atender ao usuário em sua demanda por informação, funcionando também como poderosa ferramenta de marketing digital.

A BEG termina de promover o lançamento do informativo “Biblioteca Eugênio Gudín Newsletter”, publicação mensal encaminhada aos seus usuários por e-mail com a finalidade de fornecer informações de interesse da comunidade acadêmica, o que resulta em apoio às atividades de pesquisa.

Portanto, a filosofia de incorporar o novo às suas práticas tem sido um dos ingredientes mais eficientes para a biblioteca manter seu frescor, apesar de seus 80 anos.

6. CONCLUSÕES

As bibliotecas não são meramente o espaço do livro e das publicações – elas

são essenciais para as universidades, instituições nas quais exercem um papel estratégico na produção do conhecimento e no compartilhamento da informação. O profissional da informação vai muito além da função de guardião do acervo, pois tem como vocação natural, reforçada pelo domínio da técnica, uma faceta de pesquisador à serviço do usuário. O aproveitamento do potencial da biblioteca, do seu acervo e dos seus profissionais depende diretamente do olhar e da sensibilidade do gestor para colocar esse conjunto de forças disponível ao público e à instituição.

A Biblioteca Eugênio Gudín tem procurado ser um referencial a esse tipo de expectativa, o que lhe tem garantido uma trajetória da qual se orgulha – o que não significa dizer que não tenha enfrentado grandes desafios.

Seu foco tem sido o usuário, razão pela qual procura mobilizar continuamente esforços para atendê-lo via recursos disponíveis na busca pela informação precisa.

Como instância democrática, seu público é plural, o que coloca perante à biblioteca o enorme desafio de promover, na parte que lhe cabe, a inclusão do usuário deficiente – tarefa que está apenas começando e algo que não depende exclusivamente da BEG.

Para construir sua história de décadas, a biblioteca contou com o trabalho de

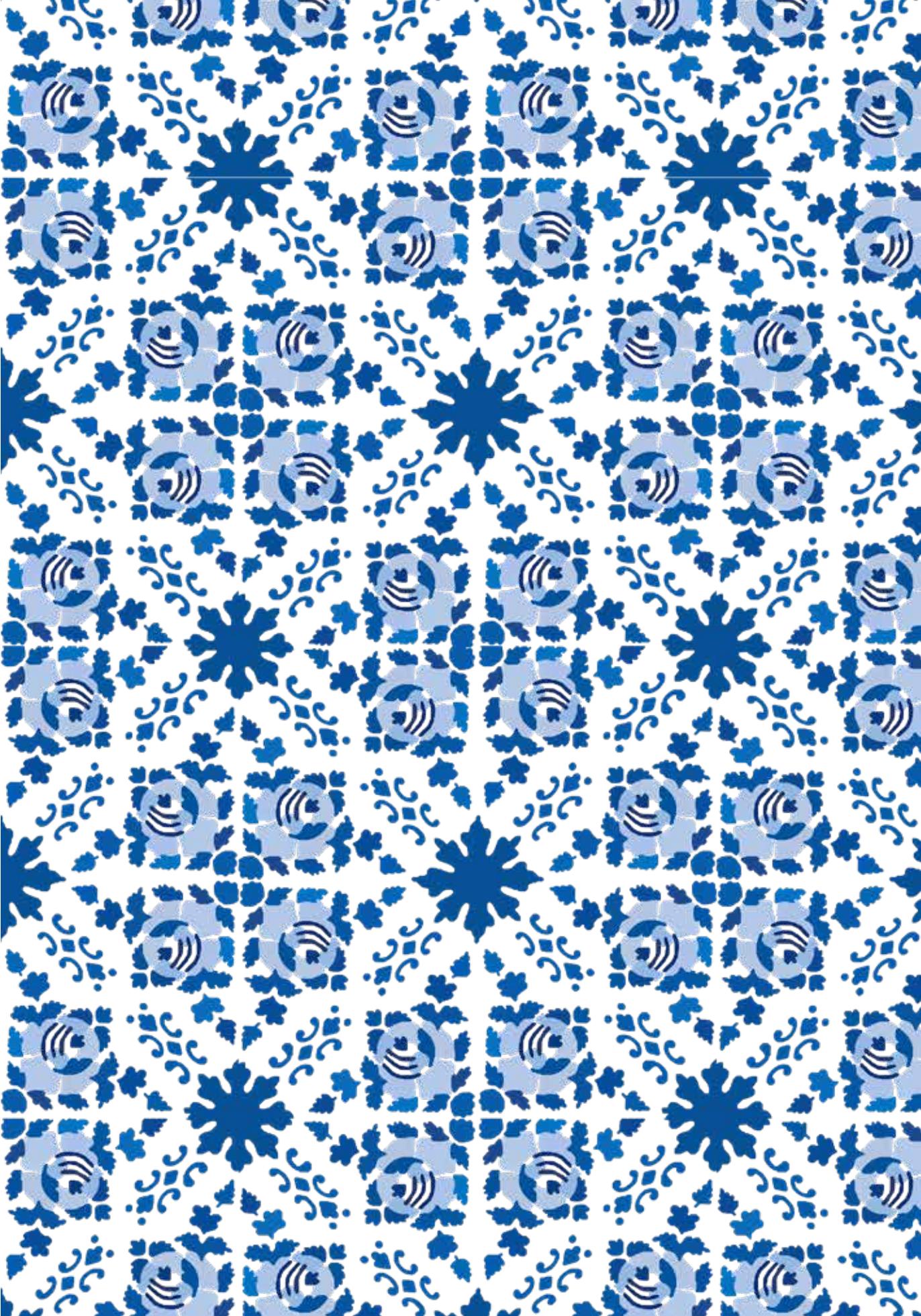
gerações de bibliotecários que procuraram oferecer o melhor dos seus esforços. Os que agora atuam na BEG tem tido o compromisso de fazer a sua parte, aproveitando os recursos da web para inovar e estreitar os canais de comunicação com o aquele que prestigia e confia na biblioteca, o usuário.

Referências bibliográficas:

REIS, Karen. Tecnologia da informação: um ativo intangível. Tecnologia da Inteligência & Design Digital em Cibernegócios, 2009. Disponível em: <http://www.karenreis.com.br/tecnologia-da-informacao-um-ativo-intangivel/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Biblioteca Eugênio Gudín. Relatório de Atividades 2018. 2019. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Sistema de Bibliotecas e Informação. Bager 2019. 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1DqbkH-JnKqJENSFyJs-W0CHHnQ6IFN53s/view>. Acesso em: 23 jun. 2020.

VIANNA, William Barbosa; CÂNDIDO, Ana Clara; BEDIN, Sonali Paula Molin. A biblioteca como organismo em crescimento na perspectiva da inovação: um novo olhar para 5ª Lei de Ranganathan. In: LUCAS, Elaine Rosângela de Oliveira, CORRÊA, Elisa Cristina Delfini, EGGERT-STEINDEL, Gisela (orgs.). As contribuições de Ranganathan para a biblioteconomia reflexões e desafios. São Paulo: FEBAB, 2016. p. 155-165. Disponível em: http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/servicos/e-books/As_contribuicoes_de_Ranganathan.pdf. Acesso em 23 jun. 2020.



CLARICE LISPECTOR

antipunitivista



(Di) Versus

Uma conversa entre o Direito

e a Literatura



INSTITUTOMOERASALES

NILO BATISTA
JUNYA BARLETTA

A propósito do centenário da ilustríssima escritora e ex-aluna da Faculdade Nacional de Direito, Clarice Lispector, Nilo Batista, Professor Titular aposentado de Direito Penal da FND e Ex-governador do Rio de Janeiro, e Junya Barletta, Professora de Direito Processual Penal da casa, compartilharam reflexões sobre as ideias da autora.

Duas obras conduzem o

diálogo entre os docentes da UFRJ – o artigo *Observações sobre o fundamento do direito de punir*, publicado em 1941 na Revista “A Época”, dos estudantes da FND, e a crônica *Mineirinho* (1962), escrito pela romancista já consagrada. O resultado da troca de ideias transdisciplinar promovida pela Versus pode ser conferido também no formato podcast*.



Nilo Batista

Junya Barletta: Professor Nilo, é uma honra conversar com o senhor sobre a obra de Clarice Lispector. O cruzamento destes dois textos dela, escritos em momentos diversos, é muito interessante para o entendimento de Clarice sobre as questões criminais.

Nilo Batista: Sim, com certeza. Vamos começar por *Mineirinho*, crônica escrita por Clarice Lispector já com o prestígio reconhecido. Clarice é uma escritora com marcas peculiares. Como dizia Carlos Nejar, Guimarães Rosa escrevia de dentro para fora, e Clarice Lispector de fora para dentro, apontando a subjetivação presente em sua obra. *Mineirinho* é muito importante porque ali há uma demanda pelas bases, pelas fundações de uma Justiça diferente da que temos. Ela é clara quando escreve: “Essa justiça que vela meu sono, eu a repudio, humilhada por precisar dela.” [...] “Se eu não for sonsa, minha casa estremece. Eu devo ter esquecido que embaixo da casa está o terreno, o chão onde nova casa poderia ser erguida. Enquanto isso dormimos e falsamente nos salvamos.”

Lispector condena a violência, a truculência estatal, o verdadeiro “homicídio” praticado por agentes da lei. E termina a crônica pregando uma refundação. “O que eu quero é muito mais áspero e mais difícil: quero o terreno”, essa é sua última frase. Ou seja, ela queria uma transformação da sociedade em sua base, que envolvesse a cultura brasileira, avariada pela experiência escravista, que se prorroga, como sabemos, para muito depois da escravidão. Esta é uma crônica muito importante, sobre um tema criminal, através do qual Clarice está certamente na vanguarda do pensamento político-criminal crítico.

Mas antes, em 1941, ela publicou, no que era uma espécie de órgão oficial do corpo discente da FND, um artigo sobre o fundamento do direito de punir. A fonte inspiradora de Clarice para este artigo é um estudo de Tobias Barreto, de 1871, onde ele genialmente intuiu que não existe absolutamente um direito de punir, e sim um poder punitivo. O pensamento de Tobias Barreto permitiu que, um século depois, outro jurista, Raúl

Zaffaroni, construiu uma teoria deslegitimante da pena, chamada de “agnóstica da pena” ou ainda “negativa da pena”, terminologia que utilizo quando aderi a este entendimento. De acordo com esta teoria, ao se comparar a pena com a coerção direta e as medidas restaurativas de direito privado, o que sobra, para caracterizar a pena, é uma certa irracionalidade do sofrimento, que é imposta, mas que não remove perigo algum. A coerção direta está legitimada, pois remove o perigo – exemplo de alguém que age com a intenção de esfaquear outra pessoa e que deve ser contido e preso em flagrante. Mas isso não é poder punitivo; não é pena.

E há mais neste artigo escrito por Clarice. Não existe direito de punir, pois a própria representação do crime na mente humana é o que há de mais instável e relativo. Assim, ela retira do delito qualquer pretensão ontológica. Os crimes são uma construção política. A criminalização primária de condutas é uma escolha política pela resolução de conflitos através da pena. E não existem universais jurídico-penais. Quintano Ripollés, em *Tratado sobre a Parte Especial*, demonstra que, mesmo no caso de homicídio, um delito aparentemente universal, as concepções são diferentes e as justificações e exculpações são divergentes. O estupro, até muito recentemente na história, era considerado um crime de homens contra homens. O ofendido real no crime de estupro, até o século VII, era o pai, o marido ou o filho da mulher. Então, é fantástico que um artigo, escrito em 1941, aponte que a própria representação do crime na mente humana é instável, porque é uma produção, uma escolha política.

E há ainda outro ponto importante neste texto

Junya Barletta



ARQUIVO PESSOAL

de Clarice. Ela afirma: “houve um tempo em que a Medicina se contentava em segregar o doente sem curá-lo e sem procurar sanar as causas que produziam a doença. Assim a criminologia estuda hoje a punição”. Isto é fantástico. Um grande professor espanhol escreveu, há poucas décadas atrás que “a penitenciária é tão apta para resolver o problema da questão criminal como são os hospitais para resolver as questões de saúde”. No meu entender, é isso que diz Clarice Lispector, com outras palavras.

Esta grande escritora estava também atenta com os novos rumos que o romance moderno tomava no século XX: é de James Joyce que ela extraiu o título de seu primeiro romance *Perto do Coração Selvagem*. Clarice representa talvez, ao lado de Guimarães Rosa e outros, a vanguarda do romance brasileiro moderno. Assim, é uma felicidade sem fim que este gênio da literatura brasileira, tenha produzido, quando passou pela nossa faculdade de Direito, um escrito acadêmico pequeno, mas onde está toda a grandeza de seu espírito, toda a sensibilidade que a colocou na vanguarda do romance moderno.

Junya Barletta: Em 1941, Clarice, com apenas 21 anos, discute a legitimidade do “direito

de punir”. De certa forma, o questionamento acerca da legitimidade da punição aparece novamente na crônica Mineirinho, quando nos deparamos com a revolta dela com a execução policial de um infrator com treze tiros.

Nilo Batista: Sim, interessante que ela registra, em nota de rodapé, que um colega chamou o artigo de 1941 de “sentimental”. Esta pessoa estava, na verdade, olhando para trás só com os faróis traseiros acesos, em contraste com a generosidade e a luminosidade de Clarice. Em 1941, penso que talvez a jovem tenha sido profundamente afetada pelos penalistas críticos. E “Mineirinho” é uma humilhação para nossos cronistas de assuntos criminais. Você imagina que cronista faria hoje uma coisa parecida? Ela era crítica, radicalmente crítica.

Junya Barletta: Ela conseguia ser extremamente crítica, clara e profunda, sem utilizar a nomenclatura técnica do Direito. E a subjetividade da punição, presente no artigo de 1941, é interessante para trazermos para os dias atuais. Clarice diz: “a pena não é impessoal e científica”, “nela entram muitos dos sentimentos individuais dos aplicadores do direito (como sejam, sadismo e ideia de força que confere o poder de punir)”. E conclui: “até repugna admitir um direito de punir”. Este trecho me fez vir à mente a reforma das leis produzida no Brasil pelo “Pacote Anticrime”, e na discussão sobre a imparcialidade do julgador.

Nilo Batista: Sim, um juiz que não seja policial e nem promotor de justiça, que seja de fato um terceiro imparcial.

Junya Barletta: Pensando no processo penal, onde está presente a subjetividade que é

intrínseca ao ser humano, onde não há neutralidade, o que fazer para se garantir a imparcialidade do juiz?

Nilo Batista: É muito difícil que um juiz se despoje de sua consciência de classe quando está ali, a julgar. A sua visão de mundo sempre vai participar da decisão; são aqueles elementos não previstos. Mas é o que temos. Para funcionar bem, quanto mais imparcial, melhor.

Junya Barletta: Outro foco de Clarice no artigo de 1941, retomado de certa forma em Mineirinho, é a aplicação da pena sem a perspectiva de um resgate social dos condenados e como meio ineficaz de salvaguarda da sociedade. Como o senhor avalia historicamente este tema no Brasil?

Nilo Batista: A pena privativa de liberdade é um grande fracasso. Outro exemplo de fracasso é a política sobre drogas ilícitas. Jamais virá resgate social de condenados à pena privativa de liberdade. Vamos abandonar as ilusões de ressocialização: isso não existe. O que se pode fazer nas prisões é reduzir danos. É o máximo que se pode honestamente fazer. O resto é ilusão. Se você pega o primeiro relatório sobre prisões europeias do último quartel do século XVIII e é a mesma porcaria que a gente encontra hoje, tirando as febres dos cárceres, um tipo de tifo, e tirando os presos que ficavam agrilhoados, é o mesmo fracasso.

Hoje vivemos um tempo em que, por uma série de fatores, a pena virou a panaceia para todos os problemas sociais. E ela é o pior modelo de resolução de conflitos, porque sequer funciona. Um conflito ainda é solucionado no âmbito do direito privado, com alguma reparação dos danos, simbólica ou real. Mas a pena fará o autor do delito sofrer, e só. Daí não vem nada.



Engajada. Clarice Lispector participa da passeata dos cem mil em 1968

É impressionante como, apesar de se saber que a pena não tem a capacidade para solucionar coisa alguma, há gente que defenda este sistema, como o faz toda a “Bancada da Bala.” Quem conhece de fato a pena, sabe que é necessário reduzir sua aplicação. Ela é um mecanismo altamente destrutivo de vidas, famílias, destinos, sem que venha nada em troca. Clarice fala disso numa ocasião em que se estava tentando construir um Estado de bem-estar, com direitos trabalhistas reconhecidos, a criação da previdência social. Não havia este amor pela pena, mas pela saúde, educação, seguridade social. A pena não se encontrava no centro da política criminal como hoje.

Junya Barletta: Em Mineirinho, além do horror pelo excesso de violência policial, Clarice coloca o dedo na ferida de um Estado e de uma sociedade que fecham os olhos para as causas da violência e para as formas de evitá-la. Temos uma Clarice reflexiva pela banalização e glorificação social e midiática da morte de um criminoso pela polícia. Como pensar esta discussão nos dias de hoje? Podemos traçar um paralelo com o atual momento em que vivemos no Brasil?

Nilo Batista: Entendo que a importância de *Mineirinho* está na metáfora que Clarice constrói. Ela quer refundar as bases, ela quer o terreno.

Darcy Ribeiro já dizia que todo brasileiro tem um torturado e um torturador dentro de si; é o nosso problema. Nós temos que superar os resíduos culturais de toda essa quantidade extraordinária de gente que matamos e torturamos no Brasil, e ainda continuamos a matar.

Veja a indiferença do primeiro mandatário do país com relação às mortes de agora. Veja a indiferença com as execuções policiais diárias, com as barbaridades, com os abusos; veja a dificuldade que foi aprovar uma lei de abuso de autoridade, em um quadro social em que se sucedem e se documentam abusos de poder. Então, Clarice Lispector estava, também no campo da política criminal, muito à frente de seu tempo. Esta é a verdade, a soma de tudo.

O atual momento é muito pior do que quando ela escreveu. O que dizer de *Mineirinho* hoje? Só no ano passado a polícia do Rio de Janeiro matou mais de 1.500 mineirinhos; cinco por dia! É uma banalização completa, naturalizada, da violência. Não teve um cronista para fazer algo parecido com o que escreveu Clarice Lispector. Enfim, Clarice reivindica uma refundação do terreno histórico sobre o qual foi construída a casa do Estado nacional brasileiro. Ela diz: eu quero uma coisa mais áspera; quero mexer com as bases disto tudo.

Clarice Lispector e a Faculdade de Direito

YASMIN LIMA



Homenagem dos estudantes instalada na FND

A Universidade Federal do Rio de Janeiro compartilha seu centenário com uma graduada ilustre. Clarice Lispector - uma das escritoras brasileiras mais importantes do século XX - é também bacharel pela atual Faculdade Nacional de Direito. Autora de romances, contos e ensaios, a jornalista brasileira, de descendência ucraniana, naturalizada no país, frequentou a universidade entre 1939 e 1942. Lançando, logo depois, sua primeira obra de peso, *Perto do Coração Selvagem*. O livro teve tiragem de mil exemplares. Conquistou o prêmio Graça Aranha. E o reconhecimento público.

Ao longo do curso na Faculdade de Direito, Lispector passa por diversas transformações. Os contos são seu ponto de par-

tida. Ainda estudante ela publica 'Triunfo', 'Eu e Jimmy', 'A fuga', 'História interrompida', 'O delírio', 'Trecho' e 'Cartas a Hermengardo'. Sempre combinando trabalho e estudo, Lispector atua em primeiro momento como secretária e tradutora para uma revista de textos científicos. Mais a frente, torna-se redatora e repórter da Agência Nacional. A boemia dos bares do Centro do Rio a aproxima de nomes que viriam a influenciar sua obra, como Vinicius de Moraes, Cornélio Pena e Rachel de Queiroz.

No seu terceiro ano de direito, ela publica dois artigos na revista estudantil *A Época*, nos meses de agosto e setembro de 1941. Os textos dialogam com seu contexto pessoal à época. E ambos apontam para te-

mas ainda atuais. *Observações sobre o Direito de Punir* coloca em debate a relação entre o Estado e o indivíduo, questionando as noções de crime e de castigo, temas caros para a teoria do direito penal. De maneira ousada, Lispector defende reformas para o sistema penitenciário, uma das motivações da autora para escolher o caminho pela advocacia.

A reflexão também pode espelhar um drama pessoal da autora, pois o período corresponde a sua luta com o Estado Brasileiro para reconhecimento de sua cidadania brasileira. O impasse só viria a ser resolvido depois de troca de correspondências intensas com o então presidente Getúlio Vargas. A naturalização foi assinada pelo Ministro do Trabalho e da Justiça, Alexandre Marcondes Filho, em 1943.

A segunda contribuição de Lispector para a publicação estudantil é a provocação *Deve a Mulher Trabalhar*. No qual, ela

mesma, trabalhadora desde muito jovem, levanta a reflexão sobre o lugar social da mulher. Um tema que a acompanha ao longo da carreira, o artigo utiliza como base uma enquete aplicada ao corpo estudantil, majoritariamente masculino, elitista e branco.

A partir do ponto de vista dos colegas, Clarice questiona o front predestinado à mulher: o lar. E, de maneira sofisticada, desconstrói as incoerências das descrições masculinas sobre o que seria esperado para a mulher.

As duas críticas de Lispector aos valores da década de 1940 podem ser conferidas no livro *Outros Escritos* (2005, pela Editora Rocco). A publicação reúne alguns textos até então inéditos em livro. Os artigos originais fazem parte do acervo da Biblioteca Carvalho de Mendonça, da Faculdade Nacional de Direito.

“Lispector está ligada à realidade brasileira”, aponta professora da USP

A justiça e as injustiças da sociedade brasileira são assuntos recorrentes da literatura de Lispector. “A preocupação social sempre foi uma constante em Clarice, embora de modo bem singular”, explica Nádia Battella Gotlib, professora emérita de Literatura da Universidade de São Paulo (USP). “Ela não era ligada a partidos políticos nem a associações de classe que objetivassem estritamente a militância. Mas o sentido da necessidade de justiça está patente nas crônicas e romances”.

Autora da obra *Clarice – Uma vida que se conta*, Nádia afirma que o sentido da necessidade de justiça está “patente nas crônicas e romances”. “Basta ler *Mineirinho* e outras crônicas e alguns romances, como *A maçã no escuro*, *A hora da estrela* para constatar esse estreito vínculo com a realidade atual”, exemplifica.



TEATRO DE ARENA
CARVALHO NETTO

Praia Vermelha

Uma noite de Bossa na UFRJ

A história de certos acontecimentos, às vezes, se compõem por mais curvas que retas. Aqui temos um caso assim, no nascedouro da Bossa Nova no Rio de Janeiro, o Teatro de Arena Carvalho Netto foi o palco de dois eventos que marcaram a virada no cenário musical dos anos de 1960. Um deles foi o festival *Samba Session*, pensado para acontecer em outra instituição, mas que terminou sendo realizado, em 22 de setembro de 1959, na Praia Vermelha. O foco das próximas páginas da Versus, contudo, é outro: um encontro de grandes nomes, até então pouco conhecidos, na chamada *A Noite do Amor, do Sorriso e da Flor*.

ELISA MONTEIRO, GABRIELLA CORDEIRO E YASMIN LIMA

FOTOS: ARQUIVO PESSOAL



Mídia. *A Noite do Amor, do Sorriso e da Flor* amplia visibilidade para o termo "Bossa Nova" nas rádios e jornais.

Em vinte de maio de 1960, o Teatro de Arena do campus da Praia Vermelha foi palco de um evento chave para o principal movimento musical emergente da época: a Bossa Nova. O show chamado de *A Noite do Amor, do Sorriso e da Flor* reuniu a primeira geração de artistas do gênero no intuito de consolidar um lugar ao sol para o estilo na ascendente indústria fonográfica. O nome foi escolhido a dedo por seu idealizador, o compositor, produtor cultural e jornalista Ronaldo Bôscoli. “No amor, no sorriso, na flor é um trecho da canção, *Meditação* e também é o tí-

tulo desse álbum que João Gilberto lança no mesmo ano do evento”, explica a historiadora Priscila Cabral Almeida.

A pesquisadora dedicou o mestrado às memórias e identidades dos bossanovistas. “Em 1962, João Gilberto está na crista da onda e, em uma aparição no final do show, ele canta essa música no Carnegie Hall”, observa a docente da Universidade Federal da Bahia (UFBA). “Várias pessoas que participaram da *Noite do Amor, do Sorriso e da Flor* na UFRJ depois foram para esse show, que é superconhecido na historiografia da bossa nova”.

Em sua visão, a apresentação no campus da Praia Vermelha é especialmente significativo por registrar uma iniciativa de diálogo e de difusão cultural da UFRJ décadas antes da criação do conceito de extensão universitária. “A abertura da universidade, no fim dos anos 1950 e início de 1960, possibilitou a criação de um circuito cultural dentro da cidade para uma juventude que não podia frequentar o bar da boemia. Foi quase um projeto de extensão”, analisa.

“Todo mundo ali na Faculdade abriu as portas para a gente. Aquilo ficou como um clube; a gente ia sexta-feira para lá tocar jazz e

aí veio a ideia de fazer um show”, conta Roberto Menescal, um dos integrantes do movimento e uma das atrações da Noite. “Em uma *jazz sessions*, eu perguntei: por que só tocamos músicas estrangeiras? Por que a gente não faz um negócio chamado *samba session*?”. A logística, ele lembra, era sempre modesta: “A universidade não tinha som. Cada um levava as caixas que tinham em casa. A gente tocava de graça, o público também entrava de graça, era tudo gratuito”.

Uma maior leveza, segundo Menescal, conectava o estilo aos anseios da juventude da época. “O que havia antes eram letras muito pesadas para os nossos 18 anos,

E
Em uma jazz sessions, eu perguntei: por que só tocamos músicas estrangeiras? Por que a gente não faz negócio chamado *samba session*?”

‘ninguém me ama, ninguém me quer’, essas coisas”, argumenta. “Começamos a mudar um pouco o estilo, a postura, na verdade. Na época, todo mundo andava de terno e gravata para todo o lado, mesmo para ir ao cinema. Fomos os primeiros a usar bermuda no Rio de Janeiro. Então, a música ficou mais leve também, sabe?”.

Na *Noite do Amor, do Sorriso e da Flor*, o músico limpou o chão do palco sem a dimensão da proporção que o evento tomaria. “Estava varrendo e um cara falou: acaba logo que o trânsito tá parado. E eu pensei: caramba, logo no dia do nosso show o troço está parado. Pensei que fosse por algum acidente, mas era gente que estava vindo”, conta. “Aqueles estudantes tomaram a parte de baixo envolta da Arena e muita gente invadiu o palco que era grande. E também ocuparam os corredores de cima, então tinha gente acompanhando pelas janelas”.

Foi uma noite de muita experimentação instrumental e vocal. Um jeito descontraído de ver o mundo e de pensar a música o ocupava espaço. Muitos interessados sentaram-se no teatro para ouvir a levada ritmada de Nara Leão, de Roberto Menescal, do Trio Irakitan, de Elza Soares, de Johnny Alf,



Antes da Bossa. Menescal toca jazz com colegas na Praia Vermelha em 1959

de Claudete Soares, de Sérgio Ricardo, de Vinícius de Moraes e do João Gilberto.

O momento ápice foi embalado pelo casal Astrude e João Gilberto. “Quando ele entrou e cantou foi a glória. O João estourou com Chega de saudade, que era uma música assim simbólica da Bossa Nova”, recorda. A noite propiciou ainda um espaço especial para as novas intérpretes. “Foi a primeira vez que Astrude cantou em público. Foi a primeira vez da Nara Leão também. A Nara era muito tímida, queria cantar de costas para o público, ficava envergonhada”, acrescenta Menescal.

A *Noite do Amor, do Sorriso e da Flor*, recebeu apoio do mercado fonográfico emergente. “Ronaldo Bôscoli escrevia para jornais e estava empenhado em atrair contratos com gravadoras para a Bossa Nova, apresentando aquele estilo musical como vendável, comerciável”, esclarece a pesquisadora da Federal da Bahia. “A Odeon era uma importante gravadora da época e tinha interesse em ampliar o nicho de vendas para a juventude”, justifica Priscila. Um de seus selos, a Elenco, lançou boa parte dos nomes da Bossa Nova: “Eram capas muito conhecidas pela arte em alto-contraste, bem modernas”.



Embora sambista, a jovem Elza Soares engrossou o repertório da histórica noite de bossa na UFRJ. A cantora interpretou a canção tema da Noite, Meditação, a convite de Bôscoli, João Gilberto e da Odeon. “Eu fui muito amiga do Ronaldo Bôscoli, muito amiga do João. Eu tinha uma relação muito profunda com esse pessoal todo”, relata. “A Bossa Nova foi um marco muito forte na nossa história musical. Lógico, adoro, amo”.

OTIMISMO JOVEM ZONA SUL

Autora da pesquisa *Paisagens Musicais da Zona Sul Carioca: memórias e identidades da bossa nova*, Priscila Cabral Almeida reuniu de-

Mulheres. Elza Soares interpreta Meditação, canção tema da Noite. Nara Leão se apresenta pela primeira vez ao público

poimentos de nomes como Roberto Menescal, Sergio Ricardo, Sônia Delfino, Wanda Sá, Pery Ribeiro, Ricardo Cravo Albin e Marcos Valle. E, com eles, analisou as mudanças socioeconômicas em jogo, como a expansão urbana liderada pela Zona Sul carioca e a reconfiguração de hábitos e do mercado fonográfico. Em três palavras, “bom gosto, sofisticação e minimalismo”, resume.

Em entrevista à Versus, ela desbrincha o fenômeno a partir de duas frentes: a primeira se refere à perspectiva espacial dos territórios da Bossa Nova. A segunda se refere a uma juventude conectada com valores da modernidade. “Em 1950, você já tem Copacabana bastante povoada, diversos apartamentos, muitas construções imobiliárias. E começa essa ideia de uma vida saudável, de valores associados a essa questão da praia, de esportes”, descreve.

“Não significa que não tinham outras pessoas”, adverte a historiadora. “Algumas personagens que tinham essa estética, que participavam desses grupos, e moravam em outros locais, muitas vezes, não eram inseridas nessa narrativa. No final das contas, isso é também uma construção”.

Por outro lado, a pesquisadora

admite uma “vinculação muito grande” entre a Zona Sul e o circuito Bossa Nova de bares, universidade, escolas de violão e encontros nas casas de amigos para tocar as novas composições. Ela registra que Sônia Delfino e Reginaldo Bessa – dois artistas do subúrbio da Zona Norte carioca – relataram à ela que nem sempre eram chamados para encontros e reuniões da parte rica da cidade. E que, eventualmente, se viam um pouco à margem do grupo.

O aspecto juvenil da Bossa Nova tem relação direta com o crescimento de uma nova classe média e de uma nova sociabilidade do pós-guerra, que incluiu a prática de instrumentos mais populares. “Estamos falando de uma nova estética

musical que busca uma modernidade não só nas letras, mas também na forma. Ela vai revalorizar o violão, um instrumento até então meio maldito”, destaca a pesquisadora da UFBA.

O corte social de elite da Bossa Nova é um dos principais motivos para críticas. “O que é a Bossa Nova? É um evento da elite, produzido e promovido por uma parcela da população de classe média e classe média alta, que tem acesso a esse espaço da Universidade”, opina a historiadora da UFRJ, Andréa Queiroz.

Atual diretora da Divisão de Memória Institucional do Sistema de Bibliotecas e Informação da universidade, Andréa avalia que, para compreender a realização da *Noi-*



te do Amor, do Sorriso e da Flor ocorrido no Teatro de Arena da Praia Vermelha é importante levar em conta que “muitas manifestações culturais, artístico-culturais vão acontecer [nele] porque é um espaço não só de conhecimento, mas também de produção e de promoção de cultura”.

Priscila Almeida prefere usar cores menos fortes no julgamento. “A Bossa Nova conseguiu sintetizar uma cadência de samba para um instrumento harmônico que é tocado a partir de cifras, numa aproximação com o que se chamava, naquela época, de cultura popular”, ameniza a pesquisadora. “Ela é extremamente bem executada, isso é inegável - tanto que se internacionaliza. É uma coisa de fato inovadora e que merece todo o reconhe-

cimento dentro da historiografia da música”.

Ela vai além: “Se gente for pensar, Novos Baianos, a Tropicália e a própria música de protesto, em alguma medida, têm um pouco da bossa nova e dessas tentativas de criar uma estética diferente”.

UMA BOSSA COM ALGO A MAIS

Nem tudo eram flores e cheiro de mar entre a turma da Bossa Nova. Mesmo antes da ruptura democrática de 1964, alguns de seus integrantes buscavam conjugar o novo som às arcaicas mazelas sociais do Brasil. Carlinhos Lyra, Sergio Ricardo e Nara Leão são alguns exemplos.

“Eles começam a questionar discussões políticas e culturais, muito influenciados pelo CPC [Centro

Popular de Cultura]. Aproximar esse universo cultural das camadas populares, trazer outros temas do cancionário musical”, frisa a pesquisadora da UFBA. Priscila destaca o papel de Nara Leão na “recuperação de grandes sambistas invisibilizados, como Zé Keti e Cartola”.

Sergio Ricardo, acometido pelo Covid-19, seguido por uma insuficiência cardíaca, no dia 23 de julho deste ano de 2020, era um dos nomes mais politizados. O artista foi um dos entrevistados da dissertação da pesquisadora. “Ele falava muito isso, que a Bossa Nova era superficial e pueril. Apesar de ser algo muito bonito, bem feito, com uma estética que imprime modernismo na música”, conta a autora do trabalho.

Para Andréa Queiroz, “os atritos” entre bossanovistas como Ronaldo Bôscoli e Roberto Menescal foram importantes para o desenvolvimento da Bossa Nova. “São aquelas brigas que, na verdade, acontecem muito mais para fazer crescer do que para destruir o movimento”, avalia.

Influência popular. Elza Soares esteve entre os nomes do samba que inspiraram o movimento da nova geração musical.



NOITE DO AMOR, DO SORRISO E DA FLOR HOJE SERIA PRETA, INDÍGENA, LGBTQIA+ E DA FAVELA, DEFENDE ETNOMUSICÓLOGO

FERNANDO SOUZA/ADUJFRJ



A Bossa Nova é um movimento cultural exclusivamente carioca?

Não. O que aconteceu em relação à Bossa Nova passou com outros estilos urbanos anteriores. Muitos acreditam que o choro foi inventado no Rio, por exemplo; porém havia manifestações muito parecidas em Recife e Porto Alegre. A Bossa Nova é um fenômeno nacional, mas ela adquiriu mais destaque no Rio, pelo fato de a cidade concentrar a indústria cultural, boa parte dos meios de difusão de música, a rádio e depois a televisão, as gravadoras etc.

A difusão do uso das cifras, em detrimento das partituras, ajudou a consolidar o estilo da Bossa Nova?

O uso de harmonia cifrada – como era o caso, símbolos alfanuméricos que indicam a posição dos

Samuel Araújo, professor titular da Escola de Música da UFRJ, teve o primeiro contato com a Bossa Nova aos 12 anos, quando decifrou, no violão “Vagamente”, canção de Roberto Menescal e Ronaldo Bôscoli. Coordenador do Laboratório

dedos sobre o chamado “braço” do violão – decididamente facilitou a popularização desse novo estilo entre aquelas e aqueles que buscavam aprendê-lo. Isso não necessariamente inibiu o uso de partituras, já que seu uso para o ensino de música popular nunca foi sistemático. Por outro lado, a cifra pode ter significado a porta de entrada ao aprendizado de repertório com as partituras, levando progressivamente ao interesse em aprender e tocar música a partir delas.

Como seria uma Noite do Amor, do Sorriso e da Flor em 2020?

Aquele foi num momento de transição, o país estava em busca de um novo projeto. É exatamente assim que entendo o atual momento, porque nem mesmo as respostas

de Etnomusicologia, ele localiza o movimento cultural que deu origem *A Noite do Amor, do Sorriso e da Flor* dentro de seu contexto socioeconômico. Ele também opina sobre a relação entre o movimento musical e a democracia no Brasil.

que foram dadas com a redemocratização estão nos parecendo sólidas o suficiente. Seria interessante um evento da universidade ressoando as sonoridades presentes no Brasil hoje, tentando construir um projeto de futuro. Reencarnando esse espírito de disposição para uma profunda transformação da cena pública, retomando ideais críticos de democratização e de bem estar social: dois motores da Bossa Nova.

A condição para fazermos uma reedição hoje seria uma Noite do Amor, do Sorriso e da Flor preta, indígena, LGBTQIA+, da favela e por aí vai... Porque expressaria um empenho de construir um Brasil mais justo, mais equânime e efetivamente para todas e todos.

UFRJ



Minerva pelos olhos do Artífice

“Iupiter pluvius”
Goethe

“O homem é a medida de todas as coisas”
Protágoras

“Eu vi quando você me viu”
Maria Rita

WALDELICE SOUZA

A Universidade Federal do Rio de Janeiro faz cem anos como a primeira instituição de ensino superior de caráter federal do país. É um momento para rever sua história e a de seus bens culturais, entre os quais se destaca a Minerva. A escultura modelada na forma de medalhão, em baixo e alto relevos, plasma a imagem da universalização do conhecimento e representa oficialmente a UFRJ. A efígie em perfil, executada com dimensões distintas, exerce grande fascínio sobre toda comunidade. Certificar sua significação simbólica demanda conferir o período de sua escolha, entender as diversas histórias que lhe dão antiguidade e, por fim, perscrutar a materialidade que lhe dá distinção.

Segundo informação do Arquivo Permanente da instituição, a escolha do símbolo foi

feita pelo Conselho Universitário em 1925, o que permite concluir que a Minerva representa a nossa instituição há quase cem anos. Como indicado no segundo livro de atas do Consuni, na parte , que compreende os anos de 1924 a 1930 (volume 2), há menção à criação da Minerva por seleção em concurso, que foi homologado na sessão realizada em 15 de setembro de 1925. Quando, informa que: "Em seguida o Conselho passou a examinar os vários esboços da autoria do Dr. Raul Pederneiras e unanimemente resolve que seja adotado aquele que está designado pelo número 2 na série respectiva e representa a figura de Minerva num trono, tendo na parte inferior um friso com a perspectiva da entrada da Baía do Rio de Janeiro." Raul Paranhos Pederneiras foi artista importante na cidade do Rio de Janeiro e professor da Faculdade Nacional de Direito.

Com pouquíssimas informações, suspeita-se que, em 1952, o símbolo adquiriu a conformação conhecida de medalhão e a divindade foi posta em perfil por modelagem exclusivamente em gesso e baixo-relevo. Em 1993, o professor titular de escultura Joaquim de Lemos e Sousa assume o desafio de recompor e sintetizar as várias versões da Minerva em uso na instituição. Sobre isso, a docente Benvenida de Jesus Ferreira Ribeiro, ex-aluna de Joaquim, se diz encantada com a escultura e a conservação dos bens culturais a partir do contato com o trabalho Professor Emérito da Escola de Belas da UFRJ, informa, citando o memorial do professor, quando perguntada se foi Joaquim quem criou a Minerva?

“Em 1993, o Reitor da UFRJ, professor Nelson Maculan, confiou ao professor Joaquim de Lemos e Sousa a missão de refazer o símbolo oficial da Universidade, pois estavam em uso nada menos do que 16 diferentes versões do perfil da Minerva. Então, ele fez pesquisa, observou visualmente e redesenhou a imagem. A primeira ideia dele era a de repensar e melhorar as imagens anteriores e acrescentar tridimensionalidade.” Com esse trabalho de reinterpretação, Joaquim mostra a Minerva que via. A efígie foi executada em alguns dos Medalhões com 2,70 X 2,0 m de altura e largura, respectivamente. Com dimensões e materiais variados as reproduções foram distribuídas, no período de 1994 a 2000, na entrada da Reitoria, no Prédio do Centro de Tecnologia (CT), no do Centro de Ciência da Saúde (CCS), na entrada da Ilha do Fundão,

no salão do Conselho Universitário e no gabinete da Reitora. Um levantamento preciso do quantitativo e da distribuição ainda está em andamento.

Entre o esboço de Pederneiras (1874-1953), as conformações de autorias desconhecidas e a modelagem de Joaquim de Lemos e Sousa (1937-2016) aparecem alterações no uso de materiais, nos processos de modelagem e na composição plástica do objeto, sendo a mais expressiva a aquisição de tridimensionalidade, em baixo e alto relevos. Já no que se refere ao significado ou ao conteúdo simbólico, a imagem dialoga com nexos do que seja a Minerva instituídos muito antes de quando foi reconhecida pelo Consuni.

Considerar as histórias que dão antiguidade à figura da divindade greco-romana é aumentar a espessura de seus conceitos, observando, inclusive, as versões contraditórias. Isso porque a Minerva pode ter sido escolhida para melhor conformar a ideia de lugar ou cidade do conhecimento e a disposição à difusão de conhecimento humanista. E como nos informa a professora Ângela Ancora da Luz, “qualquer símbolo é passível de muitas interpretações.” O fundamento da afirmação da professora está na teoria de arte de Ernst Cassirer, quando o estudioso francês afirma que “não há nenhum fenômeno natural, e nenhum fenômeno da vida humana que não seja passível de uma interpretação.” Ele ainda diz que “em lugar de medir o conteúdo, o sentido, a verdade das formas espirituais por algo

alheio, que deva refletir-se nelas, cumpre descobrir, nessas próprias formas [...] o critério da verdade e significação intrínseca.” É como se, num mundo indiferenciado, esse objeto se destacasse e capturasse a atenção do observador. Tudo em volta passa a ser visto, tendo-o como referência.

Isso nos permite exacerbar a noção do que seja “ver” para os gregos, considerado pelos vários pesquisadores dessa cultura como sendo ato distinto de só “olhar”. Para esse povo, o entendimento era resultado do olhar contundente e imperioso que vasculhava, enfrentando o outro, independente de esse outro ser acontecimento, pessoa ou objeto. A verdade vinha à tona pelos atos de confronto. Além desse, havia outro olhar: o que admirava. Um olhar é direto, o outro é mediado. Ver a Minerva por esses dois atos de olhar, talvez, permita uma reconsideração sobre a apreciação do objeto artístico.

Assim, isso nos permite arriscar uma interpretação ao olhar a Minerva diretamente, por confronto. Diante dos olhos glaucos, percebe-se que a configuração do símbolo da UFRJ reúne o nome Minerva à iconografia da Atena Nike (quando a divindade nasce, já vitoriosa, adulta e guerreira armada) com a qualidade de Sophia (Sofia), representativa da sabedoria. O que é de certa forma interessante, porque grande parte das divindades gregas e romanas, também, se compunha por tríades, como a tríade capitolina romana, composta por Júpiter,

Juno e Minerva. Dessa forma, o medalhão, símbolo oficial da UFRJ, aglutina o nome “Minerva”, que está sempre sentada num trono, com a imagem de “Atena Nike”, que está sempre armada e focada no objeto de disputa com “Sophia”, que é uma qualidade da sabedoria que, normalmente, está de pé, trazendo a lança e a coruja consigo. Com essa aparência, alinha-se um modelo de signo. Acrescentar narrativa a essa composição, talvez, ajude na elucidação do significado da Minerva exposta nos campi da universidade.

Olho no olho, a ordem Sophia, Atena, Minerva, desenhe, talvez, a sequência de aparecimento dessas figuras nos mitos. Sophia é capacidade que surge com o deslindar dos dias e noites e o encontro de Urano (céu) e Gaia (terra), quando se cruzam e procriam. Há quem afirme que Eros (amor) e Thánatos (morte) também surgiram nesse mesmo tempo. Toda cultura humana vincula algum tipo de divindade a esse tipo de faculdade. Por isso, sabedoria é uma divindade difícil de ser configurada. Pode ser pensada como chuva que cai do céu e convida os homens a refletirem sobre si diante dessa ocorrência; às vezes, leve, outras, tumultuosas e estrondosas.

Se Sophia é a visão chuvosa dos céus e, portanto, de Zeus (Júpiter), Atena configurara-se como a tempestade que acompanha o trovão. Atena nasce da cabeça de Zeus, depois deste enganar e engolir Métis, sua

esposa grávida, deusa da astúcia e das soluções práticas (sem correspondente na cosmologia romana). A partir desse ato, Atena passa a ser gestada na cabeça de seu pai e conhece seus planos para o mundo, e com as capacidades conjugadas da mãe e do pai torna-se a única capaz de executá-los. Então, ao sentir fortes dores de cabeça, Zeus é ajudado por Hefesto (Vulcano), deus protetor dos ferreiros, dos homens de forja e dos operários, e dá à luz Atena Nike, que nasce adulta e guerreira armada, pronta para a luta. E é ela que na guerra entre Zeus e Chronos (Saturno), pelo trono Olímpico, enfrenta o gigante Palas, quando confirma sua qualidade de vitoriosa e herda o “Palas” do derrotado. Por ser imaculada, a sua castidade é considerada hoje por outras variáveis, mas para muitos estudiosos, significava, na Grécia arcaica, simplesmente a virtude de não ser afetada por interesses particulares. Atena serve ao pai, ao trono e a uma justiça, tida, como coletiva, que se impõe a todos que queiram viver na cidade. Isso nos leva à disputa entre Atena e Poseidon por Cecrópia, cidade instituída pelos descendentes de Erictônio. Nessa contenda, se Poseidon fosse o vencedor, a cidade aproveitaria todas as benéficas do mar e adotaria o nome de Poseidônia. Para garantir sua primazia, a divindade do oceano bate seu tridente no chão e faz surgir uma fonte de água salgada. Então, Atena se interpõe e finca sua lança no chão, fazendo brotar a oliveira, o que permite que os homens se vinculem à terra por meio da



Escultura instalada no Centro de Tecnologia

agricultura. A maioria dos cidadãos escolhe essa divindade e a cidade passa ser chamada de Atenas. Nesse aspecto, nota-se, que o feminino vinculado à Atena se relaciona à ideia de cidade ou de coletivo abstrato, como a que vigora na acepção de justiça.

Dessa forma, estar cara a cara com a Minerva é visitar o nome dado à qualidade-função de defesa do pátrio-poder da cosmogonia romana. Para Jean-Pierre Vernant, historiador francês da cultura grega, “desde a alta idade arcaica, os gregos devem ter conhecido tradições múltiplas e divergentes de mitos cosmogônicos.” Ou seja, nenhuma divindade guarda só um lado. As divindades gregas,

como muitas, interferem nas questões humanas, segundo, seus interesses em manter ou alterar códigos. Serão visitados alguns textos literários que podem ajudar a prescrutar o conteúdo simbólico da divindade, que adquire qualidade de ser juiz, quando decidia sobre o matricídio de Orestes contra Clitemnestra. Em suas palavras:

Serei a última a pronunciar o voto e o somarei aos favoráveis a Orestes. Nasci sem ter passado por ventre materno; meu ânimo sempre foi a favor dos homens, à exceção do casamento, apoio o pai. Logo, não tenho preocupação maior com uma esposa que matou o seu marido, o guardião do lar; para que Orestes vença, basta que os votos se dividam igualmente. (Eumênides, verso 975)¹

O jovem atormentado foi absolvido, mas a querela persiste, porque não se pode entender Clitemnestra por Orestes, por Agamenon, por Tíndaro ou mesmo por Egisto. Ela é melhor percebida por Ifigênia, filha sacrificada pelo pai, Agamenon, para conseguir condições propícias para a vitória na guerra de Ílion (Troia). Isso importa pouco, na verdade, porque o que está realmente em questão são as mudanças nos códigos que marcam as diferenças entre as regências de Zeus (Júpiter) e seu pai, Cronos (Saturno). Nessas novas regras, os homens não se-

riam simplesmente devorados pelo tempo, por Cronos, de forma diversa, no reinado de Zeus, eles passariam a ter que seguir novos costumes para a organização em cidades. E é nesse cenário que se encaixa o julgamento de Orestes e a importância de Minerva. Vernant nos avisa que “os mitos de matricídio põem em jogo, com certeza, a oposição entre as funções distribuídas a cada um dos gêneros” na cidade. E o que se promulga, por meio disso, é uma noção de conhecimento por julgamento, que não pode ser esquecida. Há esforço humano em dizê-lo, não é à toa que se traz ao texto as falas do tragediógrafo grego, Ésquilo. Esta ocorrência literária avisa sobre outra cena: a de nascimento. Minerva que vem ao mundo adulta, armada e pronta. Sem laços de casamento ou afetações românticas, ela se mantém ao lado do pai e sem ter vínculos com outros homens que poderiam querer submetê-la a seus pontos de vistas, Minerva esquiva-se de conhecer também as dores das Helenas e das Clitemnestras de ontem e de hoje.

Diferente daqueles que sugeririam Odisseu (Ulisses), se afirma que é Orestes o seu mais importante descendente, por ser o símbolo da confirmação de Atena em Minerva. E isso significa muito.

Nessa defrontação, as narrativas míticas são reverberações pelas quais se pode ficar tête-à-tête com um símbolo tão antigo

1 - Ésquilo. Oresteia – Agamenon, Coéforas, Eumênides. Tradução do grego e apresentação: Mário da Gama Kury. 7 edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.



e ver suas saliências. Uma delas aponta para aquisição do ofício de tecelã pela divindade: a narrativa sobre Aracne. Aracne é figura tecelã como Atena, e as duas se confrontam em uma cena literária. O enredo é que Aracne não reconhecia Atena como patrona desse ofício, por isso a ignorava e não praticava qualquer devoção. Era o inverso, na perspectiva da divindade, a devoção era devida, dívida a ser julgada ou cobrada. No duelo, marcado pela insistência da divindade para que a artista da tecitura fosse sua devota, Atena aparece para a tecelã como uma velha e a desafia a fazer um tapete. Quem fizesse a peça mais rapidamente, seria a vencedora e dispensaria ou garantiria os serviços obrigatórios de devoção. Apesar de a artista pratica ter sido mais rápida e ter finalizado sua obra antes da deusa, a justiça não imperou. Ela foi derrotada pela força, porque Atena se enfureceu com a temática tecida por Aracne, que denunciava as falácias

do Deus dos deuses em ludibriar não só aos titãs (Prometeu), como, aos homens, enganando-os em seus ritos (obrigando-os a entregar toda carne de suas caças, quando poderiam só oferecer a gordura, porque, no fim, os deuses se alimentam só com a fumaça), além das mulheres por ele submetidas. Tudo tecido em tramas belíssimas. Enquanto, a deusa bordava as proezas, conquistas e amores de seu pai. Enfurecida com o que viu, Atena rompe o disfarce e enforca a pequena e frágil figura em seu fio, obrigando-a a ficar para sempre pendurada na própria trama tecida.

Em outra cena revela-se o confronto que se dá com Hefesto (Vulcano), o mestre das forjas que presencia o nascimento de Atena. A disputa resulta no nascimento Erictônio (Erichthonius), criança que era metade humano e metade serpente – essa criança era ancestral de Cecrópe, também metade cobra e metade homem, que governa Cecrópia cidade dispu-

tada por Atena e Poseidon. Ericetônio nasce do sêmen de Hefesto caído na coxa de Atena e, depois, na terra. Há dúvidas sobre a maternidade, se seria filho de Gaia ou de Atena.

A última dessas narrativas trata da entrada do Tirésias na casa de banho da divindade, em ato indicado como uma pequena falta de cuidado. O que ele viu? Ele viu algo? Essas perguntas não foram respondidas, mas o julgamento foi feito. Para a Deusa contava só a falta de cuidados em si. Ciente de sua fúria, ela retira a claridade de mundo dos olhos do ancião, afirmando que isso contribuiria para que Tirésias visse o mundo por meio de seu próprio interior, autoconhecendo-se e, por meio disso, o mundo. Isso transforma Tirésias em vidente, alguém que vê pela vibração que as coisas têm. Ele enxerga outra verdade. É uma possibilidade de alargamento das visões de mundo, há que se reconhecer.

Essas cenas são desdobradas em outros mitos, epopeias ou tragédias, pois vêm de personagens que terão versões (e importância) diferentes, se cantados em Tebas, por exemplo, cidade, em certa medida, diferente daquela em vive a divindade. Isso porque a democracia constituía-se pela organização própria de cada povo, de cada lugar, de cada cidade. Por exemplo, em algumas, os estrangeiros, os escravos, as mulheres e crianças não eram considerados cidadãos. É difícil pensar esse tempo comparado ao que se vive hoje, quando a especificidade de ser mulher pode se encaixar no lugar público e ocupar

espaços em que a feminilidade era considerada só como uma possibilidade abstrata. De certa forma, fica desmedido pensar-nos próximas de um modelo de mulher como o de “Mulheres de Atenas”, que o músico brasileiro Chico Buarque, em seu estilo irônico, compõe, quando muitas existências femininas estão mais associadas com tragédias das Alcestes, Medeias e Antígonas.

Em único instante, num movimento de fechar e abrir as pálpebras, todo um acervo se dispõe como instrumento de contemplação. Por isso que “ver” a materialidade da Minerva modelada por Joaquim é mais do que só descrever o objeto artístico, é preciso ser aos olhos. Nessa dimensão, é preciso considerar o homem como figura que transforma as coisas e a si, no mesmo gesto. E ponderar que o deciframento de um, implica no do outro. Como diz Vernant, “é necessário conhecer o outro, para que, re-



CADU RIBEIRO/IMAGEM.UFRJ

Joaquim Lemos de Sousa, o escultor

conhecendo-o, se veja o que ele viu.” Isso porque, para esse estudioso, “conhecer o outro é, em um dado momento, fazer uma espécie de aposta, simpatizar repentinamente com ele (esse outro), procurar captá-lo por meio de todas as manifestações... por seus signos... suas confidências... compartilhando uma certa imagem, se pode concordar que ser o outro, significa também ser semelhante.”

Joaquim de Lemos e Sousa, artífice célebre da UFRJ, conferiu expressividade única para o símbolo da instituição. O jeito que ele examina a Minerva constitui-se, ao fim, em uma nova forma de mirar a divindade, exclusiva, que está fixada na sala do Consuni. O objeto artístico é a medida do mestre de muitas técnicas, e é a síntese possível em um tempo. Joaquim nasceu em 1937, ingressou na UFRJ em 1964 por prova prática, quando a instituição aceitava artífices, como nos conta a professora Ângela Ancora da Luz, que foi aluna, colega e madrinha de Emerência de Joaquim: “E havia uma coisa muito séria em tudo isso. É que Joaquim nunca teve uma instrução acadêmica de elite. Ele era um homem culto, no sentido total de uma cultura, que traz em si o conhecimento do mundo, mas, na época em que ele foi aluno, havia uma distinção. Se podia entrar como aluno livre ou como aluno regular. Os alunos livres não precisavam ter nem o curso primário completo. Eles eram aceitos pelos grandes professores das oficinas por sua maestria. Esses professores viam as obras e os aceitavam. Vocês já imaginaram, um Lúcio Costa, que teve uma formação fran-

cesa, sendo colega de Portinari, que só fez até o terceiro ano da escola primária? Portinari não foi mais além do que o terceiro ano. Mas no campo da arte eles eram iguais. Eu acho que esse foi o maior projeto cultural de arte da Escola. Quantos e quantos grandes mestres da arte brasileira vieram de alunos livres, e se transformaram em doutos pelos seu conhecimento e pela sua cultura. Tanto é assim, que Joaquim foi indicado para Emérito da universidade.”

Acompanhar a trajetória de Joaquim de Lemos e Sousa, guiados pelas lembranças de duas professoras da Escola de Belas Artes (EBA), que estiveram presentes no seu percurso como escultor e professor, é uma forma de reconhecer o seu interesse pela escultura, pelo magistério e pelos bens culturais da universidade.

A professora Ângela informa-nos que ingressa como estudante para a Belas Artes em 1975. Nesse período, a oficina de madeira era ministrada por Joaquim. “E esse foi o meu contato com o ele”, lembra emocionada. Já em 2002, vem o convite para ser madrinha de solicitação de Emerência para o então colega. “Havia um problema muito grande, a universidade tinha ficado quase vinte anos sem distribuir as emergências por causa do regime militar. Foi o Carlos Lessa que as redistribuiu. Então, vários professores foram indicados. E lá na Escola, o indicado para emérito foi o Joaquim. Quando ele foi indicado, tinha que ter um padrinho”. É quando ocorre o pedido:



Detalhe com assinatura na peça do CCS

“Aí, ele chegou para mim, meio sem jeito e disse, Ângela eu queria te pedir um grande favor... Eu disse, o que é Joaquim? Você aceitava que eu fosse seu afilhado? Olha que honra? Eu disse: está aceito no ato”.

O memorial de Emerência corrobora com os relatos das professoras Ângela e Benvinda, quando o documento informa que o escultor, aprendiz prático, que inicia seus trabalhos, como tereuta, aos sete anos, ao acompanhar o pai (o escultor Joaquim de Souza e Silva²) na composição de altares,

como os da Igreja da Candelária e vira Professor Emérito da Escola de Belas Artes. Assim, ele conjuga experiência de artífice com a de Professor Emérito, demonstrada ao escolher manter o perfil para projetar a efígie, pois identifica que “representar as pessoas de perfil, para os gregos, era como descrever uma cena objetiva” para evitar o confronto implícito nas regras do olhar. Esse ato é oposto ao ver de frente, quando “não se pode ver a imagem sem primeiro cair dentro do olhar daquele que aparece na imagem”. E isso o inclui no lance entre os olhares do expectador que olha o objeto e de quem ver a cena. Nessas trocas de olhares, suas mãos dão forma tridimensional, modelando, juntando eidos e ousia. Ação e percepção, olhos e mão.

Para Snell e Vernant, historiadores de perspectivas distintas, o fenômeno de percepção visual pode tanto conter o enfiar, como o olhar por perspectiva, que se dá pelo “afastamento (ou volta de 90 graus) que faz com que uma figura singular saia da diegese da narrativa icônica e institua nova relação entre o expectador e o que é visto”. Ver por expectativa. Movimento guiado ou direcionado pelo rosto que tenta, ao invés do confronto, mostrar uma de suas faces. Há uma descontração no ato de virar o rosto em ângulo reto, afastando-o de quem o mira. Há uma coragem. Contra-ato, que demanda a quem observa acompanhar o des-

2 - Memorial juntado à solicitação de concessão de título de professor emérito - página 12 - de 24 de agosto 1998, documento fornecido pelo Arquivo Permanente da UFRJ.

vio para se deparar com o lugar do foco, onde a imagem pouso sua visão, compondo uma triangulação. Isso permite ao Vernant constatar que “aquele que está olhando encontrar-se de alguma forma implicado pelo que vê, a ponto de refleti-lo nos próprios olhos”.

Seus olhos se abrem e deixam ver refletida a iconografia da Minerva armada com lança em posição de descanso, mantida pelo braço direito, o peitoral da armadura e elmo estão no medalhão. O que ela segura com o braço esquerdo não se vê. Modelada em perfil, está com sua face voltada para leste (direita), onde o sol nasce, mirando o longe. Ao fundo, aparecem a constelação do cruzeiro do sul e o pão de açúcar, o que estabelece o cenário em que se encontra. A lança, marca o oeste (esquerda), onde o sol se põe, simbolizando a estratégia na guerra e representando coluna e pilar de interseção entre a terra e o céu. Minerva atua com ferocidade nos enfrentamentos bélicos, mas também pode atuar como diplomata, capaz de manter a sociedade estável e organizada. O elmo que está no norte (acima), voltado para o céu, é elemento fundamental de sua característica, por ser uma divindade tritô, nascida da cabeça. Nele, Pégaso, símbolo da imortalidade, está de asas abertas. Na mitologia grega, Pégaso surge do sangue de Medusa que cai na terra, quando esta teve sua cabeça cortada por Perseu. Esse cavalo alado é domado por Atena, o que aponta para outra qualidade: a de domadora de cavalos. Também há uma imagem que parece um carneiro, mas, na verdade,

Atena mantém uma relação conflituosa com o bode que destrói as oliveiras e desdobra-se em Pã (Sátiro). Alguns pesquisadores afirmam que o elmo também guarda a capacidade de Atena se fazer invisível até para os outros deuses. No centro, no terço mediano do medalhão, seu rosto firme e seus olhos brilhantes estão postos no horizonte; seu cabelo vasto está solto. No peitoral da armadura, ao sul (abaixo), onde fica a terra, está a imagem de Medusa, oferenda de Perseu, semideus que a vence observando o reflexo dessa figura em seu escudo. A cabeça de Medusa na armadura da divindade é um gorgonião, amuleto que assusta a extrema alteridade, ou seja, a morte. Ainda no peitoral da armadura, de cada um dos dois lados da imagem de Medusa encontram-se duas serpentes que estabelecem relação com significados mais antigos de Atena e com a sua capacidade de ir ao interior da terra até o Hades (Plutão). É o que se vê entre uma e outra piscadela na sala do Consuni.

Ao compor a Minerva com esses elementos, o escultor e professor da Belas Artes reorganizou a expressividade do símbolo, o que reajustou, de certa forma, também o seu conteúdo simbólico. Ela não guarda mais só acepções anteriores, como se soma a essas, aquelas que identificam a Universidade Federal do Rio de Janeiro em todo o seu fazer. E isso altera a Minerva. O que permitir cogitar que conviver, estar em sociedade, é se colocar diante de cada coisa, de cada acontecimento natural ou social, de cada situação

com todas as ferramentas disponíveis para entender e usar a existência para transformá-los. Isso também os gregos ensinaram. E a maioria dos artistas sabem disso - alguns expressam esse conhecimento ao fazer síntese de símbolo antiquíssimo para uma instituição jovem, constituída na era moderna. Isso nos faz considerar que a função que entrou nos olhos do Joaquim foi a de patrona da sabedoria miscigenada entre o conhecimento abstrato de Zeus com o prático, astuto, de Metis. Esse signo foi modelado em muitas camadas como Minerva.

Benvinda de Jesus Ferreira Ribeiro, professora do curso de Conservação e Restauração da EBA, restauradora responsável pela Minerva e ex-aluna do Joaquim, fala-nos sobre seu mestre e sua trajetória. Benvinda passou pelos três segmentos da UFRJ, ingressou como estudante de paisagismo em 1990; graduou-se no curso de escultura em

2003; passou em concurso para técnica de nível superior, o cargo conservadora-restauradora de esculturas em 2008; e, é aprovada docente de Conservação e Restauração da EBA-UFRJ em 2103. Hoje, é chefe do departamento do curso de conservação e restauração na Escola de Belas Artes.

“Joaquim ingressou na UFRJ em 1964, vindo a aposentar-se, em 1995, como Professor Titular de Escultura, função que meritoriamente exercia desde 1983. Ele foi ao longo de 31 anos dedicado ao magistério”, como indicado em seu memorial para emereência. O contato de Benvinda com esse grande escultor se dá quando ele já estava aposentado como professor. “Joaquim foi um mestre para mim, por seu domínio teórico e técnico. A qualidade de seu trabalho despertou em mim gosto e um encantamento profundo pela escultura. Minha relação com Joaquim tem início quando ele



Guardiã da democracia. Escultura na Sala dos Conselhos acompanha o movimento de urnas, eleitores e mesários durante eleições de 2018

já estava aposentado e se tornou posteriormente professor Emérito da Escola de Belas Artes”. Esse vínculo permite à restauradora descrever a importância de Joaquim na recriação do símbolo Minerva existente desde 1925. “O símbolo da Universidade (UFRJ) é a representação da Deusa Romana Minerva criada inicialmente no formato bidimensional (desenho) e posteriormente em modelo tridimensional como escultura, baixo e alto-relevo.” Para a professora, “Minerva acompanha todo guerreiro, concedendo-lhe uma inteligência bélica, que o mantém atento a tudo e a todas as estratégias dos seus inimigos”. E isso institui um tipo de sabedoria. O que fica claro, quando a pesquisadora considera que “observa-se que o tipo de conhecimento, de sabedoria que ela propicia, é aquele que desbrava, descobre caminhos, que traça estratégias para que a vida prevaleça. Creio ser este o papel da Universidade pública, por isso essa deusa nascida do ideário grego e retomada pelos romanos como Minerva tão bem represente a nossa Universidade”. E diz mais: “esse ano a nossa Universidade, criada pelo Decreto nº 14.343, completa 100 anos e, embora desde 1925, seja simbolizada por uma divindade feminina é a primeira vez que sua gestão é realizada por uma mulher. Simbolicamente, isso é muito representativo”.

Para a história da UFRJ isso também é muito importante em vários aspectos. O principal é ter o lugar central da instituição, a máxima representação coletiva, ocupado por uma mulher eleita em processo democrático.

A professora de Conservação aponta as digitais de Joaquim na Minerva. “Apesar de não ter participado da construção da escultura, como sou escultora e conservadora restauradora, consigo identificar os materiais. As esculturas da deusa Minerva, símbolo da UFRJ, criadas por Joaquim foram realizadas em gesso e resina com policromia ou pátina e também em liga de bronze”.

Falecido em 2016, Joaquim deixou para vários professores, como Benvinda de Jesus, a tarefa de cuidar dos bens escultóricos de nossa instituição. Essa não é uma tarefa pequena, como indica a professora: “as ações de preservação realizadas em bens culturais materiais, onde se incluem as esculturas, envolvem uma série de medidas de proteção da matéria que lhe confere memória, enquanto suporte de representação da atividade humana. As medidas a serem tomadas em relação à preservação de esculturas se revelam após análise crítica do objeto, onde são criadas metodologias baseadas em princípios e critérios. Os estudos preliminares da obra, análise do ambiente, a investigação por exames específicos, o diagnóstico, a proposta de tratamento e o relatório técnico são, na sequência, ações imprescindíveis. O ideal é manter a escultura preservada com a adoção de medidas de conservação preventiva”, diz firmemente.

O conhecimento sobre Minerva deve ser atualizado constantemente, assim, é preciso promover estudos sobre o período de sua escolha, sobre as muitas versões de seus con-

teúdos iconográficos e simbólicos, sobre as possibilidades de conservação de sua materialidade; além da necessidade de uma política consistente para a conservação desse e de outros bens culturais. Esses são atos fundamentais para que novos membros da comunidade universitária possam ver, conhecer e, quem sabe, ressignificar a Minerva, confirmando e considerando a potência e importância da diversidade, hoje, atuante na UFRJ. Assim, teremos uma Universidade pública pujante por muitos outros séculos.

observa-se que o tipo de conhecimento, de sabedoria que ela propicia, é aquele que desbrava, descobre caminhos, que traça estratégias para que a vida prevaleça.



Minerva - entrada da Ilha do Fundão -
e a Professora Benvinda de Jesus Ferreira Ribeiro da Escola de Belas Artes.

A Minerva para cada um

GABRIELLA CORDEIRO

Toda obra de arte tem uma espécie de voz própria que revela, entre outras informações, a cultura de seu tempo. Por outro lado, qualquer símbolo é passível de muitas interpretações. É o que defende Angela Ancora da Luz, membro da Associação Brasileira e Internacional de críticos de arte. “É por meio do meu conhecimento que eu crio as ferramentas que podem abrir um símbolo”, ela diz. “Se você colocar diante da Minerva crianças pequenas, alunos do ensino médio ou de filosofia, cada um vai ver uma diferente. Elas se abrem de acordo com o olhar de cada um”.

Para Regina Loureiro, técnica-administrativa da UFRJ, a Minerva representa a realização de um sonho. Desde adolescente, sonhava em estudar na UFRJ, e é fã de carteirinha da Minerva. Em sua casa, guarda como tesouros bottons; no vidro do carro, ostenta a deusa da sabedoria. A paixão pelo símbolo lhe rendeu um presente especial das professoras da Escola de Belas Artes: uma reprodução da obra com 40 centímetros. A peça compõe, com carinho, a decoração da casa. “Pendurei na minha sala. Todos os dias que ia trabalhar, eu pedia para a deusa Minerva que me desse sabedoria para a condução das minhas

tarefas. E ela, realmente, me ajudou”, conta emocionada a servidora - hoje aposentada.

A estudante de Relações Internacionais, Mariana Prado, ganhou o apelido de “filha de Minerva” ainda caloura, em 2018. No dia da matrícula, pediu ao pai que tirasse uma foto dela com a escultura. “A Minerva, para mim, é a essência da UFRJ. Quando a vi, caiu a ficha de que meu sonho estava se realizando”, conta. Já Gabriel Silva, aluno da Educação Física, associa a imagem à “guerra” para ser aprovado em uma competição com pessoas de todo e a grandiosidade “da maior universidade brasileira”. “A minerva está estampada em minhas camisas e carregada orgulhosamente no peito para que todos vejam e sintam um pouco do meu amor por ela”, afirma.

Perto de se formar, o graduando de Ciências Contábeis, Sergio Almeida conta como o símbolo ganhou novos significados ao longo do tempo. “Quando fui apresentar meus documentos, tirei a foto com a Minerva para eternizar o momento único de passar no vestibular da UFRJ”, diz. “Atualmente, ela representa a batalha pelo conhecimento e pelo diploma”, explica.



Mariana Prado



Rafaela Melo



Sérgio Almeida

ARQUIVO PESSOAL

VERSUS

versus.ccje.ufrj.br